UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

DANIEL AYRES ARNONI REZENDE

GASPAR DA CRUZ E O TRATADO DAS COISAS DA CHINA: MUNDIALIZAÇÃO E
CONTATOS LUSO-CHINESES NO SÉCULO XVI
(VERSÃO CORRIGIDA)

São Paulo

2018

DANIEL AYRES ARNONI REZENDE

**GASPAR DA CRUZ E O TRATADO DAS COISAS DA CHINA: MUNDIALIZAÇÃO E
CONTATOS LUSO-CHINESES NO SÉCULO XVI**

(VERSÃO CORRIGIDA)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de
São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título
de Mestre em Ciências

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Regina Chaves Nunes

De acordo: _____

Prof.^a Dr.^a Sandra Regina Chaves Nunes

Data ____/____/____

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R467 g Rezende, Daniel Ayres Arnoni
 Gaspar da Cruz e o Tratado das Coisas da China:
Mundialização e contatos luso-chineses no século XVI
/ Daniel Ayres Arnoni Rezende ; orientadora Sandra
Regina Chaves Nunes. - São Paulo, 2018.
106 f.

Dissertação (Mestrado)- Programa de Pós-Graduação
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da
Universidade de São Paulo. Área de concentração:
Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. Historia de Portugal. 2. Expansão Marítima . 3.
Literatura de Viagem. 4. Gaspar da Cruz. I. Nunes,
Sandra Regina Chaves, orient. II. Título.

REZENDE, Daniel Ayres Arnoni. **Gaspar da Cruz e o Tratado das Coisas da China: Mundialização e contatos luso-chineses no século XVI**. Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Dedico este trabalho aos meus pais, Carlos e Roseli, com admiração e gratidão por seu apoio, e à minha avó Maria Cândida Rezende (*in memoriam*), que me ensinou muitas histórias d'além-mar.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Carlos e Roseli, por todo apoio e estruturas materiais necessárias para a minha permanência na Universidade.

Aos queridos companheiros Luiz Carlos Seixas e Júlio César Conejo, por todas as conversas e ajudas ao longo desses três anos.

À querida amiga Victoria Sayuri, pela amizade, apoio e trocas constantes de alegrias e lutas.

À minha orientadora, Dra. Sandra Regina Chaves Nunes, que acreditou neste projeto.

À Eliane e à Casa de Portugal, que me possibilitaram o acesso ao acervo bibliográfico sobre as relações sino-portuguesas.

À Profa. Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini, pela experiência na produção de pesquisas no Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU-USP).

A CAPES, pela pontualidade do repasse da bolsa mensal, que foi mantenedora das necessidades do pesquisador.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo a análise do *Tratado das Coisas da China* (1570) de Frei Gaspar da Cruz, visando compreender a inserção desta literatura de viagem no processo de mundialização do século XVI, levado a cabo pelas naus da expansão ibérica, sobretudo portuguesa. A partir desta obra, pretende-se espelhar o processo de relações estabelecido entre portugueses e chineses, tomando a narrativa como registro histórico que constrói a imagem da China no século XVI.

Palavras-chaves: Portugal. China. Mundialização Ibérica. Narrativas de viagem. Expansão marítima.

ABSTRACT

This study encompasses the analysis of the book *Tratado das Coisas da China* by Friar Gaspar da Cruz, as an attempt to understand the addition of travel literature in the 16th century's mundialization process, which was undertaken by the Iberian maritime exploration led by Portugal during the Age of Discovery. Taking Gaspar da Cruz's work as basis, the study aims to mirror the Portuguese-Chinese relations established at the time, understanding travel narrative as a historical record that substantiates such relations, providing for an intercultural process with interlaced views.

Key-words: Portugal. Chine. Iberian mundialization. Age of discovery. Travel narrative. Maritime exploration.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1: A IMAGEM DA CHINA NA EUROPA (XIV – XVI).....	17
1.1 A China no século XVI.....	19
1.2 Tomé Pires e o primeiro contato sino-português.....	21
1.3 A segunda tentativa portuguesa.....	27
1.4 Macau: o entreposto português e a rota comercial China-Japão.....	29
CAPÍTULO 2: A IDEIA DE MUNDIALIZAÇÃO NO SÉCULO XVI.....	34
2.1 Lisboa no século XVI: centro mundial.....	46
2.2 Os desdobramentos da mundialização ibérica e as histórias conectadas.....	51
2.3 E quanto à nossa globalização (XX-XXI)?.....	56
CAPÍTULO 3: FREI GASPAR DA CRUZ E O TRATADO DAS COISAS DA CHINA.....	63
3.1 O panorama asiático e o estabelecimento de Frei Gaspar.....	66
3.2 O Tratado: fascínios e estranhamentos.....	69
3.3 A questão religiosa e a (im)possibilidade de cristianização.....	84
3.4 O Tratado e a mundialização.....	92
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	97
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102

“Se sabe mais em um dia agora pelos
Portugueses, do que se sabia em cem anos
Pelos Romanos.”

Garcia da Orta, *Colóquios dos simples*, 1563.

INTRODUÇÃO

A necessidade de transmitir toda a experiência adquirida no processo da expansão marítima europeia conduziu à elaboração de diferentes escritos, seguindo objetivos diversos, mas, na generalidade, buscando o conhecimento de um espaço que, cotidianamente, vai marcando a vida europeia ao longo do XVI. As cartas dos viajantes europeus nos informam sobre a vertente europeia do empreendimento marítimo, captando aquilo que interessa ou conforta à visão europeia.

Ao começar a construção desta pesquisa, ainda como projeto, me deparei com uma infinidade de informações espalhadas. O tema inicial era trabalhar com o “olhar sobre o outro” que as narrativas de viagem portuguesas produziram diante do Oriente no século XVI. Haja fôlego. Como o material de análise é vasto, delimitei o tema: seria o contato luso-chinês no século XVI. Nas pesquisas sobre esta relação, um nome sempre pairou nas minhas indagações: Frei Gaspar da Cruz. Em toda a vida escolar, e mesmo na graduação, nunca tinha ouvido falar no primeiro europeu a escrever sobre a China de forma pragmática. Afinal, pouco se falava desta relação Europa-China nos bancos da faculdade.

Tal inquietação levou-me para o estudo deste quinhentista e sua obra única, o *Tratado das Coisas da China*, publicado em 1570. Havia uma série de descobertas a serem feitas: por que um dominicano escrevendo em território cuja influência missionária era jesuíta? Quais os objetivos da viagem? Por que não havia referências, principalmente no âmbito das relações internacionais, sobre esta figura pioneira? O que este texto desdobrou ao chegar à Europa? Essas questões, assim como outras tantas, de alguma forma tentou-se responder nesta dissertação, ou ainda, as dúvidas foram recortadas ou formuladas, de maneira mais pungente, para uma pesquisa posterior e mais detalhada.

Outra questão foi crucial: a ocupação portuguesa na China tinha aspecto inédito em relação ao que foi feito na América, nas costas africanas e na própria Índia. Talvez, a China fosse o único território em que os “conquistadores” lusitanos concluíram ser tão “civilizado quanto o ocidente”. A pena de Gaspar da Cruz só fortalece esse sentimento nas descrições maravilhadas do Celeste Império. No entanto, eu não deveria parar por aí, pois já estava dado que a colonização, ou mesmo o contato dos lusitanos com o mundo afora possuía muitas formas. Esta relação entre

as formas também não estava isolada, e outro ponto que me interessou foi perceber esta circulação de informações e mudanças de mentalidades como um processo de mundialização, baseado na teoria de Serge Gruzinski, que defende a expansão marítima como uma aspiração globalizante das monarquias católicas ibéricas. Temas como consciência-mundo e economia além-mar foram trazidos à tona no século XVI.

A partir disso, surgiu o desafio: qual seria a relação destas narrativas de viagem, em especial a de Frei Gaspar da Cruz, com o processo de mundialização ocorrido no mesmo século, teoria da qual partilho? Seriam as cartas e tratados fontes de comunicação e de um descortinar do mundo recém revisto? O que era a China pelas vistas do europeu antes de Frei Gaspar da Cruz levar o tratado de costumes para Portugal? Nesta caminhada, por vezes tortuosa, outros escreveram sobre algumas coisas que eu estava observando, mas não encontrei nenhum texto que tivesse por objeto único a análise do *Tratado* do frei dominicano como parte integrante do fenômeno de mundialização. Mais do que isso, para não ficar apenas no passado, puxei para mais perto a relação entre o português e a China que o texto nos mostra: era preciso construir uma ponte entre a “matéria do Oriente” no XVI e o “orientalismo” desenvolvido durante esses séculos que se seguiram.

O que o texto de Gaspar da Cruz, descrevendo pedaços da China entre as décadas de 1550 e 1560, pode oferecer? Ou ainda, o que leva um jovem professor de História do ensino básico a buscar tal referência? Essa última questão sempre me foi entregue por colegas e familiares, inclusive em tom de desqualificação e sobre uma ótica utilitária, solta e com poucos recursos. Pois bem, tento introduzir aqui minhas preocupações: não apostei apenas no conteúdo, mas na construção de uma narrativa que dê sentido ao ontem. Sempre corremos o risco do engano, e talvez eu saiba menos hoje do que eu acreditava saber no início desta pesquisa no final de 2015. A curiosidade de compreender o que se alojou na descrição de Cruz, a importância das relações estabelecidas, os desdobramentos que elas ainda trazem e a compreensão da expansão marítima como um processo de globalidade que ainda nos chega são questões que nortearam e estão presentes na minha escrita.

O *Tratado de Coisas da China*, de Frei Gaspar da Cruz, originalmente denominado *Tratado em que se contam mui por extenso as cousas da China*, é publicado em fevereiro de 1570, na cidade de Évora e corresponde à presença portuguesa na China então conhecida,

mostrando as permutas culturais, o olhar e os desejos régios e individuais de uma testemunha ocular diante de um mundo recém revisto. A escolha desta narrativa, para além de se tratar da primeira narrativa exclusivamente dedicada às “coisas da China”, é uma das poucas fontes não jesuíticas. A discussão da produção jesuítica sobre a China extravasa o objetivo desta pesquisa, mas interfere na escolha do *Tratado* de Frei Gaspar, dominicano que escapa desta categoria de agentes de escrita.

As fontes chinesas sobre a presença portuguesa apresentam a versão das administrações de Pequim e de Cantão. Segundo o sinólogo Paul Pelliot (Apud LOUREIRO, 2000), as informações sobre os portugueses pelas penas chinesas se contradizem, ao passo de tratar os aventureiros lusitanos como muçulmanos. Em parte, essa confusão acontece porque os chineses não tinham a menor ideia de quem eram realmente os portugueses, como abordaremos no primeiro capítulo.

As fontes são lacunares e enviesadas, e uma história teleológica tende a deformar o que se passou entre os portugueses e chineses no século XVI. Não existe fato histórico bruto, tampouco cultura pura ou narrativa original. Tentamos nessa dissertação encontrar o que a penetração dos portugueses, sobretudo de Frei Gaspar da Cruz na China representou para a parte europeia sob a perspectiva de um processo de mundialização. É variando os focos, e não mais invertendo os pontos de vista, que a ideia de uma leitura global das presenças ibérica, defendida por Serge Gruzinski, pretende chegar a uma história que faça sentido em nossa época.

A escolha de Serge Gruzinski para fundamentar boa parte desta dissertação está no fato de que este se dedica há anos ao estudo dos vínculos globais no século XVI, trabalhando a ideia de mundialização pelos vieses culturais, não apenas econômicos. Há uma grande produção de Gruzinski já publicada, a maioria também traduzida em português. Buscando novas fontes, que vão das crônicas até a produção multimídia do século XXI, Gruzinski procura estabelecer os laços que ainda unem o homem do XVI ao homem do XXI. Bebendo da ideia de longa duração de Braudel e das histórias conectadas de Subrahmanyam, este teórico da história cultural também encontra potências nos processos de mestiçagens na América, ocorridos no XVI, para compreender algumas permanências no continente.

A construção desta dissertação estruturou-se na ideia de que a narrativa de Frei Gaspar da Cruz se insere no processo de mundialização ibérica do século XVI, que culminou na dilatação do espaço europeu, provocando a mutação de temporalidades, compreensão de distâncias e

mobilização dos seres, das coisas, e das crenças. A historicização dessa narrativa possibilitou compreender um olhar sobre as relações no processo de expansão e como estas refletiam em sociedades díspares. As formas como os portugueses foram tecendo sua rede de influência impactou pontos diversos, e a literatura de viagem foi matéria essencial para a difusão dessas trocas culturais. A importância de retomar o estudo desta narrativa de viagem e o processo de mundialização ocorrido no século XVI está em compreender os seus desdobramentos no próprio presente globalizado, bem como a construção do “oriental”, ora fantástico, ora inferior, mas sempre diferente e cobiçado.

No capitalismo global, o modelo moderno de estado-nação deixou de ser o único proprietário das decisões em grande escala. Paradoxalmente a isso, os projetos de pureza nacional continuam latentes, como bem afirmou o intelectual indiano Arjun Appadurai. Ainda que eliminar as diferenças seja impraticável em um mundo de fronteiras pouco nítidas, as tentativas são muitas, materializando as deformidades da globalização. Não há uma cultura completa e a tradução da diversidade impede o relativismo. O processo de tradução e de visão do outro dá sentido ao mundo que não possui uma direção única, tal como os cronistas do século XVI foram tecendo suas análises, observações, experiências e visões que, compartilhadas, puderam, de alguma forma, moldar centenas de eruditos, clérigos, aventureiros e navegadores em centenas de anos acerca do outro.

Este trabalho teve como objetivo primeiro tomar o *Tratado das Coisas da China* e o próprio Frei Gaspar da Cruz como agentes deste processo de mundialização do século XVI, e a partir disto, pretendeu-se espelhar como este autor se relacionou nas regiões contatadas do Celeste Império, bem como a influência que a estadia na China inseriu na vivência do missionário. Acredito ser importante a retomada do estudo acerca dos choques de cultura, produção de narrativas e a globalidade formada a partir das naus ibéricas no século XVI, pois ainda que haja a discrepância entre experiência e expectativa, não está em crise a ideia de que necessitamos compreender o outro e minimizar os processos de intolerância. As sociedades do globo no século XVI, grandes ou pequenas, são habituadas a associar o “outro” a tempos de crise, mas todos pertencem a mundos contemporâneos que, por vezes, se ignoram. Nesse contexto, há a tentativa de compreender a globalização contemporânea por fatores históricos anteriores. As exclusões não operavam do mesmo modo que operam na atual globalização, mas isso não

invalida a busca de um panorama em que as exclusões se tornaram mais pungentes e mundializadas, tal como ocorreu no século XVI.

Muitas vezes, os choques e as colisões que resultaram do processo de mundialização foram mortíferos. Pode-se explicá-los por um desígnio consciente de dominar o planeta ou por uma lógica imperialista e ocidental que arrastaria portugueses e castelhanos em torno da Terra. Mas essa visão unilateral negligencia o fato de que é necessário haver no mínimo dois para o encontro. As modalidades de contato, a intensidade de choques e suas repercussões diferem segundo os locais e parceiros. O abalo não era o mesmo na América e na China, embora em cada lado estavam culturas e etnias que nada haviam se preparado para o confronto, tampouco entendiam, *a priori*, o fenômeno da expansão marítima ibérica.

Como encarar populações sob as quais não se sabia quase nada, diferentes sob vários pontos de vista, do tamanho da população chinesa no XVI, por exemplo? Ideias de fluxos e refluxos, de mundos em movimento, de mundialização ou mesmo de histórias conectadas vem sendo produzidas de maneira mais dialógica e a partir da ideia de mobilização de saberes. Este trabalho pretende tomar o *Tratado das Coisas da China* com distanciamento do olhar exclusivamente eurocêntrico, tentando se aproximar às ideias de trocas culturais, apropriações e reapropriações e em uma perspectiva de reavaliação desta fonte histórica.

No primeiro capítulo desta dissertação, discurremos brevemente acerca da imagem da China na Europa, isto é, como os europeus viam o Celeste Império. Passando por Marco Polo e Mandeville até chegar a Tomé Pires, fizemos um percurso cronológico do conhecimento sobre a China que estava disponível aos portugueses desde a Idade Média, até o primeiro contato efetivo lusitano na região. Ainda neste capítulo, abordamos as duas primeiras tentativas diplomáticas portuguesas de estabelecer contatos com a corte chinesa, bem como o estabelecimento em Macau e a importância econômica e regional da rota Macau-Nagasaki.

O segundo capítulo estruturou-se na fundamentação teórica da ideia de mundialização no século XVI, tendo como teórico central Serge Gruzinski, além de teóricos periféricos que corroboram com a mesma tese. O panorama de Lisboa no XVI também é estudado: as transformações sociais, políticas e econômicas que o reino português conhece e materializa em sua capital. Confeccionadas as fundamentações, apontamentos e desdobramentos, retornamos à globalização do século XXI e seus cambiantes, estabelecendo as conexões entre os tempos e estruturas.

O *Tratado das Coisas da China* e seu autor, Frei Gaspar da Cruz, são analisados no terceiro capítulo, no qual discutimos os objetivos e hipóteses desta dissertação. Este capítulo é dividido em quatro partes. Iniciamos com o panorama asiático coevo ao estabelecimento de Frei Gaspar, passando pelas estruturas materiais da viagem, os objetivos e o contexto missionário. O conteúdo do Tratado foi analisado, destacando-se a questão religiosa. As descrições da sociedade chinesa, realizada por Frei Gaspar, ocupou boa parte do capítulo, sendo problematizadas e comentadas nesta dissertação. No último tópico, aproximamos o Tratado do processo de mundialização, estabelecendo relações entre o processo e a narrativa de viagem.

Capítulo 1 - A imagem da China na Europa (XIV – XVI)

A expansão portuguesa no norte da África diferiu da expansão no Sudeste Asiático. No primeiro caso, o fator militar prevaleceu sobre o comercial, e a nobreza terratenente, ligada à formação de Portugal e à terra, marcou forte presença. No outro, o impulso mercantil dominou o militar, destacando-se a presença da nobreza de serviços¹, burguesia e grupos marginalizados, como ocorre na viagem de Vasco da Gama em maio de 1498. Após longo e penoso trajeto, a frota portuguesa aportava em Calicute, no sul da Índia. Essa viagem estabeleceu a primeira ligação marítima direta entre Europa e Ásia, inaugurando uma nova fase nas relações entre ambos continentes. No século XIV, o comércio marítimo português, apesar da talassofobia² que imperava nos europeus, ia de Lisboa à Noruega e o rei português Fernando I, último da dinastia borgonhesa, possuía sua própria armada mercantil (SUBRAHMANYAM, 1993). No final do século XV, os portugueses já possuíam razoável experiência ultramarina, adquirida ao longo de décadas de contatos frequentes e nem sempre pacíficos com os povos da costa ocidental africana. Por outro lado, nesta mesma altura, fontes literárias medievais, como o *Livro das Maravilhas* de Marco Polo (1298-1299) e as *Viagens* de John de Mandeville (1371), que relatavam viagens supostas ou efetivamente realizadas na Ásia, independente do crédito de que eram merecedoras, forneciam aos europeus numerosas informações sobre o longínquo Oriente. Mas nada disso preparou os portugueses para o encontro com o mundo asiático, rico, extenso e complexo. Durante os contatos e estabelecimentos portugueses ao longo do Índico, a região asiática onde a visão do “outro” estabelece um aspecto maior e mais positivo é a China. (LOUREIRO, 2000).

Não só Marco Polo havia visitado a fantástica China. No século XIV, havia sido despachada de Avignon pelo Papa uma embaixada à corte do Grande Khan de Catai. Segundo os anais Ming, estudados por Paul Pelliot (APUD, LOUREIRO, 2000), o lugar de onde vinham os europeus foi denominado *fou-lang*, fazendo alusão ao sabre de dois gumes:

¹ O termo “nobreza de serviços” foi comumente utilizado no século XVI para designar fidalgos que obtinham da Coroa Portuguesa benesses, como cargos e terras, pelos serviços prestados no processo de conquista e ocupação no ultramar.

² Medo do mar.

É aplicando aos estrangeiros o nome de suas armas que as autoridades chinesas os batizam de *Fo-lang-ki*. Dando-lhes um nome cuja origem árabe ou persa esqueceram, e que os portugueses, familiarizados com termo, transcrevem por *Franges*. Mas essa colagem não significa indiferença. As fontes chinesas se perdem em conjecturas sobre a localização do misterioso país: o reino dos *Fo-lang-ki* se situaria a sudoeste do Oceano, não longe de Malaca? Encontra-se ao sul de Java? (GRUZINSKI, 2015, p.163).

Durante os séculos XIII e XIV, os europeus percorreram caminhos para o Oriente, aproveitando-se da *Pax Mongolia*. A expansão e dominação mongol sobre a China trouxe vantagens aos europeus no que tange a relativa abertura com a Ásia. As governanças dos Khans, marcada por alguma tolerância em termos culturais e religiosos, dinamizou os contatos entre Europa e Ásia. Os mongóis, também chamado de tártaros pelos europeus, dominaram boa parte do território chinês. Em 1271, a Dinastia Yuan teve início sob a figura de Kublai Khan. Este assume o poder imperial na China e, por meio do escrito de Marco Polo, torna-se conhecido no espaço europeu.

Em 1245, um frade português conhecido como Lourenço de Portugal foi designado pelo Papa Inocêncio IV para uma missão diplomática junto a corte mongol. Por razões que desconhecemos o tal religioso não chegou a partir de Roma. No século XV, há o declínio mongol no espaço chinês e a retomada de Pequim pelos Ming, iniciando nova fase de centralização política, administrativa e burocrática. (SUBRAMANYAM, 1993).

Para os portugueses eruditos dos primeiros anos do século XVI, e entre eles o próprio rei D. Manuel I, o fabuloso império asiático teria uma existência mais literária do que material, que encontrava expressão no *Livro das Maravilhas*, de Polo. A Ásia “era encarada como algo impreciso, nebuloso, muito próximo da fantasia”. (LOUREIRO, 2000, p. 119). Por outro lado, parece que a memória chinesa dos contatos com os europeus no século XIV se extinguiu no início do século XVI. Tanto na China quanto na América, o outro, que vem de lugar desconhecido, neste caso o português, recebe um nome. Esses nomes que definem um povo ou uma região são elementos de uma etapa de processo de identificação que é complexo. Essa identificação não se desenvolve com a mesma rapidez relativa de nomear o desconhecido.

O português, *Fo-lang-ki* ou *frange*, encarna o desconhecido, cuja origem é ignorada, mas não o sentido desta presença. Ninguém na China sabe exatamente de onde vem esse estrangeiro

nem se lembra dos europeus que, séculos antes, frequentavam a região dominada pelos Yuan. Serão necessárias algumas décadas para que se levante o véu sobre a origem dos *franges*. Nos primeiros contatos, os chineses concluem que os franges são homens pouco recomendáveis. Os portugueses, por sua vez, também nutrem suas desconfianças e a convicção de superioridade inata ao observador. (GRUZINSKI, 2015).

É provável que as expectativas sobre a viagem de Marco Polo circulassem mais depressa que sua obra, que por muito tempo foi pouco acessível aos leitores da península Ibérica. Os portugueses não ignoravam a obra de Polo, da qual a biblioteca do rei D. Duarte (1433-1438) conservava uma cópia em latim. Também é provável que o empreendimento português em direção à China se baseasse em informações mais sólidas do que os escritos do viajante veneziano. Antes mesmo dos portugueses atingirem terras chinesas, produtos de lá desembocavam no Tejo nas últimas décadas do século XV.

Longe nos levaria a discussão sobre as leituras do universo geográfico e civilizacional chinês do século XVI baseadas em uma visão fantástica, em boa medida herdada de Marco Polo. As divergências sobre as fontes são, por vezes, condicionadas pelo próprio campo disciplinar de origem do investigador das informações sobre a China do XVI, produzidas no mundo ibérico.

1.1. A China no século XVI segundo a visão europeia

O mundo chinês no século XVI era uma grande máquina administrativa e judiciária que controla o território através de uma infinidade de mandarins, eunucos, magistrados, inspetores, censores, juízes e chefes militares. Essa máquina se renovava e se sustentava com base em concurso de recrutamento que garantia a continuidade do poder entre a corte de Pequim, as capitais de província e os mais baixos escalões do império. A China do século XVI “é um monstro notoriamente sub administrado” (GRUZINSKI, 2015, p. 28). Os portugueses, em especial Frei Gaspar da Cruz, terão a experiência disso.

Apesar da gestão desonesta, das revoltas e o do banditismo, que impossibilitam idealizar a burocracia chinesa, convém reconhecer que ela é, naquela altura, a única que enquadra população e espaços consideráveis em uma administração centralizadora. A China também é um espaço

fértil para os comerciantes. “O congestionamento crescente do Grande Canal, eixo essencial do comércio Norte-Sul, comprova a intensidade das trocas” (GRUZINSKI, 2015, p. 29).

O comércio, o correio e as tropas se beneficiam de uma rede de estradas e pontes surpreendentes para a realidade portuguesa. As plantações a perder de vista geram fascínio e espanto em Frei Gaspar da Cruz, como veremos mais adiante. É inevitável pensarmos no aparecimento do texto impresso na Europa no século XV. Na China, neste mesmo período, o texto impresso não tem nada de novidade nem de conquista recente. (GRUZINSKI, 2015). Desde séculos antes, harmonizou-se com a oralidade ainda predominante. A questão do texto escrito não está apenas em apontar uma curiosidade ou comparar o “avanço chinês” em relação aos europeus. O documento impresso é intrínseco ao funcionamento de uma administração de tamanha proporção. Analisar o panorama chinês do século XVI conduz invariavelmente a generalidades...

A história da expansão europeia, durante muito tempo, dividiu o mundo entre invasores e invadidos, oferecendo uma ideia de que a atividade e a ânsia dos europeus do Quinhentos estariam opostas à inércia de sociedades por eles contatadas. A China sofreu com essa imagem. No período “medieval”, o Celeste Império não estava fechado ou estancado, se lançando no século XV a uma expansão marítima que a conduziu até as margens da África Oriental (GRUZINSKI, 2015).

Peça importante da dominação mongol, o recuo da civilização chinesa para o interior é relativo. A China dos Míng, que assumiram o poder em 1368, possuía relações com o Tibete, com mongóis e japoneses e reinos do sudoeste asiático, comprovando uma área de influência e a complexidade das políticas internacionais. Portanto, a existência de uma administração encarregada de contatos com o exterior, a curiosidade pelos estrangeiros, a circulação de conhecimentos e de textos impressos impedem, de certa forma, um mundo chinês estanque e empedrado atrás de suas muralhas. Apesar da rede de contatos, “o mundo bárbaro e inferior desagrada os letrados confucionistas e inquietam os altos funcionários” (GRUZINSKI, 2015, p. 46). A partir do século XVI, o comércio com o estrangeiro só seria tolerado se estivesse estritamente enquadrado na burocracia de Pequim. Os comerciantes chineses não hesitam em burlar as normas e corromper os funcionários das alfândegas.

Os portugueses atracarão em um império que vigia constantemente suas fronteiras e suas gentes, mas que não era totalmente impermeável ao mundo externo. Em sua geografia, o espaço chinês conta com fronteiras terrestres e marítimas. No século XV tem início expedições

marítimas chinesas que visitam as costas de África e Arábia. As numerosas ilhas próximas a costa chinesa atraíam muitos contrabandistas, ou seja, quanto mais Pequim impedia os tráficos, mais floresciam as atividades clandestinas. (LOUREIRO, 2000).

A visão recorrente que o olhar europeu desenhava sobre a China, do fim do medievo e até o início da idade moderna, vai sendo rompida paulatinamente, em sincronia com o avanço das naus ibéricas e o estabelecimento de contatos mais efetivos. O *Tratado das Coisas da China*, de Frei Gaspar da Cruz, publicado em 1570, como objeto de análise desta dissertação, foi o primeiro texto exclusivamente dedicado à China. Rompendo com o universo fantástico provocado por Polo ou Mandeville, o *Tratado* do dominicano compila informações sobre o Império Celeste de forma coesa, afastando-se daquilo que escapava à materialidade das observações, “dando a conhecer a grandeza da realidade da China”. (CRUZ, 2010).

1.2. Tomé Pires e o primeiro contato sino-português

A penetração portuguesa na China foi uma operação concebida nas altas esferas do Estado e de Lisboa. Interesses econômicos e estratégicos levam o rei D. Manuel I a interessar-se por esta região do mundo. “A Coroa pretende implantar um dispositivo comercial para assumir o controle do comércio de pimenta-do-reino entre as Molucas, Sumatra e o Império Celestial, ao mesmo tempo que precisa prevenir-se contra a ameaça castelhana (...)” (GRUZINSKI, 2015, p. 101). Além disso, não se pode deixar de lado a aspiração religiosa de D. Manuel I, assim como sua ambição de exercer uma responsabilidade imperial sobre o mundo. (THOMAZ, 1994). Estender a suserania lusa a locais tão distantes tem a ver, portanto, com essa concepção “manuelina”. D. Manuel I cobrava tributos de reis africanos e asiáticos. Apesar do baixo valor, o que estava em causa era mais o símbolo do tributo do que o seu valor. O rei português desejava declarar seu poder sobre o maior número de reis, estabelecendo uma influência alargada em vez de profunda. (SUBRAHMANYAM, 2012).

Em 1511, os portugueses arrancam Malaca do sultão Mahmud Shah. No início, onde quer que os portugueses encontrassem oposição às suas pretensões de dominar o comércio marítimo da costa, agiam de maneira deliberadamente calculada para inspirar o terror. (BOXER, 2005). O

porto conquistado por Afonso de Albuquerque³ se torna uma base indispensável à progressão portuguesa na Ásia oriental, pois Malaca abrigava numerosas comunidades mercantis.

Depois do Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, os portugueses sabem que qualquer esforço castelhano de progressão para o oeste acabaria atingindo o Extremo Oriente. D. Manuel procura por todos os meios e o mais depressa possível consolidar a presença lusitana no mar da China e nas Molucas. “É a questão das Molucas que mobiliza as Coroas de Castela e Portugal, com suas apostas planetárias, suas perspectivas de riqueza inesgotável e seu lote de rivalidades infernais.” (GRUZINSKI, 2015, p.61). Os reis católicos de Espanha já encorajavam a pilhagem de navios portugueses provenientes da Guiné. A luta pelo domínio do Atlântico entre as coroas ibéricas é redirecionada ao Oriente. “Um pouco por motivos dos laços familiares que os unia, mas não menos por ostentação do poderio que representava, D. Manuel I informava D. Fernando sobre as vitórias que suas armas iam alcançando no Oriente.” (ANDRADE, 1972, p. 650).

Retoma-se então a discussão de Tordesilhas e os limites entre o mundo espanhol e português teriam que ser analisados no outro hemisfério. Em 1524 é organizada uma conferência com o objetivo de decidir a posse das Molucas e estabelecer o limite definitivo das fronteiras ibéricas no ultramar. O desfecho se dá com a compra do arquipélago de Carlos V de Espanha por João III de Portugal. (ALBUQUERQUE, 1987).

Em 1513, dois anos após a conquista de Malaca, sob o comando de Afonso de Albuquerque, já existem notícias seguras da chegada de navegadores portugueses ao litoral sul da China. A armada de Fernão Peres de Andrade desembarca no litoral chinês em meados de agosto de 1517. Pela primeira vez, uma grande expedição lusitana, constituída por nove embarcações e várias centenas de homens, visitava demoradamente o litoral sul da China, estabelecendo ligações diretas com as populações das províncias meridionais locais. O capitão-mor Fernão Peres de Andrade designa um embaixador, Tomé Pires⁴, para a operação na China. As estadas anteriores

⁴ Pouco se conhece da biografia de Tomé Pires. As poucas fontes afirma que Pires era de origem plebeia e provinha de uma família de boticários (o pai servira D. João II e ele próprio fora boticário do príncipe D. Afonso) e seguira para a Ásia como “feitor das drogas”. Após a tomada de Malaca, em 1511, Tomé Pires escreveu a sua *Suma Oriental*, uma compilação descritiva onde reuniu todo um manancial de dados sobre reinos e portos, rotas e produtos, comunidades mercantis e práticas comerciais, desde o Mar Vermelho até ao Extremo Oriente. “É um trabalho notável, não apenas pelo que revela da argúcia, curiosidade e espírito metódico do autor, mas também por se tratar de um exemplo paradigmático de uma forma prática e empírica de ver as realidades asiáticas, em flagrante contraste com a erudição puramente livresca de outras obras geográficas da sua época. A *Suma Oriental* está centrada sobre Malaca e o mundo mercantil que envolvia a cidade e os Estreitos. Tomé Pires concede um grande espaço a descrever a cidade e as alterações que se seguiram à conquista, assim como as oportunidades de negócio que se abriam aos

de Pires em Cochim, Cananor e Malaca puseram-no em contato com todos os tipos de mercadores asiáticos e o familiarizaram com um enorme leque de idiomas. (LOUREIRO, 2000). Embora concebida em Lisboa, a viagem lusa à China é confiada aos homens que sabem explorar os recursos humanos e materiais de que dispõem localmente. A expansão portuguesa, e com a ela a mundialização ibérica, é tanto um assunto de destinos individuais quanto de política em grande escala. É também uma “questão de improvisação, e não a máquina bem lubrificada de objetivos programados”. (GRUZINSKI, 2015, p. 105).

Essa expedição permitiu aos portugueses o recolhimento de um vasto cabedal de informações sobre a China. Esse período de estadia portuguesa é relatado pelos cronistas dos Quinhentos. Tais informações não se apresentaram em um único tratado, sinal evidente de que as notícias oriundas da China chegavam a Portugal em tempos distintos, sendo rapidamente superadas. (LOUREIRO, 2000).

Peres de Andrade aborda na ilha de Tamão em junho de 1517. A expedição se divide e uma parte, mesmo sem autorização, sobre o rio das Pérolas para alcançar Cantão. Peres de Andrade, guiado por pilotos chineses que trouxera de Malaca, rumou ao porto de Cantão, onde desembarcou em agosto de 1518. Cantão, ou Guangzhou, era a maior metrópole do sul da China. Por ali se efetuavam muitos dos contatos marítimos do Celeste Império com o exterior. As autoridades chinesas impunham, na altura, sérias restrições ao convívio com estrangeiros, por razões que se ligavam sobretudo à segurança interna e à estabilidade do regime. Por tal motivo, procuravam centralizar as relações com o exterior em algumas cidades costeiras. (LOUREIRO, 2000).

A chegada à Cantão fez com que os portugueses tivessem, pela primeira vez, o contato com práticas sociais muito próprias da China, distintas de tudo o que até então tinham observado em outras regiões asiáticas. Os oficiais de Cantão manifestaram estranhamento pelo embandeiramento dos barcos lusitanos, uma vez que as bandeiras e estandartes, na China, eram apanágios dos funcionários superiores da administração. “A utilização de tiros de artilharia como forma de saudação naval, por sua vez, era um hábito totalmente desconhecido no Celeste Império (...). Os portugueses, ao anunciarem sua chegada de maneira tão ruidosa, não poderiam deixar de criar alguma comoção.” (LOUREIRO, 2000, p. 222).

portugueses. A China ocupa um espaço diminuto, não tomando mais do que parte de um capítulo, além de algumas referências dispersas.” (PINTO, 2014, pp. 15-16).

Durante alguns dias, Fernão Peres e seus companheiros tiveram de aguardar a chegada dos mais altos mandarins cantoneses. O capitão-mor da esquadra portuguesa proibiu a entrada de chineses a bordo de seus navios, impedindo igualmente os seus homens de descenderem a terra. Fernão Peres cumpria com rigidez as instruções, tomando todas as precauções necessárias para evitar surpresas desagradáveis. Aparentemente, a delegação lusa foi bem recebida pelo alto conselho cantonês, e, como resultado desse primeiro encontro, foram acordados alguns pontos. Em primeiro lugar, as autoridades cantoneses fariam seguir para Pequim, capital imperial, a notícia da chegada dos estrangeiros. Qualquer embaixada estrangeira só poderia ser encaminhada a Pequim depois da aprovação imperial. Havia, segundo Fernão Lopes de Castanheda (LOUREIRO, 2000, pp. 224-225), opiniões diversas dos mandarins em relação aos portugueses. Alguns eram abertamente favoráveis, enquanto outros manifestavam sérias ressalvas.

O centralismo chinês previa que os numerosos funcionários provinciais informassem imediatamente o governo central sobre todas as situações invulgares que se verificavam em toda a China. Funcionava, assim, um rigoroso sistema de vigilância mútua, através do qual a Corte Imperial rapidamente se inteirava de eventuais irregularidades, inclusive as praticadas pelo próprio funcionalismo. Desse modo, as autoridades provinciais sentiam-se na obrigação de comunicar a Pequim todo e qualquer evento que ultrapassasse a normalidade, por mais insignificante que pudesse parecer. (LOUREIRO, 2000).

Um dos membros da embaixada de Tomé Pires, Christóvão Vieira, escreve uma carta ao rei D. Manuel I sobre a importância estratégica de Cantão. Para Vieira, não havia tempo a perder. Confecciona uma análise apressada sobre supostas fraquezas do Império Celeste, na qual os triunfos de uma intervenção armada seriam múltiplos. Concluía que o povo chinês facilmente se levantaria contra os mandarins se tivesse o apoio português, pois já estavam cansados dos maus-tratos vindos dos mandarins. Outro ponto de fragilidade seria a ausência de juncos de combate, contando os cantoneses apenas com muralhas para se defenderem. Se o rei D. Manuel I se apodera-se de Cantão, em pouco tempo dominaria Pequim. (D'INTINTO, 1989).

Tomé Pires deixa a esquadra no porto de Cantão e segue em direção à Pequim. A possibilidade de ser recebido em uma audiência oficial era grande, mas só aconteceria em 1521. A demora explica-se: na Corte Imperial o desconhecimento dos portugueses, bem como a sua

“má fama”, teriam chegado aos ouvidos do Imperador Zhengde⁵. Enquanto isso, a embaixada portuguesa se encontra imobilizada no porto de Cantão. Pequim não desejava que os estrangeiros se aproximassem do centro do poder.

As cartas que Tomé Pires carrega trarão alguns problemas. Tradutores contratados em Malaca alteram a carta do rei D. Manuel I ao Imperador chinês, enquadrando-a às formas burocráticas da corte de Pequim e prestando fidelidade ao *Filho do Céu*⁶. Pires expressa o protesto que torna frágil sua posição: a embaixada não vinha prestar submissão ao Imperador. Relação alguma é estabelecida e Pires tem que esperar até que sua sorte seja decidida. A morte de Zhengden no mesmo ano reduz a nada o esforço da embaixada. Com a mudança da administração, Pires é obrigado a retornar a Cantão de mãos vazias. Tomé Pires não tinha informações sobre a frota em Cantão quando retomou o caminho do sul, mas tinha sobre a Corte Imperial: a proibição de qualquer navio estrangeiro de acostar no litoral chinês. (LOUREIRO, 2000). Ao chegar a Cantão, a frota portuguesa já tinha retornado à Malaca. Os mandarins cantonenses submetem Pires a uma chantagem diplomática, exigindo que ele negocie o retorno de Malaca ao seu antigo soberano malaio. Segundo Raffaella D’Instinto, uma carta do Ministério dos Ritos é entregue a Pires para chegar às mãos do rei português. Além do tom de ameaça, há o desprezo: “A terra dos Franges [portugueses] devia ser coisa pequena, próxima ao mar, depois que o mundo é mundo, nunca viera à terra da China embaixador de tal terra”. (D’ISTINTO, 1989, p.17).

As características físicas do portugueses não passam despercebidas. Ping e Zhiliang descrevem os portugueses como homens de “sete pés de altura, nariz comprido e pele branca, barba crespa e cabelos puxando para o ruivo (...) cuja fisionomia lembra a dos japoneses, usam roupas e comem coisas que não são muito civilizadas”. (Apud ALVES; SALDANHA, 1996, pp. 85-86).

A próxima ação dos mandarins de Cantão era difundir entre a população local que os franges eram ladrões que vinham de um lugar insignificante, não sendo dignos de comércio com o Império Celeste. Vale lembrar que, aos olhos dos letrados chineses, todo estrangeiro é considerado “bárbaro” – *fan-ren*. Em 1524, Tomé Pires é executado e qualquer português que se arriscasse nas costas chinesas poderia ser preso e executado. A frota portuguesa, após batalhas

⁵ Nascido em 1491, Zhengde, da Dinastia Ming, subiu ao trono chinês em 1505, governando o Celeste Império até 1521, ano de sua morte. Neste mesmo ano, também falece o rei português D. Manuel I.

⁶ O termo “Filho do Céu” era utilizado para referenciar o Imperador da China.

contra os juncos chineses e o retorno à Malaca, toma o cuidado de distinguir os autores de sua derrota – os mandarins de Cantão – e as autoridades imperiais. Seria um modo de minimizar a afronta feita à Coroa de Portugal e preparar outra investida. De qualquer modo, sobe ao trono português D. João III, que abandona as ambições universais do pai e não procura replicar o adversário (GRUZINSKI, 2015).

As tentativas portuguesas de abordar a China foram barradas pelas reações chinesas. Os portugueses são bárbaros, mas bárbaros dotados de alguns trunfos. São seres que circulam em barcos rápidos com grande potência de fogo, com técnicas militares relativamente sofisticadas. Percebidos como estrangeiros ameaçadores, não enganavam a administração chinesa. Apesar de todas as acusações, justificadas ou não, os “bárbaros”, isto é, os de costume grosseiro e rudimentar, estancados em um estágio pré-civil, de trato e cultura arcaicos (WOLFF, 2004), foram interlocutores comerciais imprescindíveis no processo de mundialização. Sobre a artilharia portuguesa, Christóvão Vieira explica que os chineses estavam conscientes da superioridade lusa, e teriam, portanto, o desejo de obter o segredo delas (Apud GRUZINSKI, p. 185, 2015).

Os estabelecimentos de contatos sino-portugueses na esteira do século XVI nos faz indagar sobre a opacidade que separa essas sociedades e as proximidades que se instauram. A compreensão exaustiva do outro não era requisito para que houvesse a comunicação e atingir os objetivos mais rápidos. A qualidade das relações cotidianas entre portugueses e chineses é sentida como excepcional pelo Frei Gaspar da Cruz, como veremos mais detalhadamente no terceiro capítulo. A comunicação escrita exerce um papel importante nessa relação. Tanto a China como Portugal buscavam o exercício diplomático, um meio de fazer paz ou guerra. O obstáculo linguístico, que poderia ter impedido a progressão ibérica pelo mundo, é removido pela intervenção dos intérpretes, ainda que houvesse a desconfiança constante. Os intérpretes são nativos ou cristãos que passam “para o outro lado”. A confusão das cartas que Pires leva à Pequim é fruto das traduções, mas é também a confirmação das autoridades chinesas sobre as atitudes suspeitas dos *franges*. Não há erro das interpretações, mas há uma adaptação à vida chinesa das coisas, ainda que fosse de encontro do propósito português naquelas terras.

A lógica diplomática portuguesa comprometeu, de certa maneira, o sucesso da embaixada de Pires. Ele próprio havia sido informado, antes mesmo de pisar em Cantão, sobre o caráter meticuloso da burocracia chinesa e dos limites que Pequim fixava para as relações com o estrangeiro. Talvez Pires tenha subestimado a força e o enraizamento imperial celeste.

(LOUREIRO, 2000). As tentativas de vários outros povos de estabelecer relações com a China foram inócuas. Para Serge Gruzinski, se houve um choque de civilização, é somente numa perspectiva de uma história global que essa expressão pode ter algum sentido:

Os portugueses não foram repelidos enquanto europeus, cristãos ou canibais, mas sobretudo porque a administração chinesa de então era alérgica ao estrangeiro e ao bárbaro. É incontestável que o povo de Malaca e de Lisboa era portador de valores, de saberes e de interesses que emanam da cristandade latina. Mas visivelmente não é aquilo de que eles são portadores, conscientes ou inconscientes, que provoca o choque; é antes uma conjuntura política que desperta no seio de burocracia uma tradição de rejeição ao estrangeiro. E essa rejeição tem menos a ver com a xenofobia militante do que com uma incapacidade de sair dos trilhos da administração e com uma imagem idealizada da relação com o exterior (GRUZINSKI, 2015, p. 267).

1.3. A segunda tentativa portuguesa

O fracasso português em Cantão obriga a Coroa a repensar o modo de aproximação. As ambições de D. Manuel I são substituídas pelo pragmatismo de D. João III. O sucessor já não se preocupava com envio de embaixadas nem com projetos de conquista, mas com a multiplicação de mercadores portugueses e suas iniciativas pessoais na costa chinesa. Eliminou-se a ideia de ocupação e de espoliação por parte da Coroa Portuguesa para dar lugar às relações puramente mercantis (COSTA, 1991).

Em princípio, a administração chinesa proibia qualquer comércio com estrangeiros. Na prática, essa situação é variável, pois depende de uma série de atores e grupos de interesse, com preocupações mutáveis. Os portugueses se aproveitaram de um tecido já existente.

Eles não criam nada. Soldados, marinheiros ou negociantes, contentam-se em ser os primeiros europeus a infiltrar-se nessa economia-mundo instalada há muito tempo por mercadores chineses e muçulmanos. (...) Cabe aos portugueses

saber pactuar tanto com os mandarins da costa quanto com os ladrões dos mares e, porque não, diluir-se entre estes últimos. (GRUZINSKI, 2015, p. 274).

As rivalidades econômicas entre cidades e regiões costeiras da China oferecem o panorama propício para os portugueses se infiltrarem. Chineses misturam-se a muçulmanos e a portugueses para frutificarem seus ganhos. Como já foi visto, o desconhecimento de quem eram de fato os portugueses possibilitava relativa acolhida dos asiáticos, quando estes os tomavam por asiáticos, a começar pelos chineses. Muitos portugueses faziam-se passar por comerciantes do Sião ou Bengala ou aceitavam ser confundidos com chineses. Era mais fácil fazer negócios lucrativos sem alarde. A asiaticização dos portugueses (GRUZINSKI, 2014; 2015) se beneficiava da distante presença institucional da Coroa na região. O Estado Português se fazia mais presente na zona de Goa. Passado o Ceilão, os portugueses eram entregues a própria sorte e tinham pouquíssimas condições de lusitanizar seus anfitriões (LOUREIRO, 2000).

Fora do controle de Lisboa e Goa e inseridos no império chinês, os portugueses que ali se aventuravam iam aos poucos se inserindo em circuitos econômicos já estabelecidos. Tal movimento de inserção e de “dançar conforme a música” (SCOTT, 2011) se encerra, em parte, com a instalação em Macau em 1554. A partir daí Portugal se impõe como o intermediário por excelência do comércio sino-japonês (LOUREIRO, 2000). Macau se torna um estabelecimento negociado diretamente com os mandarins de Cantão.

O extermínio da embaixada portuguesa no Cantão, portanto, não encerrou a presença lusa na região. O recuo abriu caminhos que não passaram nem pela conquista nem pela colonização, e que, em última análise, mantiveram os chineses sempre no comando. “Os portugueses ajudaram a China dos Ming a inserir-se numa economia-mundo que, no século XVI, vai se estender de Lisboa ao Oceano Pacífico.” (GRUZINSKI, 2015, p. 281). As reações chinesas de rejeição e de extirpação em relação aos lusitanos transformam, de algum modo, a forma de expansão europeia. Elas forçaram os portugueses a elaborar um modo mais indireto de abordar a China, estabelecendo um tipo de contato outro, de composição com numerosos parceiros asiáticos, experimentando o efeito do processo de mundialização que se iniciava. A China imperial absorverá boa parte da prata extraída da América pelos índios vencidos e pelos escravos africanos.

1.4. O estabelecimento português em Macau e a rota comercial China-Japão

O entreposto português de Macau surgiu por volta de 1557 (SUBRAHMANYAN, 1993), em circunstâncias ainda hoje imperfeitamente conhecidas. Sabe-se que os portugueses utilizavam a península de Macau como ponto de escala nas suas deslocações regulares a Cantão. O ancoradouro designado de Macau situa-se num local deserto e escassamente povoado.

A fundação de Macau é um dos temas mais estudados e, simultaneamente, mais confusos, da história da presença portuguesa na China, uma vez que a relativa escassez de documentação tem suscitado a proliferação de versões românticas, e não fundamentadas, do acontecimento. (LOUREIRO, 2000, p. 543).

Partindo do *Tratado das Coisas da China*, também é possível afirmar que esta fundação não se dá antes de 1557, já que frei Gaspar da Cruz não faz ainda qualquer referência a tal povoado, na extensa faixa de terra que percorreu no sul da China.

Por razões que ainda permanecem um tanto obscuras, os portugueses foram autorizados pelos mandarins de Cantão a estabelecer uma base provisória na península macaense, que logo se estabeleceu como base permanente. Tinham então conseguido assentar em terra firme, depois de quase meio século de infrutíferas tentativas.

A existência de um aglomerado português no litoral da China atraiu inevitavelmente a população chinesa. Os portugueses que circulavam pelo mar da China tinham se especializado no transporte de mercadorias e na prestação de serviços militares, menosprezando todas as atividades diretamente produtivas. Eram dependentes da economia local em termos de aquisição de produtos alimentares e outros bens de primeira necessidade. A população chinesa que se instalou em Macau passou a abastecer os portugueses de víveres para alimentação e prestar serviços variados. (LOUREIRO, 2000).

O governo de Pequim procedeu a avaliação da situação, concluindo que o tráfico com os *Fo-lang-ki* traria grandes benefícios à economia das regiões costeiras. Os portugueses forneciam aos mercados locais quantidades significativas de produtos valiosos, como a pimenta e o incenso.

Os movimentos comerciais também rendiam aos portos cantonenses, já que havia sido estabelecido um acordo e o pagamento de imposto aos portugueses.

No que se respeitava a questões de segurança, a fixação dos portugueses em Macau também trazia vantagens para as autoridades cantonenses, pois “os estrangeiros eram concentrados numa área circunscrita, fácil de vigiar”. (LOUREIRO, 2000, p. 551). Os portugueses, aos poucos, tinham conseguido se distanciar das atividades piratas perante às autoridades chinesas e desempenhavam o papel de intermediários no tráfico de mercadorias entre Japão e China. O que faltava era a permissão das autoridades chinesas para a ação missionária da Companhia de Jesus, que não se contentou com o proveito comercial português em Macau.

O padre Francisco Xavier ⁷ culpava a exagerada cobiça dos mercadores portugueses pelos maus resultados das missões e pela subjugação dos interesses espirituais em detrimento das lógicas mercantis que dominavam as relações luso-chinesas. Os representantes da Coroa Portuguesa em Macau não arriscariam a conquista macaense e os lucros em prol de projetos evangelizadores. (BOXER, 2007).

Uma tradição historiográfica, com base em cartas dos jesuítas de Macau e Malaca (AVELAR, 2003), atribui a conquista de Macau a um episódio de luta contra piratas que assolavam a região de Cantão. Diogo Pereira, capitão-mor de Macau em 1564, prestou serviços militares aos mandarins de Cantão, quando estes sofreram uma revolta de soldados chineses pelo atraso do soldo. Durante semanas, as tropas chinesas revoltosas, a bordo de juncos de guerra, rondaram as ilhas da embocadura do rio Pérola, tentando capturar navios portugueses que demandavam Macau, oriundos de diversos portos do Sudeste Asiático. As naus de guerra lusitanas cercaram nove juncos para defender Macau e, conseqüentemente, barraram o avanço destes à Cantão. A vitória portuguesa parece ter causado impressão favorável na autoridades cantonenses. Em troca, Portugal recebia definitivamente o entreposto de Macau e a legalidade das relações mercantis no comércio marítimo chinês. (LOUREIRO, 2000).

⁷ Francisco Xavier nasceu na cidade de Xavier, Reino de Navarra, em 7 de abril de 1506. Missionário jesuíta ligado ao Padroado Português, exerceu a sua atividade missionária no Oriente, especialmente na Índia Portuguesa e no Japão. Xavier pertencia a uma família tradicional da fidalguia basca. Abalado pela conquista do Reino de Castela sob o Reino de Navarra, aceita prestar serviços ao rei português, João III, por intermédio do seu Embaixador Pedro Mascarenhas. Em 1541, Francisco Xavier parte de Lisboa para a Índia com objetivo de espalhar a fé cristã nos territórios sob domínio português. Após passar por Goa, Málaca e Japão, Francisco Xavier vem a falecer em Sanchoão, em 3 de dezembro de 1552. A Igreja Católica Romana considera que tenha convertido mais pessoas ao Cristianismo do que qualquer outro missionário desde São Paulo, merecendo o epíteto de "Apóstolo do Oriente".

A partir do momento que o estabelecimento luso em Macau tornou-se permanente, as autoridades chinesas estabeleceram alguns impostos alfandegários e visaram que a presença portuguesa na região poderia contribuir para o desenvolvimento da economia local, por meio das ligações diretas com o arquipélago japonês. O envolvimento português com o tráfico japonês teve início em 1540, ano em que aportaram em Kyushu, abrindo algumas possibilidades comerciais. Na altura, o Japão atravessava um período longo de conturbações internas e as relações oficiais com a China estavam interrompidas.

Apesar das restrições oficiais, comerciantes japoneses continuavam interessados em obter seda chinesa e, em troca, intercambiar a prata, metal abundante no arquipélago que tinha a China como maior compradora. Os portugueses se aproveitaram desta oportunidade, assumindo o papel de intermediários comerciais entre a China e o Japão. Essa rota, também chamada de rota Macau-Nagasaki (LOUREIRO, 2007), prolongou-se por quase um século, terminando com a expulsão dos portugueses do Japão em 1639, um ano antes da dissolução da União Ibérica⁸ e da restauração bragançina em Portugal.

Muitos *dáimios* japoneses procuraram atrair os comerciantes portugueses para os seus territórios. O trajeto normalmente era realizado por meio da “nau de trato, uma enorme embarcação mercantil, especialmente destinada ao transporte de mercadorias (...). A nau de trato, no trajeto entre o rio Pérola e o Japão, era quase sempre acompanhada por diversas outras embarcações chinesas”. (LOUREIRO, 2007, p. 35). Em 1571, o porto de Nagasaki torna-se o maior local de influência portuguesa no arquipélago japonês, graças aos direitos cedidos por Omura Sumitada, o primeiro *dáimio* convertido ao cristianismo pela Companhia de Jesus. Nagasaki ofereceu alguma segurança ao comércio luso entre China e Japão, pois estava afastado dos centros de convulsões políticas do Japão.

⁸ O período conhecido como União Ibérica, que compreende o período de 1580-1581 a 1640, marcou a anexação da Coroa Portuguesa e seus domínios ultramarinos à Coroa de Espanha. D. Sebastião I de Portugal morre na famigerada *batalha dos Três Reis*, em Alcácer-Quibir, no norte da África, em agosto de 1578, deixando o trono vacante pela ausência de herdeiro varão. Felipe II de Espanha, tio de D. Sebastião e filho da Infanta Isabel de Portugal, torna-se o herdeiro legítimo e o primeiro na linha sucessória ao trono lusitano, direito que reclama após o desaparecimento do sobrinho. Após a morte do Cardeal D. Henrique e apoiado pela burguesia e parte da nobreza portuguesa, Felipe II presta juramento às Cortes de Tomar, em 1581, assumindo o trono português. Durante 60 anos, Portugal manteve-se sob o jugo dos Habsburgos espanhóis, o que acarretou muitos problemas econômicos e diplomáticos ao reino, como a invasão de seu império pelos holandeses. Em 1640, o impopular Felipe IV de Espanha enfrenta graves crises econômicas em seu reino. O Duque de Bragança, até então aliado dos monarcas filipinos, reclama o trono português e restaura a monarquia. Madrid não reconheceu a independência, culminando nas Guerras de Restauração, que só terminariam três décadas depois. A Casa de Bragança governou Portugal até 1910, com a instauração do regime republicano.

Além do desenvolvimento comercial vivido por Nagasaki neste período, a cidade também se tornou um polo de atração a japoneses convertidos ao cristianismo, já que os jesuítas também fundaram Igreja e Colégio no local. (BOXER, 2007). Os itinerários foram traçados com mais regularidade. As grandes embarcações portuguesas, cuja capacidade de carga variava de 1.200 a 2.000 toneladas, passaram a influenciar a cultura desta parte do Japão, que ainda podemos confirmar nos biombos *namban*, produzidos nos anos finais do século XVI. Esses biombos eram artefatos tipicamente nipônicos, constituídos por armações retangulares de madeira, forradas com papel ou tecido. Além de sua função utilitária, que repartia os espaços domésticos, serviam a propósitos estéticos, constituindo-se uma forma de arte com longas tradições no arquipélago.

Esses sinais de mundialização também podem ser vistos nos costumes. Muitos japoneses teriam incorporado, em nível de vestuário e práticas de consumo, a influência da realidade portuguesa. Os biombos *namban* eram encomendados “por personagens de relevo na vida social nipônica (...). Especial relevo merecem as centenas de biombos produzidos então pelos artistas da Escola de Kano, de que sobrevivem atualmente algumas dezenas.” (LOUREIRO, 2007, p. 37).

As armas de fogo foram introduzidas no Japão pelos portugueses, ainda em meados do século XVI. Provavelmente as primeiras espingardas europeias foram ofertadas às autoridades dos portos nipônicos onde as naus portuguesas pretendiam aportar. Segundo a *Peregrinação*, as espingardas foram desmontadas pelos japoneses a fim de serem estudadas e reproduzidas em larga escala (MENDES PINTO, 2005). A Companhia de Jesus impedia ou dificultava a venda de armas de fogo a não cristãos, mas o Japão constituía um caso singular: como se desenvolveram muitas comunidades cristianizadas no arquipélago, ou reconhecidas como cristãs pelos portugueses, a venda de espingarda a elas tornava-se lícita. Contudo, encontramos inúmeras referências ao tráfico de armamentos no contexto da presença portuguesa no Oriente.

É provável que a introdução das espingardas tenha concedido vantagem a alguns dáimios japoneses, pois além de possuir uma capacidade destrutiva maior, possuía também um manuseio operacional mais simples. O número das espingardas adicionadas ao combate, embora aumentasse gradualmente durante anos, até ser abolida pelos governos autoritários, a natureza da guerra não mudou. Os lanceiros e os arqueiros permaneceram no cenário da batalha e desempenhavam uma importante função dentro da conjuntura militar ao lado da arma de fogo. “É mais sensato dizer que as armas de fogo foram assimiladas à guerra japonesa ao invés de afirmar que promoveram uma revolução militar no Japão.” (SOARES, 2017, p. 19).

Além da visão portuguesa sobre a difusão das armas de fogo no Japão, temos a visão japonesa sobre este processo, materializada no livro *Teppô-ki*, ou *Livro das Espingardas*, composto entre 1596 e 1614, por um sacerdote budista chamado Dairuji Bunji, e oferecido a Hisotoki, senhor de Tanegashima. Foi editado pela primeira vez em 1649, obtendo grande circulação no arquipélago japonês e na própria China (LOUREIRO, 2000).

As relações diplomáticas, as falhas de tradução, a tentativa, por vezes frustrada e quase sempre errônea de “leitura do outro”, o comércio entre o Índico e o Pacífico, a introdução das armas de fogo no Japão, as questões econômicas em atrito com as ambições missionárias, a supremacia pelas rotas de comércio são sinais que nos apontam para este processo de mundialização que os ibéricos passam a costurar, como veremos no capítulo a seguir.

Capítulo 2 - A ideia de mundialização no século XVI.

O processo de mundialização que ocorreu no século XVI, por meio da expansão marítima ibérica, tem como traços essenciais a aceleração, intensificação e diversificação dos contatos estabelecidos. Para alguns teóricos, como Fernand Braudel (1982) e Immanuel Wallerstein (1997), a globalização é um processo que se iniciou há mais de cinco séculos, que se aprofundou ao longo do tempo com a evolução da economia-mundo capitalista e se consolidou na era atual englobando todo o sistema econômico mundial. “Trata-se, portanto, de um equívoco, considerar a globalização um acontecimento recente, isto é, do século XX, e traduzi-la como sinônimo da hegemonia mundial dos Estados Unidos na era atual”. (ALCOFORADO, 2003, p. 23).

Immanuel Wallerstein defende a ideia de que o sistema-mundo se originou no século XVI, e que havia ali uma economia capitalista mundial, ou seja, uma rede de processos de produção integrados, a incessante acumulação de capital, centralizada via acumulação primitiva, a concentração de capital e os mecanismos de trocas desiguais. Para Fernand Braudel, pode-se afirmar que até o século XV existiam cinco economias-mundo espalhadas pelo planeta, que viviam separadas entre si: Europa; China e regiões tributárias; Índia; África árabe; civilizações pré-colombianas da América. Essas economias-mundo, antes do século XV, conheciam-se muito pouco, ou apenas por escambos de navegações de cabotagem. A expansão geográfica europeia significou a expansão da economia-mundo europeia, no sentido de estabelecer relações mercantis com as demais economias-mundo. O processo de mundialização nunca se interrompeu desde o século XV-XVI.

Na primeira fase do processo de mundialização, estruturou-se um sólido comércio triangular entre Europa, África e América. Politicamente, esse processo se fez sob a égide de monarquias absolutistas que concentravam enorme poder e mobilizavam os recursos econômicos, militares e burocráticos, para manterem e expandirem suas áreas de influência e dominação. O mercantilismo, de maneira geral, baseava-se numa complexa legislação que recorria a medidas protecionistas, incentivos fiscais e doação de monopólios. Toda rede comercial se destinava ao acúmulo de riqueza (ALCOFORADO, 2003).

A mundialização ibérica foi o berço de uma primeira “economia-mundo” que suscitou estudos bem conhecidos e de grande relevo nos anos 1970. Estes trabalhos, porém, deixaram na sombra outros aspectos igualmente importantes, como por exemplo, a constituição das primeiras

burocracias operando numa escala planetária (GRUZINSKI, 2001). Estas burocracias tinham estreitas ligações com a Igreja, devido ao padroado português e ao patronato espanhol. Caberia lembrar as redes internacionais constituídas pelas ordens religiosas, pelos jesuítas e pelos cristãos novos, que transitavam e trocavam informações nos espaços de influência ibérica.

Esse processo conferiu uma realização terrestre a um velho projeto que remonta aos gregos e cristãos: a ideia de que o globo é um ecúmeno, que é povoado pela mesma humanidade que pode compartilhar uma série de valores universais e que se viu assinalada a um destino comum. Com os ibéricos a mundialização ocidental deixa de ser metafísica cosmológica e teológica para tornar-se terrestre, transformando-se em uma empresa de conquista da realidade física e humana do planeta na sua globalidade. (GRUZINSKI, 2007) Em contrapartida,

a mundialização ibérica transtornou, quando não destruiu, uma depois da outra, as comunidades e as certezas nas quais viviam e sobreviviam muitos grupos humanos. Cabe precisar que o desarraigamento concerne tanto os invasores cortados de suas raízes familiares, separados de sua pátria, quanto os invadidos e colonizados, reagrupados para formarem novas entidades. (GRUZINSKI, 2007, p. 07).

As crônicas dos viajantes compõem manifestações desta mutação histórica denominada mundialização ibérica. Pouco interessava o que se dizia nas zonas de influência ibérica, pretendiam-se notícias concretas e, se possível, colhidas o mais perto possível da própria fonte (ANDRADE, 1972). A formação prévia de um determinado cronista, assim como os seus objetivos específicos, certamente determinam as respectivas observações e análises da realidade circundante.

A expansão marítima teve grande efeito na formação de uma literatura nacional portuguesa, se pensarmos as identidades nacionais a partir da construção de cânone de textos literários (CURTO, 2009). De Gomes Eanes de Zurara a Luís de Camões, passando por Garcia de Resende, Diogo do Couto, Mendes Pinto e tantos outros que aqui não aprofundaremos, é impossível não reconhecer o impacto das navegações na produção literária. Como afirmou o historiador brasileiro Fernando Novais, as crônicas de viagem formaram um movimento à parte na literatura portuguesa (NOVAIS, 2005).

O princípio de evocação da experiência como critério de estabelecimento de verdade está presente na maior parte da produção cronista portuguesa dos séculos XV e XVI. Essa valorização pode ser compreendida em função do sentido desta produção. Essas narrativas tinham por objetivo dar a conhecer o “novo”. A posição do cronista em termos socioeconômicos interfere nas escolhas temáticas do discurso. Gomes Eanes de Zurara, na *Crónica dos feitos da Guiné*, preocupa-se muito mais com o espírito de cruzada, os feitos de cavalaria e as façanhas dos nobres lusitanos do que em traçar um relato sobre as estruturas sociais, políticas e culturais dos reinos africanos, ao contrário do veneziano Cadamosto, que assume claramente seu interesse pelos negócios locais e possibilidade de trocas comerciais lucrativas. Cadamosto, ainda que de uma forma tímida, nos leva a conhecer um pouco sobre os povos pelos quais obteve informações. (FERNANDES, 2014).

A produção literária estrangeira, ou seja, as crônicas confeccionadas por viajantes italianos, franceses e holandeses sobre os contatos portugueses nas quatro partes do mundo, corroboram com a formação literária europeia dos séculos XV e XVI. Nicolau de Valckesntein registrou a presença de escravos africanos em Portugal no século XV. Participando das festas e cerimoniais realizados em Lisboa, em 1451, pelo casamento da infanta Leonor, irmã do rei Afonso V, com o imperador Frederico III, o cronista alemão faz um relato inédito das relações entre “pretos, mouros e portugueses na capital do reino durante as bodas reais”, citando também as apresentações de grupos africanos para homenagear a infanta. O que chama a atenção do autor é o costume de muçulmanos, judeus e bárbaros – assim Valckenstein denomina os africanos – de participarem das festas da monarquia lusa. (BRANCO, NASCIMENTO, ROSA, 1992). Talvez fosse um primeiro sinal dos impactos desta mundialização que iria se construir.

Ao longo do século XVI, multiplicam-se os testemunhos sobre a população negra em Portugal e as relações que se estabelecem. Nos relatos do holandês Nicolau Clenardo, do italiano Filippo Sassetti e do castelhano Bartolomé de Villalba y Estaña, a ideia de que Lisboa produzia uma atmosfera inédita está colocada em ambos os escritos. (CURTO, 2009). Essas impressões provocam o espanto nestes viajantes sobre a quantidade de negros em Portugal e os lugares ocupados por esses escravos no interior dos grupos que compunham a sociedade portuguesa nos séculos XV e XVI. É necessário frisar, nessa teia de relações sociais, a constante marginalização dos negros em Lisboa: dos serviços precários à exploração sexual das mulheres negras.

A mundialização, através dos contatos ibéricos, dependeu em boa conta e medida de um sistema de intérpretes. O recrutamento de nativos para as expedições passou a ser fator integrante nas empresas de conquista. Os nativos aprendiam a língua portuguesa, em troca de soldo ou mesmo à revelia, quando estes estavam na condição de cativos. Esta última prática não era bem vista por alguns membros da Coroa por uma questão estratégica: o intérprete teria de ser incentivado antes de ser obrigado, para que houvesse o bom andamento das relações.

A transformação das práticas de comunicação é outro ponto da mundialização no século XVI. O estabelecimento de intérpretes nos revela que a expansão da língua portuguesa, ou mesmo da língua castelhana, foi um processo lento e circunscrito. Na feitoria portuguesa de Cochim, por exemplo, os funcionários mais bem pagos eram os intérpretes da feitoria, à frente de diversos escrivães: um soldado português recebia em média 8.400 réis, enquanto o intérprete, 12.600 réis. (CURTO, 2009, pp. 35-36). Um fenômeno que notamos nos contatos é a letargia – ou incapacidade – dos portugueses em aprenderem as línguas locais, visto que a capacidade de um português traduzir as línguas dos contatos proporcionava franca melhoria do estatuto social do tradutor. “António Camelo, por exemplo, tradutor do árabe em Cananor, foi feito cavaleiro por D. Francisco de Almeida e confirmado neste título por D. Manuel I em 1510”. (CURTO, 2009, p. 38).

Podemos falar na possibilidade de uma falta de agentes portugueses capacitados para cumprir as funções de tradução. Em consequência disso, o trabalho de tradução foi, sobretudo uma iniciativa de agentes locais, o que causou múltiplos transtornos a Portugal, como ocorreu na embaixada de Tomé Pires a Pequim, já vista no capítulo anterior. É a partir de meados do século XVI que o trabalho de tradução dos vernáculos europeus, asiáticos, ameríndios e africanos progredirá, visto que as ordens religiosas assumem este papel para expansão e afirmação de poder. O próprio Frei Gaspar da Cruz, ao chegar ao Camboja vindo de Malaca, escreveu em seu Tratado: “depois de saber a língua por terceiro tratando com gentes e padres (...) achei tudo ao revés do que me tinham dito, e que tudo eram enganos de seculares.” (CRUZ, 2010, p. 157). Assim, a aprendizagem da língua, além de dispensar os intérpretes, era condição necessária para o estabelecimento efetivo. No caso do dominicano, era viabilizar a missão ao qual pretendia realizar.

O interesse pelos vernáculos locais por parte de dominicanos, jesuítas e franciscanos se resumia, na maior parte das vezes, a interesses missionários. Os portugueses laicos, ligados ao

interesse comercial, talvez tenham tido maior eficácia em termos de comunicação. Intercâmbios de todos os tipos desenvolveram-se entre as diferentes partes do globo e acabaram por questionar a centralidade do Velho Mundo e de suas concepções. A evolução das técnicas, a aceleração das comunicações, mas também as criações artísticas, em todas as suas formas, não cessaram de desorganizar algumas noções tradicionais. As pistas de uma história cultural descentrada, atenta ao grau de permeabilidade dos mundos e aos cruzamentos de civilizações, podem igualmente revelar-se fecundas. (GRUZINSKI, 2014).

À custa de explorações, de descobertas e de conquistas, os impérios espanhol e português precipitaram-se, ao longo do século XVI, em uma mobilização militar, religiosa e econômica sem precedente. Estendendo sua dominação política e material, os ibéricos acumularam novas experiências e novos saberes. A busca insaciável de escravos, de metais preciosos e de informações de todo o tipo marcam esse processo de mundialização. Instituições ibéricas multiplicaram-se fora da Europa e, no fim do século XVI, cidades fundadas por espanhóis e portugueses já se contavam às centenas.

Os portugueses procuram alianças e aproveitam-se de conflitos existentes nos locais contatados ou das desorganizações temporárias dos sistemas políticos destes locais, como é o caso do estabelecimento luso no Japão. Beneficiam-se das atividades de diversos agentes isolados, com os quais realizam acordos de convivência e, em alguns casos, até de sobrevivência. No entanto, é ingenuidade concluir que os portugueses utilizavam as condições locais para promover relações. Como vimos, o contato com a corte imperial chinesa foi difícil e, ao fim e ao cabo, não ocorreu da forma esperada pela Coroa Portuguesa. Os formalismos cerimoniais, por ocasião das embaixadas, presentes variados e audiências, mostraram-se bastante complexos. Tais dados nos levam a duas percepções: a mundialização vai sendo tecida entre poderes enraizados e milenares, por vezes mais poderosos do que os próprios agentes ibéricos; a Coroa Portuguesa, apesar de dançar conforme a música, nunca deixou de lado os projetos de unidade e universalidade, com aspirações imperiais e coloniais. A Coroa Portuguesa encarava de forma positiva a introdução de um componente missionária em seus domínios de além-mar. O aspecto religioso nunca foi esquecido pelo Padroado Português no contato com o Oriente. Os monarcas lusitanos dedicaram alguma atenção à organização das estruturas eclesiásticas no espaço ultramarino.

As experiências, as práticas e as curiosidades percorrem os relatos de viagem da expansão ibérica, incluindo as “advertências” e os “negócios” tratados. Para além das competições entre os potentados ibéricos e, mais ainda, entre as ordens religiosas, tais fatores permitiram a produção literária dos viajantes, e as experiências relatadas tiveram larga difusão e trocas nos circuitos de comunicação na Europa e nos territórios sob a influência destes reinos do Ocidente. Donald Lach sustentou que era necessário analisar estes textos de viagem em um contexto internacional (Apud GRUZINSKI, 2014; CURTO, 2009).

Essa mobilização em escala planetária projeta os imaginários dos contemporâneos para horizontes por muito tempo reputados inacessíveis.

Esse movimento anima tanto poetas como Luís de Camões e Bernardo de Balbuena e filósofos como Tommaso Campanella, quanto missionários como Bartolomé de Las Casas, Frei Gaspar da Cruz e São Francisco Xavier. Mobilização mais do que expansão ou dilatação (...) o termo expansão não oferece senão uma visão parcial e unidirecional, para não dizer eurocêntrica, dos deslocamentos em cadeia, impulsionados pelos portugueses e pelos espanhóis (GRUZINSKI, 2014, p. 53).

É uma mobilização em profundidade, pelo que provoca de movimentos e entusiasmos imponderados que se precipitam uns e outros, sobre todo o globo. “Ela escapa mesmo ao controle dos homens quando espalha no mais fundo das Américas os micróbios de outras partes do mundo” (GRUZINSKI, 2014, p. 54). A mundialização ibérica galvaniza as subjetividades na medida em que lança ao desconhecido as frotas e os exércitos, infunde uma força nova aos velhos milenarismos, aos sonhos e às lendas. Recuando indefinidamente os horizontes, multiplicando os confrontos e os descentramentos críticos, ela relativiza os saberes dos antigos e, ao mesmo tempo, planetariza a Antiguidade. À força de colocar no mesmo plano as sociedades pré-colombianas da América e as do mundo antigo, os escritos de Bartolomé de Las Casas estendem à esfera planetária uma Antiguidade recomposta, que desestabiliza as fronteiras dos antigos, tão caras aos humanistas. Para os portugueses Garcia da Orta e Fr. Gaspar da Cruz, ou para o espanhol González de Mendonza, a China milenar impõe sua inevitável presença diante da

Grécia ou de Roma, colocando igualmente em questão as certezas dos modernos presas ao Velho Mundo. Nem o presente nem o passado saem ilesos. Nem os objetos, nem as ideias e e nem os imaginários. (GRUZINSKI, 2014). Homens e mulheres circularam às dezenas de milhares entre as quatro partes do mundo no século XVI. São os primeiros atores dessa mobilização generalizada. Descobridores, conquistadores, missionários e burocratas, comerciantes, aventureiros de todo o tipo, andarilhos e expatriados atravessam o Atlântico e o Índico entre a Europa, América e Ásia. Para alguns, os deslocamentos condicionam sua existência inteira. (GRUZINSKI, 2014).

Outro sinal dessa mobilidade são fluxos de mercadorias que transitam de um mundo a outro. A conquista portuguesa na África e na Ásia, depois a colonização espanhola na América, lançou ao mar frotas carregadas de mercadorias e de metais preciosos que esses continentes forneciam à Europa, quer quisessem, quer não. As especiarias asiáticas tomam o caminho do oceano Índico, contornam a África, sobem o Atlântico sul para amontoar-se nos entrepostos de Lisboa e Antuérpia. Nessas rotas marítimas circulam, em número sempre crescente, objetos raros, que vão guarnecer as coleções dos príncipes e os gabinetes europeus de curiosidades.

Ao longo de todo o século XVI, as mercadorias vindas da Ásia conquistaram o mercado americano, encontrando compradores tanto no México, Lima ou Bahia, quanto na Antuérpia, Lisboa, Roma ou Sevilha. “Em seu tratado sobre a China publicado em 1570, o dominicano Gaspar da Cruz lembra que imagens de dragões, bordadas com fios de ouro, e importadas da China, decoram as igrejas portuguesas”. (GRUZINSKI, 2014, p. 62). Em sentido inverso, as artes europeias, pinturas, esculturas e gravuras, vidrarias de Veneza, tecidos preciosos da Itália, lançam-se à conquista do mundo. No fim do século XVI, uma embaixada espanhola, fazendo escala nas Filipinas, traz presentes para o xogum do Japão, entre os quais louça de prata. A multiplicação dos itinerários explica a complexidade dos percursos. Neste processo de mundialização, desenvolveu-se um urbanismo ibero-americano nas suas variantes portuguesa e castelhana. O traçado espanhol influenciou os planos das cidades das Índias de Castela.

No início do século XVI, partindo, por sua vez, à conquista das terras atingidas pelos ibéricos, o livro europeu atravessa o Atlântico com os conquistadores, os missionários e os representantes da Coroa, assim como segue os portugueses na África e ao longo das costas da Índia. Mais tarde, ele se introduzirá no Japão e na China, com os jesuítas portugueses e italianos.

Pela primeira vez na história, os livros, como os navios, circulam em todos os oceanos. Assim como os objetos e riquezas, os livros impressos na Europa dão a volta ao mundo e ultrapassam fronteiras. Bibliotecas acompanham seus proprietários pelos oceanos do globo. Lê-se nos barcos para matar o tempo, para si ou em voz alta para os companheiros de viagem.

A voga de um autor, a habilidade comercial dos livreiros faz com que se devorem, muitas vezes, as mesmas obras nas diferentes partes do mundo, a milhares de quilômetros da Europa. Amadores dispersos entre África, Ásia e América formam um novo leitorado que se interessa pelos mesmos títulos, obras de piedade, clássicos latinos ou romances de sucesso: “Que a quarta parte de Diana, publicada na Espanha, em 1582, possa ser lida em Manila, apenas um ano mais tarde, diz muito sobre a rapidez da circulação das obras, muitas vezes superior a que se observa hoje.” (GRUZINSKI, 2014, p. 77). Ao mesmo tempo dos livros, as línguas europeias se mundializam. O século XVI é a era da difusão das línguas antigas, como o latim e o grego, ou modernas, como o castelhano, o português e o italiano. (AVELAR, 2003).

(...) podemos evocar a aparição de um público internacional de leitores com dimensões planetárias. Os livros impressos na península ibérica e na Europa cruzam os oceanos Atlântico, Pacífico e Índico. Uma obra, redigida para um vasto público, tão famosa e difundida como a Diana de Montemayor, encontra os seus leitores tanto no Recôncavo baiano quanto nas vilas das Filipinas espanholas. Traduzidas para o *nahuatl* no México e para o japonês em Nagasaki, as *Fábulas* de Esopo tornaram-se acessíveis às elites japonesas e indígenas da Nova Espanha. A aparição de um direito indiano — *Las leyes de Indias* — oferece outro exemplo de propagação de categorias e de valores oriundos do mundo ibérico. (GRUZINSKI, 2001, p. 181).

Pela primeira vez, os letrados de uma monarquia europeia confrontaram-se com as principais culturas do globo. É revelador, nesse sentido, o fato de que um franciscano como Bernardino de Sahagún tenha estudado a *filosofia moral* dos Índios do México nos mesmos anos em que o agostiniano Juan González de Mendoza examinou a “filosofia natural y moral que se le publicamente” entre os chineses. Os cronistas de Castela e de Roma examinaram as pinturas pictográficas mexicanas e os livros da China enviados à Europa.

À mesma época multiplicam-se as possibilidades de comparações planetárias. O historiador da China compara as cidades deste império com Bruges, Sevilha e Cádiz. Nesta época também os cronistas costumam introduzir paralelos entre as Índias Ocidentais e as Índias Orientais. (...) O português Manuel Correia de Montenegro, revisor régio das impressões na Universidade de Salamanca, compara o Brasil com as Índias de Castela: “naquelas não há mais do que ouro e prata enquanto no Brasil há também metais muitos estimados e ademais outras muitas coisas proveitosas e saudáveis para a vida humana”.(GRUZINSKI, 2001, p. 182).

O século XVI não se limitou à mobilização dos recursos do Ocidente para o resto do globo. Em retorno, a expansão ibérica multiplicou os efeitos, e não somente no domínio das especiarias e dos metais preciosos. Informações, textos, traduções, testemunhos, vindos das outras partes do mundo, enriquecem as bibliotecas e coleções da Europa ocidental, central e mesmo oriental, tecendo uma tela planetária. O desconhecido de ontem tornou-se familiar, o inacessível tornou-se doravante disponível. No cais de Rouen ou nos mercados de escravos de Castela, os europeus cruzam-se com ameríndios. Em sentido inverso, os indígenas do Novo Mundo descobrem o vinho ibérico e os negros da Guiné habituam-se à mandioca brasileira. O domínio das ciências e da medicina ilustra a amplitude dos deslocamentos e a velocidade das acelerações. É nesse contexto que o termo *mundo* surge nas penas mais diversas

(...) Se hoje a palavra global propulsa-nos no espaço e coloca-nos fora de nosso planeta, essa definição poderia já aplicar-se a artistas como Van Orley, Camões ou Balbuena, que figuram incontestavelmente entre os portadores dessa nova perspectiva. Ao longo do século XVI, a relação entre pátria e mundo modifica-se à medida que esses dois termos mudam de conteúdo e de escala, esposando os ritmos da mobilização ibérica. (GRUZINSKI, 2014, p. 94)

Escalas planetárias, compreensão dos espaços intercontinentais, mobilização de indivíduos e coisas: a mundialização dos ibéricos não se realiza no solo da Península. Ela põe em jogo outros espaços, outros imaginários e, sobretudo, outros atores, como ameríndios, filipinos, mulatos, japoneses, hindus. Apesar de estar longe das fronteiras europeias, “essa revalorização da experiência hispano-portuguesa, não oferece ainda senão uma genealogia corrida da modernidade

clássica. Ela não escapa ao enquadramento etnocêntrico de uma história intelectual da Europa.” (GRUZINSKI, 2014, p. 96).

Esse processo está ligado aos seus mediadores e aos espaços intermediários em que ele se desenvolve, para os quais convergem forças locais e globais, sistemas de símbolos e concepções de mundo, estratégias de dominação, de adaptação e de resistência. A conexão do mundo é intrínseca à mundialização ibérica. Desde o rei Dom Manuel I de Portugal e dos reis católicos de Espanha⁹, a mundialização ibérica desdobra-se nas *quatro partes do mundo* e modifica a existência de dezenas de milhares de pessoas. Muitas dessas pessoas acostumaram-se a viver em terras estrangeiras, divididas entre os costumes da região que deixaram e a imagem vaga de um mundo em expansão, sofrendo, sem dúvida, a influência de outra região contatada que lhes era, até então, totalmente desconhecida. (GRUZINSKI, 2014).

América, Europa e Ásia não são senão referências sobre o mapa dessas ligações planetárias que “chamaremos conexões para insistir em seu caráter compósito, ao mesmo tempo físico, material, psicológico e conceitual, em sua intensidade e sua amplitude intercontinental, nas interações de todos os tipos que elas provocam.” (SUBRAHMANYAM, 2012, p. 32). Essas conexões multiplicam-se desde que, no século XV, os portugueses empenharam-se em ocupar as costas africanas e os castelhanos engajaram-se na conquista do Novo Mundo. Nesse último, a conquista é tão deletéria que leva uma grande parte da população ameríndia ao túmulo, por violência e pelas epidemias vindas da Europa e da África. Estabelecer contatos pela primeira vez desenrola-se muitas vezes no sangue e no horror. O conquistador paga, frequentemente, com a vida a sua temeridade, seu desprezo pelo povo e seu desconhecimento do terreno. Mas muitos outros caminhos os colocam em relação com as quatro partes do mundo. O da troca, do comércio, das alianças. Qualquer que seja a intensidade dos primeiros contatos, estes nem sempre bastam para religar os mundos. É preciso que se instaurem relações a uma escala inteiramente outra.

Foi, ainda, o teatro de interações planetárias entre o Cristianismo, o Islão e o que os ibéricos chamavam de idolatrias, uma categoria que abarca arbitrariamente as religiões

⁹ Dom Manuel I, conhecido como O Venturoso, foi rei de Portugal de 1495 a 1521, período em que se realizam as maiores empreitadas da expansão portuguesa. A mesma época, na recém-unificada Espanha, reina Isabel I de Castela e Fernando II de Aragão (1474 – 1516), responsáveis pela conquista de Granada aos muçulmanos em 1492, o mesmo ano em que Cristóvão Colombo, financiado pelos reis católicos, aporta no continente americano. Ambos os monarcas governam na passagem do século, em um momento de abundância para as Coroas Ibéricas.

americanas e as africanas, ou ainda as grandes religiões da Ásia. Em meio a este espaço colonial, foram introduzidas instituições e práticas oriundas de outros continentes. O impacto das instituições europeias provocou efeitos *en retour*. Estabelecido em Goa, na Cidade do México e em Lima, o Santo Ofício, por exemplo, teve de controlar povoações e extensos territórios que transformaram as modalidades e o alcance de sua ação (GRUZINSKI, 2001, p. 180).

A presença feminina no processo de mundialização também foi destacada, embora ainda haja poucos trabalhos que desenvolvam a temática da participação das mulheres e das relações de gênero no âmbito da expansão marítima europeia, e a importância da figura feminina na manutenção da Metrópole. As mulheres portuguesas, apesar de impedidas pela legislação real de atravessar os mares sem autorização prévia, se dirigiram de forma expressiva em direção ao Oriente e à América. “As imagens de riquezas e fortunas era um importante atrativo para a emigração feminina”. (SAMARA, 1999, p. 123). As mulheres que embarcavam nas naus, geralmente, faziam parte dos grupos de órfãs ou degredadas, sendo essas últimas perseguidas pelo Tribunal da Inquisição.

Frei Gaspar da Cruz, em seu Tratado, nos revela alguns hábitos das mulheres chinesas, como veremos no capítulo 3. O veneziano Cesare Veccelio produziu xilogravuras (1589- 1590) que retratavam as mulheres de diferentes etnias e culturas. Ao que tudo indica, Veccelio produziu as imagens com base em relatos de viagens coetâneos. As leituras das indumentárias femininas estavam relacionadas aos padrões renascentistas. Segundo Eni de Mesquita, o veneziano produziu a imagem da mulher portuguesa como reservada ao espaço privado, ao contrário da mulher chinesa:

(...) é possível perceber que a portuguesa está com o corpo ainda mais coberto do que as chinesas, o que demonstra o seu recato e o vendamento do seu corpo aos homens. Ademais, a lusitana era uma mulher com poucos adornos e ostentação, possuindo um chapéu e um leque fechado (...). Enfim, as mulheres portuguesas, na perspectiva de Veccelio, tinham uma moda mais simples do que as orientais (SAMARA, 1999, p. 123).

A participação social feminina no Oriente português, segundo Charles R. Boxer, foi constante, embora os cronistas e a própria historiografia não apontem. Segundo o historiador, Goa recebeu a maior parte das “senhoras do reino” que foram enviadas ao Pacífico, destacando dois nomes importantes para a sociedade goense em fins do XVI e início do XVII: D. Maria de Noronha e D. Maria de Meneses (BOXER, 2008). O autor cita ainda o papel das jovens chinesas que, indesejadas pelas famílias, eram vendidas aos portugueses, por um período ou durante a vida inteira. Essas chinesas, chamadas de *mui-tsai*, foram importantes para o aumento da população macauense e, conseqüentemente, na manutenção do poderio português na região.

As portuguesas da elite macauense assumiam muitas vezes a governança do território, visto que os maridos partiam constantemente para negociar com a Corte Imperial ou com as autoridades portuguesas de Goa. Já no outro lado do mundo, a participação das mulheres portuguesas pobres foi importante para a ocupação do litoral sul-americano. Essas mulheres “atingiam na colônia uma ascensão social (...). Conseguiram administrar a mão de obra cativa e realizar papéis econômicos relativamente importantes como a mercancia.” (SAMARA, 1999, p. 127). Além disso, adquiriram status, casando com governadores da terra e obtendo riquezas como joias e vestes oriundas da Europa, África e Ásia, situação inimaginável em Portugal ao qual viviam.

Os valores nobiliárquicos eram muito significativos na América Portuguesa, e o desejo por objetos de luxo era constante e diferenciador. No XVI, a vida material da elite colonial era muito simples em comparação à Metrópole, ou mesmo a Goa. A elite colonial, por falta de recursos, excluía a grande parte da população de seu consumo indumentário, como a proibição do uso de sapatos aos nativos e cativos. Como bem assinalou Sérgio Buarque de Holanda, havia uma “ética de fidalgos” que valorizava o ócio e a ostentação como mecanismos de exclusão, ainda que a vida desta fidalguia colonial estivesse muito distante do que acontecia em Lisboa. (HOLLANDA, 1995).

No que tange aos negócios açucareiros, a presença feminina teve papel importante. As senhoras viúvas assumiam o controle dos engenhos, organizando o trabalho cotidiano da casa-grande e da senzala. Essas mulheres obtinham o controle da família e do espaço público, já que na colônia o público e o privado estavam imbricados e com distinções pouco nítidas. Na mundialização, a condição feminina variou conforme as estratificações sociais e os contextos de

influência. Havia uma enorme distância entre o cotidiano de uma portuguesa e uma africana da Guiné em Salvador, ou entre uma senhora de engenho na mesma cidade e uma senhora portuguesa da elite de Goa ou Macau, assim como havia enorme diferença entre uma *mui-tsai* no Cantão e uma Tupinambá no Piratininga. Mais ainda, entre uma escrava africana em Lisboa e em Pernambuco.

Apesar das diferenças entre o mesmo gênero e até do mesmo status social nos espaços da mundialização, houve neste período uma constante movimentação feminina da América à Ásia. Ibéricas atravessaram os mares e se aventuraram em diversas frentes de atuação durante o século XVI, garantindo, muitas vezes, a permanência ibérica nas várias regiões contatadas. A ligação das outras partes do mundo à Europa ibérica desenrolou-se assim em ritmos diversos. Entre o fim do século XV e o início do século XVI, o reconhecimento das costas africanas, as expedições de Vasco da Gama, de Pedro Alvares Cabral, de Cristovão Colombo, a “volta ao mundo” de Magalhães, El Cano e Pigafetta, assim como muitas outras viagens, alargaram de maneira prodigiosa os horizontes ibéricos (FONSECA, 2001). As trocas de cartas, relatos e crônicas de viagem oferecem fontes preciosas para apreender outras conexões essenciais no sentido de que revelam como os indivíduos reagem às rupturas e aos acasos provocados pela mundialização ibérica. Elas só concernem, evidentemente, aos europeus e aos mestiços que tem acesso à escrita, e aos meios de pagar os correios que circulam entre os continentes. (GRUZINSKI, 2014).

Caóticos ou programados, pacíficos ou brutais, os encontros de uns com outros terminam na mistura dos corpos, dos alimentos, das línguas e das crenças, relacionando seres e mundos. As experiências locais deixam traços: hábitos alimentares e de vestuários, proenituras, doenças. Mais além dos costumeiros preconceitos, dos medos, dos ódios e dos atrativos, a mobilidade dos homens e das coisas aciona todos os tipos de trocas, tanto materiais quanto afetivas, que, à força de se reproduzirem, tecem tramas planetárias em que vem se enraizar na mundialização ibérica.

2.1. Lisboa no século XVI: centro mundial

Os modos novos de vida conjugam espontaneamente usos originários de vários mundos. As circulações, as trocas, os choques e as fascinações criam sociedades mescladas em toda a

extensão das colônias ibéricas. O Brasil, as Índias dos portugueses, as Filipinas dos espanhóis, as costas africanas tornam-se terras intensamente amalgamadas. A própria Península Ibérica é produto de uma longa história de mesclas e abriga ainda muitos vestígios deste processo. Os algarismos, por exemplo, sugerem que a presença moura deixou traços. (FONSECA, 2001). No século XVI,

Lisboa é a cabeça de um império e de uma economia mundial: ouro da Guiné e Minas, açúcar da Madeira, São Tomé, depois Brasil, pastel açoriano, especiarias e drogas do Oriente, prata da Europa central e, posteriormente, do México e Peru, pau-brasil, escravos negros, que vão formar a mão de obra de engenhos e fazendas nos arquipélagos além-atlântico, porcelanas e sedas da china, obras de cobre da Alemanha, tecidos italianos, flamengos, ingleses (...). Aqui está instalada a alta administração do reino e ultramar, e as rodas supremas dessa engrenagem econômico-administrativa que lida com feitorias e colônias é que compreende a Casa da Guiné e Mina, a Casa da Índia, as Vedorias da Fazenda – engrenagem articulada ao grande capitalismo cosmopolita (GODINHO, 1975, p. 40).

Os desdobramentos deste retrato de Lisboa do século XVI, que não deixa dúvida quanto à importância da cidade em comparação com os demais grandes centros da Europa de então, não se limitam aos elementos materiais: a expansão do trabalho livre e sua acelerada divisão em numerosas especializações, o crescimento do mercado interno, as novas necessidades e as mudanças de caráter social e caráter cultural (TINHORÃO, 2011).

Os portugueses, no processo de expansão marítima, impactaram povos e terras. Em contrapartida, absorveram gradualmente as culturas de fora, controladas pelos filtros da burocracia real e da Igreja Católica (BARRETO, 1998). Lisboa, por concentrar a maior parte dos contatos com mundo externo ao reino, filtrava as novidades controlando os interesses locais, irradiava os conhecimentos e fomentava a produção interna visando atender as necessidades do mundo mercantil:

A absorção do mundo externo pelos portugueses foi morosa, sabendo-se que o lugar das tradições e dos costumes estava bem aquinhoado no âmago daquela

sociedade. Quem transitava entre o *velho* e o *novo*, dentro dos parâmetros defendidos, eram os humanistas, os religiosos, a corte e os mercadores. Os demais grupos sociais, nas maiores cidades, como Lisboa e Porto, eram praticamente movidos e absorvidos pelos novos tempos sem grande consciência do processo. Mais distantes ficavam aqueles homens situados no interior do reino onde os impactos dos descobrimentos foram residuais (OLIVEIRA, 2015, p. 25).

Neste momento, o trato com os números em Lisboa passou a ser exigência do mercantilismo, mesmo sendo uma prática que atingia a todos. No século XVI, quantificar mercadorias e pessoas em Lisboa era uma forma de controlar com maior eficiência as gentes e estabelecer critérios e valores de impostos. Não raro foi a convivência entre grupos sociais e etnias no espaço lisboeta, devido à chegada de escravos africanos e estrangeiros da Europa e Ásia. Em contrapartida, a mundialização do século XVI impôs a imigração de mais ou menos quarenta mil portugueses para a América, África e Ásia, com o objetivo de assegurar o funcionamento da burocracia, das relações econômicas, das guarnições e da efetiva ocupação de lugares estratégicos. “Neste mesmo período, Portugal, por sua vez, recebia mão de obra qualificada de outros reinos.” (OLIVEIRA, 2015, p. 42).

A mundialização ibérica promoveu incentivos para uma parcela da população deixar o reino português. Havia, assim, um mundo novo a ser desvendado, riquezas inexploradas, cargos de poder a serem ocupados, populações a serem evangelizadas. Esses foram fatores que favoreceram essa mobilização de gente portuguesa pelo mundo (GODINHO, 1963). Deixar o reino, e, principalmente Lisboa, não era decisão corriqueira. Apesar da fome e das condições violentas em que viviam os desocupados da metrópole lusitana, “a vida a bordo das caravelas, além de extremamente perigosa, não constituía atrativo nem oferecia qualquer tipo de compensação (...). A Coroa procurava suprir a carência de marinheiros com recrutamentos de condenados a justiça, oferecendo perdão pelos crimes cometidos (...)” (RAMOS, 2004, p. 36).

O inverso também ocorreu. Diversos contingentes estabeleceram-se em Lisboa a partir do século XVI. Lisboa passou a ser um centro de atração de pessoas e mercadorias, e, ao mesmo tempo, a desaguar todas elas para as quatro partes do mundo. A cidade de Lisboa sentiu de

maneira abrupta os impactos da própria mundialização que ajudou a impulsionar. Segundo Vitoriano Magalhães Godinho, por volta de 1527, a cidade tinha aproximadamente 65 mil habitantes, já em 1551, contava-se em torno de 100 mil pessoas, além da população estrangeira circulante. Parte dessa população era de escravos oriundos das investidas lusas na costa oeste africana. O historiador relaciona a significância desses números ao comparar a capital do reino com a população de Coimbra e Porto, que possuíam, na mesma época, 20 mil e 15 mil habitantes, respectivamente. (GODINHO, 1975).

O crescimento populacional empreendido em Lisboa foi significativo e coevo ao processo de mundialização, em todo o século XVI, mesmo que levemos em conta as crises e a doenças, como a Peste que assolou a capital durante vários períodos, levando milhares de pessoas à morte, como ocorreu com Frei Gaspar da Cruz, que veremos mais adiante. Podemos considerar que Lisboa sentiu mais que todo o reino os impactos da expansão marítima:

A vida diplomática, o comércio internacional e o intercâmbio cultural e religioso sempre tinham contribuído para a passagem para a passagem ou fixação de estrangeiros em Portugal. (...) Há notícias de embaixadores e agentes régios, de mercadores e figuras da Igreja que se ligaram temporária ou definitivamente ao país. (...) Alargou-se o quadro social, graças à criação ou surto de atividades profissionais, como a tipografia, a ourivesaria e a relojoaria; por outro lado, pela ‘vinda’ de mestres estrangeiros para o ensino nos colégios e universidades; enfim, pelo alargamento do próprio comércio ultramarino (...). (SERRÃO, 1978, p. 275).

Devido à importância gradativa de Lisboa, não só para as trocas comerciais e culturais com o mundo exterior, mas também como centro do poder de um império marítimo (BOXER, 2007), o rei D. Manuel I dedicou-se às questões do abastecimento interno e do fornecimento dos produtos básicos aos habitantes lisboenses. Os empreendimentos ultramarinos fizeram crescer a produção naval e de acessórios, que requeriam matérias-primas como resina, estopa, ferro para pregos e âncoras, cordas e tecidos. Portugal não produzia o suficiente da madeira de qualidade para atender sua própria demanda, o que necessitava a importação do material de reinos vizinhos. (CASTRO, 1985). O abastecimento de armas de fogo, pólvora e canhões era necessidade primeira das empresas lusas no ultramar. Não havia possibilidade da falta destes itens, mesmo quando o contato com os grupos nativos se dava de forma pacífica. Os canhões, como já visto no

capítulo I, era tão entranhado à lógica da navegação portuguesa que passou a batizar o invasor português no sul da China. Espingardeiros e bombardeiros eram profissionais demasiado importantes para a Coroa.

A necessidade de alimentos para os marinheiros requeria a ampliação do cultivo do trigo nos campos portugueses, elemento que Portugal carecia desde o período medieval, dependendo das importações do produto da França, Inglaterra, Flanders e Galícia. As biscoiteiras formaram uma categoria de trabalho numerosa no Portugal de quinhentos. Os biscoitos, fortemente cozidos, feitos à base de trigo, sal e água, alimentaram as tripulações por séculos mar adentro. Os capitães e nobres que embarcavam somavam esses biscoitos à carne conservada em sal, o que aumentou a produção pecuária e o número de fumeiros, em especial no Minho e Trás-os-Montes. (CASTRO, 1985). O peixe seco e salgado provinha do Algarve e substituía a carne em tempos de crises.

Os estabelecimentos portugueses na África possibilitaram o comércio e maior abastecimento de produtos no reino. Do Marrocos, os portugueses compravam gado e trigo. Almíscar, marfim e ovos de avestruz provinham da atual Mauritânia. Açúcar e cereais eram produzidos na Madeira e em São Tomé. Porcelana e seda da China abasteciam o desejo da nobreza portuguesa, assim como as pedrarias indianas. O impacto da mundialização resultou na mudança de hábito dos portugueses, principalmente para os mais abastados:

O excesso de ingredientes caros na alimentação era uma forma de luxo e, por isso, especiarias como a pimenta, canela, cravinho, noz moscada, gengibre, açafrão etc., eram generosamente incluídas em diversos pratos. O mesmo se passou com o açúcar. Os doces, outrora à base de mel, ovos e frutos secos, ganhavam novo contributo, a partir de então, usado com pouca moderação em muitos pratos, o que tornavam pouco agradáveis ao paladar devido à mistura desproporcional. (OLIVEIRA, 2015). A vida portuguesa, e em especial, a lisboeta, girava em torno das novidades. Mas também era preciso cuidar das tarefas rotineiras para a manutenção de uma cidade que se tornava global.

2.2. Os desdobramentos da mundialização ibérica e as histórias conectadas

Essas misturas têm um efeito paradoxal: ao mesmo tempo que soldam os modos de vida e as subjetividades, introduzem diferenças expressas por novas ações. A luta contra o paganismo é mais brutal na América do que na África ou na Ásia, onde a relação de forças não facilita a difusão do Cristianismo. Mas a confrontação também provoca cultos sincréticos, por vezes encorajados pela Igreja, que neles encontra o meio de enraizar-se mais depressa no local. Em boa parte, os ibéricos, em especial os portugueses, se chocam com um rival planetário, o Islã. Os portugueses são confrontados por populações muçulmanas nas costas da Guiné, em Moçambique, na Índia, em Málaca, Ormuz ou Achem. Os muçulmanos seguem por toda a parte o avanço dos ibéricos.

A mundialização ibérica explica igualmente a irradiação planetária atribuída à vitória de Lepanto sobre os turcos. O ruído do acontecimento ressoa até nos campos da Nova Espanha. Ele é mencionado nas crônicas indianas e mesmo pintado por alunos japoneses dos jesuítas em Nagasaki. O ódio contra o Islã é um fenômeno indispensável da mundialização ibérica, e os evangelizadores se esforçam para inculcá-los nos nativos americanos. (GRUZINSKI, 2014, p. 178).

As rotas comerciais, oficiais ou clandestinas, reúnem ou aproximam ainda mais as diferentes partes do mundo. As cidades que as balizam são vitrines incomparáveis. Os sonhos de riqueza, o desejo de ter em mãos todos os tesouros do mundo, a prata do Peru, o ouro da Guiné, as especiarias das Molucas ou os diamantes da Índia alimentam um imaginário mundialmente partilhado, em que a modernidade ibérica tem os tons de um materialismo conquistador, insaciável, sem limites nem fronteiras. O desejo de riqueza é justamente um dos motores da mobilização ibérica, quem leva os seres e as coisas para outras partes do mundo. As conexões entre mundos no século XVI tornaram-se tão intensas e tão fecundas que engendraram situações imprevistas, sem precedentes e novas realidades (SUBRAHMANYAM, 2012).

O processo de mobilização ibérica não provocou somente mudanças, mas fortaleceu continuidades. Para o historiador Vitorino Magalhães Godinho, o reino português se lançou no projeto de conquista de partes do globo e assentou alguns alicerces do capitalismo mercantil, mas

depois acabou recusando esta lógica para cuja gênese contribuiu, e se deixou arrastar enleado na estrutura do Antigo Regime. (GODINHO, 1983).

A comunicação das coisas longínquas, porém, manteve razoável circulação entre os mundos e estreitou alguns vínculos. Todo o contato deve, por sua vez, favorecer uma ampliação de saberes. No início da década de 1560, em sua sede de informações e de novidades, o português Garcia da Orta exprime o desejo de que se saiba mais sobre a China, por esta ter tanta relação com os portugueses. As grandes descobertas aceleram a difusão dos conhecimentos, e bastará ao dominicano Gaspar da Cruz ter passado seis semanas no litoral chinês para estar em condições de escrever um tratado sobre a China. À rapidez da escrita, acrescentam-se a da pesquisa e a da compilação. “O plágio gerava economia de tempo e trabalho. Era uma maneira de por e repor em circulação informações que, de outra forma, seriam condenadas ao esquecimento” (GRUZINSKI, 2014, p. 236).

A diversidade dos mundos que os cronistas encontram e analisam é espantosa em tamanho. De um extremo a outro da Terra, europeus, indígenas, mulatos ou mestiços, cristão novos esforçam-se para descrever todas as sociedades e lugares com um objetivo idêntico: introduzir esses povos no saber europeu, unir ao mundo o que se sabe deles, tal como o concebem os ibéricos, conectar as memórias, capturar o novo e o desconhecido, neutralizar o estranho. A religião, apesar de constituir um problema, não impede que os observadores ibéricos detalhar os cleros pagãos e os ritos que praticavam, quer tenham eles mesmos observados, como Frei Gaspar da Cruz e Gonçalo Fernandes Trancoso, quer tenham recolhido informações da boca dos antigos.

A observação supõe uma proximidade, até mesmo uma consciência com as sociedades e as terras observadas. Os cronistas tiveram de se acostumar aos meios novos que descobriram, e não somente a formas de pensamento e de crenças que não são suas. O esforço físico estava longe de ser negligenciável. De uma forma muito mais interessada, os cronistas estão atentos à maneira como as civilizações reagem à dominação ibérica. (GRUZINSKI, 2014).

Os cronistas do século XVI inventam e desenvolvem maneiras de ligar a Europa aos mundos que adotaram ou dos quais são originários. Tal visão das coisas termina invariavelmente por fazer conectar as realidades locais ao contexto ocidental, à medida que a mundialização

ibérica entende seus tentáculos em direção a novas terras e novas sociedades. Ainda que a conexão de um mundo a outro não se limite a tradução das coisas indígenas em códigos europeus, por exemplo, a ligação seria imperfeita se não implicasse também uma “indianização ou africanização das coisas da Europa” (GRUZINSKI, 2014). Os universos miscigenados da mundialização ibérica são também mundos comunicantes:

A América foi colonizada graças à capacidade do português incorporar as formas de mobilidade do indígena. Assim, o conquistador se viu obrigado a distanciar-se do discurso unificador produzido na Europa. Ou seja, a cultura americana, disfarçada com os adereços e a língua europeia, escapava silenciosamente ao universalismo histórico imposto pela cultura europeia. (SILVA, 1991, p. 55).

Por toda a parte, homens e mulheres são confrontados com entornos. Com condições de vida e com desafios intelectuais que lhes obrigam a redefinir suas origens, suas raízes e suas identidades. A proliferação dos vínculos e das referências, os efeitos da distância e do descentramento criam constantemente situações imprevistas e sem precedentes.

Grande quantidade de manuscritos perdeu-se ou só foi publicada nos séculos XIX e XX, em outros contextos e outras mundializações. Mas o essencial não é o destino traçado para essas investigações e para seus autores; é a multiplicação, *in loco*, dos contatos e do intercâmbio que a coleta planetária acarretou. A elaboração lenta, progressiva de um tecido de relações que, á custa de inúmeros confrontos e cumplicidades, construiu a mundialização ibérica e conectou entre si as terras da monarquia católica (GRUZINSKI, 2014, p. 284).

No momento em que os comerciantes de Lisboa visitaram o Oriente e o Novo Mundo, códice e biombos ganhavam o mar em sentido contrário, para o prazer dos nobres e para a instrução dos sábios. Desses contatos com os outros mundos, a mundialização ibérica deixou múltiplos testemunhos. Enquanto o ouro africano, a prata americana, as especiarias, o açúcar e o

tabaco fora engolidos pelas economias, as narrativas de viagem contêm ainda a memória visível e silenciosa do que se passou entre as sociedades europeias e as outras partes do mundo. (AVELAR, 2003). Grande quantidade de manuscritos, esculturas, pinturas e peças de mobiliário, surgidos do embate entre os invasores ibéricos e os continentes, transitaram assim de um mundo a outro.

O dominicano Gaspar da Cruz permanecera seis semanas em território chinês, no ano de 1556, empreendendo sua pesquisa sobre as “coisas” da China. Enquanto isso, em Goa, nesse mesmo ano de 1556, o médico Garcia da Orta analisa as plantas da região, fazendo grande pesquisa sobre os médicos asiáticos para enriquecer seu tratado sobre as drogas e plantas medicinais. (AVELAR, 2003)

Provavelmente, Garcia da Orta e Gaspar da Cruz se cruzaram pelas ruas de Goa. Esses dois homens redigiram obras que, cada um na sua área, marcaram etapas essenciais na relação da Europa com outras partes do mundo.

Fora de Portugal, essas obras são raramente citadas, embora possam rivalizar com os melhores estudos europeus da época, quando não nos acenam com horizontes de uma audácia e de uma lucidez raramente igualadas. Se conexões foram estabelecidas entre as quatro partes do mundo, foi porque esses grupos e indivíduos engajaram-se em um empreendimento sem precedente e repetido em todo lugar: comparar crenças, línguas, memórias, saberes, até então desconhecidos. (GRUZINSKI, 2014, p. 190).

Com a dispersão dos ibéricos nos espaços da monarquia católica as perspectivas mudam e diversificam-se. Desenha-se uma virada na percepção ocidental do mundo: a partir desta época novas comparações podem ser feitas desde um ponto de vista situado em terras longínquas que oferecem um novo quadro de referência, que se sobrepõe ao quadro europeu ou ibérico. Por isso, o médico estabelecido no México, Juan de Cárdenas, pode usar a fórmula “mais nas Índias do que em qualquer outra parte ou província do mundo” (GRUZINSKI, 2014).

Esta virada tem várias repercussões. Assim, por exemplo, na cidade do México na segunda metade do século XVI, elaborou-se uma visão propriamente americana da Ásia, ou seja,

um “orientalismo” que se transplantou para o Novo Mundo sem perder as suas raízes ocidentais. Essas histórias conectadas propõem uma alternativa para limitar o etnocentrismo historiográfico:

Parece-me que a tarefa do historiador pode ser a de exumar as ligações históricas ou, antes, para ser mais exato, de explorar as *connected histories*, se adotarmos a expressão proposta pelo historiador do império português, Sanjay Subrahmanyam, o que implica que as histórias só podem ser múltiplas — ao invés de falar de uma história única e unificada com “h” maiúsculo. Esta perspectiva significa que estas histórias estão ligadas, conectadas, e que se comunicam entre si. Diante de realidades que convém estudar a partir de múltiplas escalas, o historiador tem de converter-se em uma espécie de eletricitista encarregado de restabelecer as conexões internacionais e intercontinentais que as historiografias nacionais desligaram ou esconderam, bloqueando as suas respectivas fronteiras. (GRUZINSKI, 2001, p. 176).

O arquipélago de Capricórnio formava uma zona de intensas interações que apoiavam-se no circuito negreiro Lisboa-Rio de Janeiro-Luanda-Buenos Aires. Ambrósio Fernandes Brandão considerava o comércio entre o Brasil, Angola, Rio da Prata e o Peru mais importante do que as trocas com a metrópole. Esta zona, tão bem descrita por Luís Felipe de Alencastro no Trato dos viventes, tem muito a ver com o *Mar del Sur* denominado pelos mercadores do México, Peru e Manila. Cabe lembrar que as duas zonas econômicas se fortaleceram no período da monarquia católica, logrando certa autonomia em relação à metrópole.

O estudo dos mundos de influência ibérica também leva ao questionamento sobre o tema dos tempos e das temporalidades. A presença ibérica na América, por exemplo, se traduz pela imposição sistemática da referência ao tempo ocidental e cristão, já que a colonização dos tempos acompanhou a colonização do espaço (GRUZINSKI, 2001). O tempo ocidental não é só uma maneira de calcular o passo dos dias e das horas. É também uma concepção do passado e uma possibilidade de prever o futuro.

A perspectiva das históricas conectadas torna possível perceber, por exemplo, que a apropriação, pelos indígenas, de elementos da mitologia greco-romana, trazidos pelos

colonizadores espanhóis, implicava na atribuição de significados, conforme as chaves de leitura das sociedades ameríndias. A análise deste fenômeno deve considerar, portanto, os trânsitos percorridos por esses elementos, no tempo e no espaço, de um continente ao outro, para se compreender como se encontraram e foram compreendidos e utilizados (LIMA E FONSECA, 2013). Esse tema das mitologias é apenas um exemplo dos desdobramentos das mestiçagens culturais no processo de mundialização ibérica

Para Serge Gruzinski, devemos nos colocar longe das visões dualistas que opõem ibéricos aos ameríndios, os vencedores e os vencidos, pois as fontes revelam paisagens misturadas e sempre imprevisíveis. Não se trata de comparar, mas de refletir sobre o enigma das ligações que se apresentam e que nem sempre – ou raras vezes – se deram de forma espontânea e pacífica. Essas ligações ocorreram em um contexto de conquista, de ambição universalista, com uso de força e imposição, elementos que aceleraram, de alguma forma, o processo de mistura e apropriação de elementos culturais. Por outro lado, o que foi imposto, também foi recebido segundo o padrão e o entendimento de cada povo “conquistado”, construindo analogias (GRUZINSKI, 2003).

2.3. E quanto à nossa globalização (XX-XXI)?

No contexto de globalização capitalista, há a discrepância entre experiência e expectativa. Mas não está em crise a ideia de que precisamos de uma sociedade melhor. A partir da década de 1990, o mundo iniciou o processo de derrubada das fronteiras econômicas, como o apoio das novas tecnologias. A ideia de economia nacional tornou-se colaboradora global, perdendo o status de autonomia. Talvez seja arriscado falar em um fim do estado nação, mas a proliferação das formas celulares questiona a sua moralidade (APPADURAI, 2009).

Quanto à conquista e à destruição do outro, estão postas desde o século XVI. Para os ibéricos da mundialização, a existência das diversidades eram marcas de fracasso, uma metáfora da traição ao projeto universal católico. Hoje, as diversidades se encontram no campo das minorias. O historiador inglês Eric Hobsbawm (1984) discorre acerca das invenções dos conceitos, estrutura e tradições, e nos leva a compreender que as minorias e majorias são invenções históricas. Os contrastes e os limites ajudam a consolidar essas identificações.

Identidades predatórias reivindicam a extinção da outra coletividade para sua própria sobrevivência. Geralmente elas são relacionadas a majorias culturais que procuram estar exclusivamente ligadas à identidade da nação. Surgem em circunstâncias em que majorias e minorias podem ser vistas como estando em risco de trocar de lugar. Essas identidades também são produtos da ideia de que um povo nacional reduz-se ao princípio da singularidade étnica.

As minorias, na concepção liberal, são fontes de preocupação, pois levantam o fantasma do traidor, do dissidente, do revolucionário. Eles introduzem o privado na esfera pública, colocando em risco os interesses gerais em detrimento de interesses especiais. As minorias são vistas de outra forma pela imaginação liberal, com certo valor positivo pela liberdade de exprimir discordâncias. Há minorias temporais, ou de procedimento (questão de opinião) e minorias permanentes, ou substantivas (questões culturais). O exemplo da Índia, que “se transformou numa forma de regime político agressivamente hinduízando, que identifica o estado indiano com a cultura hindu. E a maioria hindu é só um projeto, não um fato” (APPADURAI, 2009, p. 53).

O psicanalista Sigmund Freud desenvolveu a ideia do narcisismo das diferenças mínimas para compreender por que povos semelhantes em história, línguas e identidades alimentam ódio mútuo (FREUD, 2010). É o caso dos próprios ibéricos na corrida marítima do século XVI. Ambas as Coroas possuíam laços culturais e sociopolíticos estreitos e um projeto universal ligado à expansão da fé. Mas isso não impediu que os narcisismos se agigassem, até formar uma disputa global entre Portugal e Espanha pela influência nas quatro partes do mundo. Seria para o psicanalista o status majoritário buscando a pureza étnica.

Os meios de comunicação variados permitiram a dificuldade em se ter o controle total da opinião pública. Nenhuma população significativa está fora dos termos da economia global. A insegurança dos estados e as incertezas dos civis estão hoje interligadas, e essa perda de nitidez do que representa cada coisa é visível. A incerteza civil pode ser tão ampla a ponto de causar medo econômico e deslocamento populacional, exacerbados pela mídia. No caso do Brasil, tomam conta da mídia as narrativas de crime nas grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, exacerbando o criando outras formas de violência e medo. O outro ponto é o ódio à distância. A mídia estimula o sentimento de ódio e a globalização passa a ter duas faces. A face do terror que ameaça o estado-nação e a face das ações civis internacionais (rede de ativismo). O

ativismo transnacional constrói sua solidariedade de mais modo mais específico lógico e sensível ao contexto, não generalizando os grupos como os movimentos anteriores de emancipação.

Algumas minorias são temidas porque são porta-vozes disformes de uma maioria global ferida. Não é possível mapear a realidade complexa cultural num quadro geográfico concreto. Em meio a isto, há também um fenômeno da globalização que é perda da vontade da emancipação social. É necessário fazer a crítica à razão indolente, que se acha única. A razão indolente ocidental tem duas características: A razão metonímica toma uma parte para entender o todo, construída por hegemonia. A razão proléptica conhece no presente a história futura. “É preciso contrair o futuro e ampliar o presente. O ocidente tem medo de ser a periferia do Oriente, pois o conhecimento deste último é mais global e não dicotômico. A transformação sem a compreensão está nos levando a situações de desastre. É preciso pensar fora da totalidade”. (SANTOS, 2007, p. 49).

O sociólogo português Boaventura de Souza Santos propõe o trabalho com a sociologia das ausências, “transgressiva, que visa mostrar que o que não existe é produzido ativamente como não-existente, invisível a hegemonia” (SANTOS, 2007, p. 32). As ausências são produzidas pelas ciências sociais ocidentais, por possuir um único saber científico, descartando o resto, por manter a ideia de que a história tem uma direção e que os países desenvolvidos a estão alcançando, por ocultar hierarquias e tornar normal o inferior, por contar o que é global e descartar o local e levar em conta o produtivismo capitalista como a única lógica produtiva. Para superar essas ausências, Boaventura de Souza Santos desenvolve a ecologia dos saberes para que haja o diálogo entre o saber científico e o saber laico, para abarcar outros tempos, e não só o linear, para eliminar as hierarquias para depois contar as diferenças, para trabalhar entre as escalas, analisando o local, o nacional e global e valorizar os sistemas de produção alternativos que o capitalismo desacredita.

Corroborando com essa ideia, o sociólogo brasileiro Laymert Garcia dos Santos afirma que a diversidade é geradora de informação e a uniformidade é a ausência de informação. Não há justiça social global sem justiça entre os conhecimentos. Não há cultura completa e a tradução da diversidade impede o relativismo. O processo de tradução dá sentido ao mundo que não possui uma direção única. É preciso sair do diagnóstico do presente para a visão de futuro.

As teorias sociais em geral, como a teoria marxista, não abordam as questões do colonialismo como se deve, e exclui muitas formas de opressão, como racismo, sexismo, castas etc. Outro ponto é que priorizam o saber universal. A ecologia de saberes permite aprender outros conhecimentos sem esquecer o próprio. O modelo atual teórico deslegitima e descredita o conhecimento que não é convencional. (SANTOS, 2007, p. 103).

Boaventura de Souza Santos considera que nós possuímos um problema de silêncio social, criado pelo contato colonial, baseado no desprezo, em que muitas partes foram caladas. É uma herança do processo de mundialização do século XVI. O desafio é como fazer o silêncio falar de maneira a produzir autonomia e não reproduzir silenciamento. “Não nos serve nem uma política de hegemonia nem uma política identitária fundamentalista. Temos de nos acostumar com a interdisciplinaridade. É preciso dialogar mais”. (SANTOS, p. 97). As ambições universais, cultivadas pelos ibéricos há cinco séculos, continuam entranhadas em nosso contexto mundial, inclusive naqueles que não operam os mecanismos de dominação.

A epistemologia do sul inclui a perspectiva pós-colonial, que abarca duas ideias: a primeira é que terminou o colonialismo político, não o cultural. A segunda é uma construção teórica que pensa um Sul contra a hegemonia Norte-Sul. Faz necessário o desenvolvimento de uma noção de democracia outra, capaz de substituir relações de poder por relações de autoridade compartilhada. Nas teorias ocidentais, a ideia de emancipação foi conduzida pelo princípio da igualdade e não pelo princípio do reconhecimento das diferenças. O que nos importa não é homogeneização, mas as diferenças iguais.

Há a ideia de que o Estado é a solução dos problemas sociais, tanto nas concepções democracias liberais como nas democracias sociais. O Estado assegura a identidade, o bem estar, a segurança e a soberania, individuais e coletivas. Mas esse modelo entrou em crise nos últimas duas décadas. Apenas sobreviveu o modelo democrático liberal e a democracia passou a caminhar com o capitalismo, deixando de lado a redistribuição social. “Vivemos em sociedades politicamente democráticas e representativas, e socialmente fascistas. A lógica inverteu-se hoje, a sociedade civil é a solução e o Estado o causador de problemas”. (SANTOS, 2003, p. 101).

A democracia de baixa intensidade, na qual vivemos, permite prevalecer o constitucionalismo das empresas globais, violando as leis nacionais. A participação partidária é importante se houver credibilidade no país. Os movimentos sociais não possuem a mesma articulação e organização. A democracia participativa desenvolve uma luta mais ampla contra as opressões. Essa democracia cresce em alguns países por variados motivos. Um deles é a legitimidade dos partidos que não cumprem as promessas e surge uma pressão de baixo para cima. Todos os movimentos fundadores da democracia foram ilegais, mas os movimentos isolados não aproveitam as oportunidades. É preciso despolarizar os movimentos e trabalhar com a pluralidade unida.

A relação entre globalização e tecnologia são um dos pontos em que a desigualdade entre povos e organizações mostra-se mais pungente. A propriedade dos meios tecnológicos e de informação dilata o fosso entre pobres e ricos. O conceito de patentes, segundo Laymert Garcia dos Santos, é a forma jurídica para a exploração do outro. O exemplo dos recursos naturais que são globais, mas os frutos decorrentes deles são patenteados, o que nos leva a uma discussão sobre esse paradoxo. Se algo é global, não pode ser controlado por determinadas instituições. É perceptível a ideia de depredação do meio apenas e tão somente pelo viés econômico. Os materiais genéticos e vegetais são valorados monetariamente. Segundo o autor, “Não existe ética alguma no que se está fazendo no mundo. A ficção científica está sendo concretizada” (GARCIA DOS SANTOS, p. 63).

O Brasil, neste panorama, vive os cambiantes da lógica do capital global. Em seu ensaio intitulado *O Ornitorrinco*, o sociólogo brasileiro Chico de Oliveira elege a figura deste animal, considerado ao mesmo tempo réptil, pássaro e mamífero, como metáfora do Brasil enquanto nação presa a um impasse evolutivo. A metáfora condensa a ideia de um Brasil que avançou em vários aspectos, tornando-se uma das maiores economias do mundo, mas com uma indústria que, ainda que avançada, não atinge a nova era digital. Chico de Oliveira aponta avanços e atrasos, como na imagem do ornitorrinco, animal que não é nem uma coisa nem outra. Para este, o subdesenvolvimento do Brasil não é neutro e revela, pelo prefixo ‘sub’, que a formação periférica assim constituída tinha lugar numa divisão internacional do trabalho capitalista. O subdesenvolvimento brasileiro, grosso modo, não se tratou de um fatalismo ou a vitimização da

economia brasileira perante as potências mundiais, mas de um projeto político e econômico das elites locais, como uma evolução às avessas que preservasse a dominação.

O ornitorrinco é isso: não há possibilidade de permanecer como subdesenvolvido, e aproveitar as brechas que a Segunda Revolução Industrial propiciava; não há a possibilidade de avançar no sentido de acumular. Restam apenas as “acumulações primitivas”, tal como as privatizações propiciaram: mas agora, com o domínio do capital financeiro, elas são apenas transferências de patrimônio, não são, propriamente falando, “acumulação”. O ornitorrinco capitalista é uma acumulação truncada e uma sociedade desigual sem remissão. (OLIVEIRA, p. 23).

O subdesenvolvimento do Brasil pelas mentes colonizadas e a obsessão de descompasso, ou seja, a ideia de que está “ficando para trás”, segundo Laymert Garcia dos Santos, estão intrínsecas na formação sociopolítica brasileira. O olhar colonizado não consegue enxergar valor algum no país. O colonizado, partindo do desejo não superado de universalização política e cultural, acaba por negar as diversidades, quando são elas que geram informação e formação. A uniformidade é a ausência de informação, é a negação da dialética e o sobrepujamento das humanidades em detrimento de algum poder que segrega.

A questão virtual é um elemento essencial das transformações postas pela globalização. A lógica do capital financeiro deu espaço trocou a industrialização mundial pela riqueza ilusória do investimento eletrônico. O lastro ouro é substituído por painéis computadorizados, como as bolsas de valores e as agências de risco e investimentos. A informação passou a ser a matéria prima do capitalismo. O mundo virtual é uma sociedade que não existe de fato, mas é decorrente da nossa. A virtualização das ações humanas permitiu, segundo Arjun Appadurai, a articulação de movimentos como o terrorismo, ou qualquer tipo de atividade anti-estado, que borraram as fronteiras entre guerras da nação e guerras na nação. O mundo reconheceu que a ideia de terrorismo daria possibilidades de manipulação local contra ativistas anti-estado locais. Os sistemas celulares, ou seja, organizações políticas independentes utilizam-se dos meios de informação para o planejamento estratégico e para a própria sobrevivência. O espaço físico e material já não se faz necessário para a manutenção dessas organizações, assim como a produção industrial já não é o maior meio de enriquecimento.

A escolha destes quatro teóricos corrobora com a nossa visão acerca da globalização financeira e informacional que se impõe no mundo. A recorrência do termo globalização nos leva a analisar as conjunturas sociais a partir dos espaços locais, regionais e mundiais. O sociólogo indiano Arjun Appadurai, em sua análise acerca da globalização capitalista, afirma que a mesma exacerba as condições de violência em larga escala, produzindo a colisão entre as lógicas da incerteza e da incompletude. Somos transeuntes em sociedades que vivem a angústia da incompletude. Esse sentimento tem, como consequência última, a formação de maiorias numéricas que se tornam predatórias e etnocidas em relação às minorias, precisamente quando os pequenos lembram que existe uma brecha para os grandes manterem-se como maioria.

A ação espanhola na América, assim como a ação portuguesa no mesmo continente, nas costas africanas e em alguns pontos dispersos do Índico, exacerba de alguma forma essa problemática no século XVI. Também predatórias e etnocidas, as Coroas ibéricas dão conta de exterminar e aculturar povos diversos, assim como “mundializar” as violências locais, como o tráfico de escravizados. No século XXI, o modelo moderno de estado-nação deixou de ser, assim, o único proprietário das decisões em grande escala. Paradoxalmente a isso, os projetos de pureza nacional continuam latentes. Ainda que eliminar as diferenças é impraticável em um mundo de fronteiras pouco nítidas, as tentativas são muitas, materializando as deformidades da globalização.

A lógica da globalização capital financeira nos entrega à ausência de construto ético moral nas relações. A diversidade do mundo é inesgotável e ainda incomoda as ambições universalistas. Boaventura de Souza Santos afirma que não há teoria geral que possa organizar toda essa realidade. Para que não haja fragmentação na nova visão, é preciso um procedimento de tradução, um processo intercultural e intersocial. É buscar inteligibilidade sem criar homogeneização, na tentativa de saber o que há de comum entre movimentos para a criação dos meios de resistência. O mundo vive uma nova forma de internacionalismo, e o estudo das dilatações dos espaços no século XVI muito tem a contribuir para a compreensão de estruturas de poder e desigualdades que ainda permanecem.

Capítulo 3 - Frei Gaspar da Cruz e *O Tratado das Coisas da China* (1570)

Desde o início da empreitada marítima portuguesa, na primeira metade do século XV, surge uma nova literatura ao qual se denomina, em termos gerais, de literatura de viagem, isto é, todo o conjunto de informações escritas produzido durante o período de expansão portuguesa. Nesta literatura,

(...) existem os cronistas, ainda nos moldes medievais; surgem os que descrevem terras que diretamente conheceram, ou que conheceram apenas através de relatos de outrem; surgem os que relatam os acontecimentos dia a dia, ao sabor das peripécias das viagens; surgem ainda os técnicos de navegação que escrevem os roteiros, os livros de geografia, os livros de cosmografia, os regimentos de navegação. Podem mesmo encontrar-se alguns que fazem de tudo um pouco: são ao mesmo tempo roteiristas, geógrafos, cosmógrafos, e às vezes também historiadores e cronistas. (CARVALHO, 1970, p. 52).

Esses cronistas compõem uma pequena parte da sociedade portuguesa, letrada e possuidora de algum privilégio. A literatura de viagem não é homogênea, tal qual a sociedade portuguesa e as transformações causadas pela mundialização no século XVI. Tomando como base a contribuição do historiador Joaquim Barradas de Carvalho, veremos algumas especificidades desta literatura.

As *crônicas* são obras em que os dados numéricos contam pouco, assim como as precisões geográficas. O detalhe e o rigor nas descrições estão substituídos por omissões e contradições. Uma das características desse gênero é o predomínio absoluto dos algarismos romanos, estando ausentes os algarismos árabes:

Podemos dizer, finalmente, que as *Crônicas* são reconstituições históricas e não testemunhos diretos. As crônicas fazem parte da historiografia. São obras de homens ligados a compromissos políticos que pretendem servir. Por outro lado, um cronista palaciano não é um navegador, não vive os acontecimentos que descreve, pois o seu relato é feito sobre conversações todas com navegadores ou sobre documentação por ele lida e interpretada. (CARVALHO, 1970, p. 65).

Outro gênero é o da *Descrição de terras*, que revela maior preocupação numérica, assim como o seu grau de precisão e de exatidão. Não há nestas *Descrições* citações eruditas, ou qualquer alusão às ciências.

Não são, no entanto, os autores das *Descrições*, cronistas palacianos. São homens que viajaram, que possuíam relações com a vida comercial do tempo, que têm, em suma, uma experiência de vida, uma situação profissional, uma origem social, totalmente diferente da experiência, situação e origem dos cronistas palacianos. (CARVALHO, 1970, p. 66).

O terceiro gênero desta literatura é composto pelos *Diários de bordo*. São obras em que os sinais quantitativos estão mais presentes; onde a precisão e a exatidão das descrições são ainda mais precisas. É nos diários de bordo que

(...) vemos pela primeira vez de maneira sistemática a indicação de momentos do dia: à tarde, à noite, de manhã, ao meio-dia, etc., e mesmo, embora raramente, a indicação precisa das horas. São estas obras, como o seu próprio nome o indica, escritas dia a dia, e os seus autores são autênticos homens do mar que descrevem de maneira bem viva os acontecimentos diretamente vividos. (CARVALHO, 1970, p. 66).

Por fim, temos os *Roteiros*, isto é, livros técnicos que se tornaram auxiliares indispensáveis da navegação, em que os dados numéricos, como “distâncias, latitudes, profundidades, salvo os relativos a tempo, são numerosos. A precisão e a exatidão são neles condição imprescindível, pois os navegadores tinham delas absoluta necessidade”. (CARVALHO, 1970, p. 66). Para Barradas de Carvalho, a Literatura de Viagens representou o que de mais original se produziu até hoje na cultura portuguesa, tanto no aspecto técnico, como científico e filosófico, podendo ser considerada uma pré-história do pensamento, da filosofia, e da ciência moderna, na medida em que esta tem como conceitos-chave a quantificação, a experiência:

Enfim, obras que, não contendo de modo algum uma filosofia sistemática, coisa que certamente não passou sequer pela cabeça dos seus autores, apresentam, no entanto, traços que nos levam a pensar, no quadro de uma história profunda,

subterrânea, inconsciente, do pensamento, numa como que pré-história do pensamento moderno. (CARVALHO, 1970, p. 73).

O *Tratado das Coisas da China*, de Frei Gaspar da Cruz, transita por todos os gêneros da Literatura de viagem citado acima. O *Tratado* é a primeira obra exclusivamente dedicada a China a ser impressa na Europa (Évora, 1570). A edição utilizada para esta pesquisa é modernizada. Apesar da modernização de textos antigos ser um tema sempre controverso nos meios acadêmicos, questionando-se a legitimidade de tal procedimento, pode-se retomar o argumento de Loureiro sobre o impresso quinhentista:

(...) pode-se argumentar que esse impresso quinhentista que chegou às nossas mãos não é nenhum original, antes foi manuseado, alterado, deformado por editores, corretores, censores e tipógrafos. Além do mais, as modernas técnicas de reprodução documental permitem um acesso fácil e imediato a fac-símiles do texto original (LOUREIRO, 2010, p. 10).

Uma característica desta obra, e de outras obras coevas, que muitas vezes passa despercebida, “é que os editores costumavam tratar os originais com excessiva liberdade, moderando ou, eventualmente, acrescentando.” (BOXER, 2007, p. 72).

O reinado de D. Sebastião I de Portugal parece ter sido especialmente propício à impressão de obras dedicadas à expansão portuguesa. Depois de 1557, com efeito, multiplicam-se as edições de tratados, crônicas, cartas e itinerários, que relatavam os principais feitos dos lusitanos por lugares longínquos. Muitas dessas obras, ao mesmo tempo, procuravam descrever os cenários exóticos onde os portugueses desenvolviam as suas atividades, revelando, de passagem, realidades geográficas e humanas anteriormente desconhecidas.

No contexto citado anteriormente se publica o *Tratado das Coisas da China* dedicado ao “muito poderoso Rey dom Sebastião nosso senhor” (CRUZ, 2010, p. 57). O missionário dominicano, por razões várias, decidira sistematizar em um volume único todo o vasto conjunto de notícias então disponíveis sobre o Celeste Império. Impresso em Évora, entre 1569 e 1570, pelo editor André de Burgos, o *Tratado* formou a primeira síntese acabada da visão portuguesa da China.

3.1. O panorama asiático e a trajetória de Frei Gaspar da Cruz

Cruz nasceu em Évora, em data que não se consegue precisar, assim como a data em que é admitido no Convento de Azeitão da Ordem dos Pregadores. Em 1548, foi integrado num grupo de nove frades que embarcaram para as Índias com o propósito de fundarem uma missão dominicana no Oriente. Frei Gaspar dedicou-se ao trabalho missionário em Goa, Chaul e Cochim durante seis anos. Em 1555, o missionário aporta no Camboja, abandonando o local um ano depois após “desarranjos dos portugueses com o monarca cambojano” (CRUZ, 2010, p. 14). Em dezembro de 1556, Frei Gaspar chega ao litoral chinês e obtém autorização dos mandarins para se dirigir à capital do Império Celeste. Concluíra, em primeiro momento, que o campo missionário em terras chinesas seria tarefa “infrutífera” e que apenas seria viável se a Coroa Portuguesa despachasse uma embaixada para Pequim para solicitar ao imperador licença para andarem pela terra e liberdade para a pregação (CRUZ, 2010).

Frei Gaspar da Cruz, embora muito impressionado com a civilização chinesa, não se demorou nos portos da China, onde ainda não pareciam estar reunidas as condições essenciais ao desenvolvimento de uma atividade missionário frutuosa. Em 1557, rumava novamente à Málaca, e, a partir de setembro desse mesmo ano, perdemos o rastro do dominicano.

O termo “coisas” aparece muitas vezes no título e no corpo de seus trabalhos, assim como vários termos aparecem repetidamente nas fontes para designar esses mediadores e suas competências. Todos insistem na experiência. “Seu objetivo é informar, mas sempre com fins práticos e políticos. Esses homens nunca são pesquisadores de gabinetes de trabalho. Todos, porém, empunham penas, único meio de fixar e transmitir sua experiência.” (AVELAR, 2003: 268).

Segundo Rui Manuel Loureiro, “Frei Gaspar residiu em Ormuz, oferecendo assistência ao contingente de soldados portugueses que estacionava na fortaleza daquela terra”. (LOUREIRO, 2010, p. 18). O regresso do frei a Portugal tem sido datado de 1569, no qual aparece em Lisboa, colaborando na luta contra a violenta peste que assolava a capital no dito ano. Em janeiro de

1570, Gaspar da Cruz contrai a doença a qual combatera, vindo a falecer em Setúbal, a 5 de fevereiro.

Duas semanas após a morte do autor, o impressor André de Burgos publica em Évora o *Tratado das Coisas da China*. A publicação

(...) não parece um texto apressadamente redigido para os prelos, mas ostenta antes características de uma obra meticulosamente preparada. As notícias da China são organizadas em conjuntos coerentes, muito bem estruturados, que abrangem, por assim dizer, a totalidade dos conhecimentos portugueses sobre aquele império chinês até aquela altura. (LOUREIRO, 2010, p. 20).

O Tratado, dividido em 29 capítulos, aborda a “China em geral”, descrevendo a disposição geográfica da terra e as características das gentes que a habitam. Debruça-se também sobre a organização administrativa do reino e das províncias. Trata dos edifícios, das embarcações, das atividades as quais os chineses se dedicam, bem como seus usos e costumes, vestuários, alimentação e práticas de lazer. Frei Gaspar discorre, na última parte, acerca do sistema do governo chinês e analisa os cultos e adorações dos nativos. O Tratado sistematizava as imagens resultantes de um longo, e nem sempre pacífico, convívio entre lusitanos e chineses.

O autor revela seu conhecimento sobre a realidade chinesa, fazendo do tratado “um espécie de enciclopédia dos conhecimentos portugueses acerca do Celeste Império.” (AVELAR, 2003:172). Boa parte das notícias recolhidas pelos mercadores, navegadores, clérigos e aventureiros encontram-se na síntese do frade dominicano. Mas Frei Gaspar, além de recolher testemunhos escritos e orais de portugueses e chineses, socorreu-se das suas próprias observações, investigando uma gama de assuntos, de modo a esclarecer as “coisas da China”.

A China de Frei Gaspar da Cruz é, no século XVI, o maior Estado do mundo. No entanto, é neste mesmo período histórico que há a perda de fôlego do desenvolvimento chinês, aliado a uma crise administrativa, militar e financeira. As expedições ao oceano Índico, montadas entre 1405 e 1433 não prosperam. O Império Celeste abandona as expedições pelo Índico por motivos variados: derrota no Vietnã, falta de interesse da burocracia imperial pelo comércio marítimo, julgado muito pouco rentável e, por fim, o desprezo chinês pelo exterior. Os portugueses, ao

aportarem na costa chinesa, não encontram no mar nenhuma potência do tamanho da China. Não havia, portanto, nenhuma frota de guerra capaz de enfrentar as naus de Lisboa. (GRUZINSKI, 1999: 50 – 53)

O Japão, nessa altura, é um arquipélago urbanizado. Apesar de povoado e de uma economia dinâmica, os japoneses estão mergulhados em plena instabilidade política. Sem recursos, a corte imperial está reduzida ao mínimo necessário. No sudoeste asiático, Málaca dominava o arquipélago indonésio e constituía uma encruzilhada estratégica maior entre a China, a Indonésia, a Índia e o golfo Pérsico. Seu príncipe era vassalo do imperador chinês. Além de sua população malaia, a cidade abrigava indianos, javaneses e chineses. Há milhares de quilômetros dali, no Mar Vermelho e no golfo Pérsico, dois outros estados assemelhavam-se a Málaca: o Iêmen e Ormuz, ligados ao comércio pela taxaço de mercadorias que transitavam pelas respectivas regiões.

A Ásia é, no século XVI, uma zona de intensas trocas comerciais baseadas em numerosas comunidades mercantis. Os portugueses, ao singrarem o Índico, tiveram de enfrentar uma região do globo não só fortemente povoada, mas com complexidade política, linguística e religiosa. E na primeira metade deste século, circuitos sem precedentes esboçam-se pouco a pouco entre as Américas, Ásia, África e Europa, ligação capital para a instauração da mundialização ibérica.

A população da Ásia, cerca de 1650, rondava os 300 milhões, de uma população mundial de talvez 500 milhões. Cem anos mais tarde, em 1750, o continente ainda contribuía com sessenta por cento da população mundial, que já havia então subido para cerca de 700 milhões (...) após os meados do século XV, por toda a Eurásia, a recuperação da peste negra toma definitivamente a forma de uma expansão demográfica. Não estaremos certamente muito longe da verdade se calcularmos a população da Ásia em 1500 entre 200 e 225 milhões, o que significa que os portugueses assistiram; ao longo dos primeiros dois séculos da sua presença na Ásia, a qualquer coisa como a duplicação da população do continente. (SHUBRAHMANIAM, 1993, pp. 13 - 14).

Em todo o século XVI nenhuma obra impressa seria exclusivamente dedicada a qualquer região asiática, apesar de existirem consideráveis materiais manuscritos. (AVELAR, 2003). A China como objeto literário reunia algumas vantagens. Em primeiro lugar, os portugueses frequentavam livremente o litoral chinês, sem concorrência de qualquer outra potência europeia. Em segundo lugar, os navegadores lusitanos tinham conseguido reunir um vasto cabedal de notícias sobre os mais variados aspectos da realidade chinesa, que se impunha como um tema suficientemente exótico para despertar a atenção de potenciais leitores. (LOUREIRO, 2010). “Poderia dizer-se que estavam reunidas todas as condições para a redação de um tratado de costumes, porque a matéria da China apenas aguardava o aparecimento do seu cronista, papel que foi assumido por Frei Gaspar da Cruz.”. (LOUREIRO, 2010:23).

É necessário pontuar que muitos outros portugueses haviam visitado a China antes do dominicano, por vezes de uma forma mais demorada. Alguns desses compuseram relações extensas sobre suas respectivas andanças pelo território chinês. E entre eles missionários jesuítas, os religiosos que em primeiro lugar demandaram o litoral chinês. Alguns desses homens confeccionaram relações sobre as respectivas andanças sobre a China, “mas ninguém, até então, se abalancara a redação de um tratado tão desenvolvido sobre a realidade chinesa como fez Frei Gaspar.” (AVELAR, 2003, p. 272). Frei Gaspar torna-se o primeiro a tomar a iniciativa de publicitar o resultado de sua viagem, percepções, indagações e visões acerca do Celeste Império. As passagens do texto serão analisadas e discutidas no tópico a seguir.

3.2. O Tratado: fascínios e estranhamentos

É provável que Cruz gozasse de alguma autonomia em termos de produção de escrita, se comparado aos escritos jesuítas, submetidos a uma rígida máquina administrativa, que impunha regras muito precisas à produção intelectual de seus membros:

A Companhia de Jesus submetia as suas publicações a uma lógica propagandista muito clara. Assim, apenas lhe interessava a edição de escritos onde fosse devidamente salientado o papel de seus missionários nos progressos da

evangelização dos territórios ultramarinos. Ora na China, por enquanto, nada havia a divulgar, uma vez que os chineses se revelavam particularmente avessos a todas as tentativas de cristianização. (LOUREIRO, 2000, p. 622).

As condições materiais de publicação foram garantidas por André de Burgos, impressor espanhol que pelo menos desde 1553 exercia intensa atividade editorial em Évora. É provável que o Tratado tenha sido patrocinado pelo monarca lusitano, que por esses anos estanciava frequentemente naquela cidade, e a quem, de resto, é dirigida a obra. (AVELAR, 2003). O impressor André de Burgos, sabendo do interesse que o rei Dom Sebastião I demonstrava pelas “coisas novas” e, em especial “as da China”, determinara imprimir esse tratado em que se contam as particularidades e grandeza dela, solicitando o real amparo de Dom Sebastião I. (CRUZ, 2010).

No Prólogo do *Tratado*, Frei Gaspar dá-nos o tom geral, que irá pautar a sua visão dos chineses ao longo da sua obra. Trata-se de uma imagem positiva, em que os chineses superam todos os outros povos asiáticos: “em multidão de gente, em grandeza de reino, em excelência de polícia e governo, e em abundância de possessões e riquezas (...). Estas gentes têm muitas coisas muito dignas de memória”, sobre as quais se sente movido “a dar notícia geral”. (CRUZ, 2010, p. 66). Do ponto de vista estilístico, Frei Gaspar da Cruz possui um discurso denotativo, apenas fazendo uso frequente da palavra “muito”, que funciona como amplificador, geralmente admirativo, de tudo aquilo que observara. (AVELAR, 2003).

No “Aviso aos leitores”, o autor, depois de pedir alguma comiseração a respeito da parca “abundância de eloquência e ornamento em composição de palavras”, apresenta a estrutura da obra. Primeiramente, debruça-se sobre a China em geral, descrevendo as características dos chineses e a geografia da sua terra. Depois, trata do Reino e províncias, sob o aspecto da sua organização administrativa. Em terceiro lugar, aborda os edifícios e embarcações, que na China funcionam como habitações. Em quarto lugar, trata do aproveitamento das terras e ocupações dos homens, e dos trajes dos homens e das mulheres. Em seguida vem a abordagem dos seus usos e costumes, nomeadamente os usos alimentares. Em sexto lugar, trata largamente dos que regem a terra e do governo dela. E, no fim de tudo – conclui o autor -, dos cultos e adorações, e do

aparelho que achei na terra para se fazer cristandade, e dos impedimentos que para isso há. (CRUZ, 2010).

Nas primeiras páginas da narrativa, Frei Gaspar tem o cuidado de justificar os seus intentos. No decorrer de longas viagens que efetuou pelos mares orientais, o dominicano tivera a oportunidade de contatar com uma infinidade de povos. Mas havia ficado impressionado com os chineses, que a todos os outros excediam “em multidão de gente, em grandeza de reino, em excelência política e governo, e em abundância de possessões e riquezas”. (CRUZ, 2010, p. 57). O autor conclui também que “estas gentes tem muitas coisas dignas de memória, das quais havia que dar notícia geral”. (CRUZ, 2010, p. 66). Além desses objetivos didáticos, o autor não se esquece de atribuir um motivo piedoso ao seu esforço de divulgação das realidades chinesas. Contudo, segundo Rui Manuel Loureiro,

(...) é provável que os intuítos missionários constituíssem apenas um mero pretexto para um trabalho que, no fundo, pretendia difundir um vasto cabedal de conhecimentos geográficos e antropológicos, adquiridos em grande medida por experiência própria. (LOUREIRO, 2010, p. 25).

Frei Gaspar da Cruz abre o Tratado com uma breve exposição a propósito da localização da China, na qual tenta conciliar o conhecimento adquirido pelos portugueses ao longo do litoral asiático com algumas noções de geografia clássica aprendidas em textos medievais, recorrendo, em maior tempo, às cartas de marear de seus conterrâneos (AVELAR, 2003). Frei Gaspar não se inibe em criticar as suas fontes literárias, destacando o contributo das navegações portuguesas para o avanço da geografia extra europeia (LOUREIRO, 2010).

Apesar das grandes viagens ibéricas do século XVI terem desvendado muitos recantos do mundo anteriormente desconhecidos pelo europeu, comprovando a inexistência de tais monstros e fantasias, continuaram a correr na literatura e na tradição oral lendas sobre seres e fenômenos maravilhosos, que existiriam em longínquas regiões ainda inexploradas. Muitos cronistas, incluindo alguns que possuíam uma longa experiência de vida no Oriente, deram crédito às mais incríveis fábulas. (AVELAR, 2003). O ambiente de abertura do mundo que então se vivia, ao colocar os portugueses em confronto com os mais variados fenômenos naturais e com as mais

exóticas realidades humanas, paradoxalmente, parecia confirmar a possibilidade da existência das mais incríveis maravilhas, em algum recanto ainda não atingido pelas viagens de exploração. (FONSECA, 2001).

No primeiro capítulo, Frei Gaspar explica aos leitores a motivação de ir à China, fazendo menção a sua estadia anterior no Camboja: “E depois de passadas muitas fomes e trabalhos no caminho, com perigos e doenças, cheguei a terra. (...) achei tudo ao revés do que me tinham dito, e que tudo eram enganos de seculares simples, que de leves coisas se moviam a presumir da gente o que nela não havia” (CRUZ, 2010, p. 72).

Nesta passagem inicial, Frei Gaspar descreve o exagero de seus conterrâneos sobre as possibilidades de conversão. O rei brâmane o havia confundido com um feiticeiro. A referência à feitiçaria, que muito incomodou Cruz, talvez possa ser entendida como uma forma crítica a todas as práticas não cristãs e uma manifestação etnocêntrica face às crenças religiosas dos asiáticos. Se este juízo reflete a opinião de Frei Gaspar, também não podemos descartar a ideia de que toda a obra, antes de ser impressa, era submetida à censura eclesiástica, de forma que muitos autores das crônicas do XVI recorrem a este tipo de vocabulário para afastar quaisquer suspeitas de simpatia pelas crenças não cristãs:

(...) e por me dizerem muitas coisas da China, e de a gente dela ter disposição para a cristandade e que era amiga da razão, já que não nesta terra não fizera nenhum proveito e não batizara mais que um gentio que deixei na cova, fui-me caminho da China em um nau de chinas que então na terra estava a, na qual me levaram com muito boa vontade, dando-me o melhor gasalhado da nau sem me levarem nenhum interesse, antes de me fazerem muitas caridades. (CRUZ, 2010, pp. 76-77).

O termo agasalhado, segundo Sanjay Subramanyan (1993), significava acolhimento por parte dos nativos. Sobre o nome “China”, encontra-se no texto a seguinte passagem:

(...) é de saber que este nome China não é nome próprio de gente desta terra, nem da mesma terra, nem comumente na terra há notícia do tal nome (...). O nome próprio deste terra é Tame, não pronunciando bem o e, senão quase comendo-o. Donde haja vindo este nome China, que entre as gentes de fora da terra anda, não no sabemos. (CRUZ, 2010, p. 77).

É possível, segundo Rui Manuel Loureiro (2000), que os portugueses tenham sido os responsáveis pela divisão do termo geográfico. A etimologia da China parece remontar ao nome de um antigo estado chamado Chin, que floresceu naquela região entre os séculos III e V, ou ainda do topônimo Cauchim-china, que designava um antigo reino indochinês, que confinava com o Camboja ao sul. Ao avistar as gentes do Camboja e do Ceilão, o autor conclui “serem muito achinadas, que é terem os olhos pequenos e narizes esmagados e rostos largos, pela muita mistura que os chinas tiveram com todas elas.” (CRUZ, 2010, p. 81).

Ainda mostrando ao leitor o panorama geográfico e étnico chinês, Fr. Gaspar faz uma referência à Grande Muralha da China, conjunto de fortificações que defendiam o norte do reino: “os tártaros correm tanto ao longo da China, com a qual têm contínua guerra, que comumente se afirmava haver entre os chinas e os tártaros um muro de cem léguas de comprido, e alguns querem afirmar que são mais de cem léguas”. (CRUZ, 2010, p. 85). A Tartária era encarada como uma extensa região de contornos indefinidos, situada para norte da China.

Apesar do dominicano não romper completamente com a tradição clássica no que diz respeito à configuração da Ásia, já existe na obra um sinal da mundialização, conforme o autor não se inibe de criticar as fontes literárias europeias, afirmando a importância das navegações portuguesas para o avanço do conhecimento geográfico e a ideia de que o mundo era muito maior e mais complexo do que acreditavam os antigos. Frei Gaspar faz questão de criticar o *Livro das Maravilhas* com o intuito de provar a inexistência de monstros e fantasias

Ao desembarcar em Cantão, o autor avisa os leitores de que esta cidade é populosa, porém é, entre as cidades nobres do Celeste Império, uma das menos importantes, “isto dito por todos os que viram e andaram pela terra adentro, onde viram muitas outras”. (p. 111). Aqui, a informação foi recolhida junto a um prisioneiro português no Cantão, chamado Galiote Pereira¹⁰, que transmitiu boa parte das informações ao Frei Gaspar da Cruz: “ouvi a um homem fidalgo e de crédito por nome Galiote Pereira, irmão do alcaide-mor d’Arraiolos, cujo escrito e testemunho eu tirei muito do que aqui digo (...)”. (CRUZ, 2010, p. 130).

¹⁰ Galiote Pereira teria redigido uma relação sobre a China em 1553. Galiote, nesta relação, tece críticas à realidade portuguesa e positiva a imagem da China. A partir de suas informações, concedidas a Gaspar da Cruz enquanto Galiote permanecia preso em Cantão, oferecem ao dominicano um relato mais realista da terra onde aportara.

Galiote Pereira encontrava-se preso em Cantão na altura em que Frei Gaspar chegou. Os conterrâneos puderam trocar impressões e Frei teve acesso à *Relação* que Galiote Pereira escreveu. Enquanto o fidalgo lusitano se limitou a reunir um conjunto desconexo de apontamentos, escritos ao correr da pena, sem grandes preocupações de ordenação formal, o dominicano assimilou as notícias recebidas, juntou às suas indagações e testemunhos oculares e produziu o *Tratado* de forma sistemática e coerente. A influência de Pereira para “coisas da China” é grande, e Fr. Gaspar não deixa de citá-lo em várias partes do texto.

A cidade ao qual o autor se fixará por algumas semanas era muralhada e possuía sete portas, cujas entradas eram “mui soberbas e altas, forte e mui bem feitas (...) a parede do muro à entrada das portas é de doze passos de grossura (...) as ruas da cidade todas são lançadas à linha mui direitas, sem de nenhuma qualidade fazerem lombo nem tortura. As travessas são todas tão direitas como as ruas” (CRUZ, 2010, pp. 113-114). Frei Gaspar compara o desenho da cidade com algumas ruas de Lisboa, apontando a diferença dos traçados tortuosos da capital portuguesa ao traço geométrico da cidade chinesa. “As ruas principais são algumas mais largas que a Rua Nova dos Mercadores”. (CRUZ, 2010, p. 113). Esta rua citada pelo autor era a mais importante artéria comercial de Lisboa no século XVI. Também as casas das “gentes comuns” causam admiração ao autor:

(...) talhadas de muito boas telhas, melhores de mais duração que as nossas (...) porque o barro é muito bom, não são porosas como as nossas, ou escabrosas, mas são mui lisas e cálidas, e por estarem mui bem assentadas, não criam nenhuma imundícia. Há muitas casas mui lindas por dentro, e há muito poucas sobradas, as mais são térreas. (CRUZ, 2010, p. 118).

Há a comparação da existência de arcos nas cidades chinesas com os arcos triunfais existentes em algumas cidades portuguesas, e o autor toma este tipo de construção como sinal de nobreza, ao qual a cidade de Cantão não os possui. “Nos dias que fazem os chinas suas festas gerais, armam estes arcos de panos de seda, e de noite penduram muitas lanternas e ficam mui formosos”. (CRUZ, 2010, p. 123).

Não passa despercebido ao autor a disposição das cidades chinesas, construídas ao longo de rios. As pontes formavam

(...) a principal praça das cidades, onde se vende todas as coisas de comer. O que é de maravilhar na China é haver muitas pontes por toda a China em lugares despovoados, e não serem de menor custo e obra que as que estão ao longo das cidades, antes são todas custosas e mui bem obradas. (CRUZ, 2010, p. 124).

O termo maravilhar é constantemente utilizado por Frei Gaspar em suas impressões sobre o espaço. O fato dos chineses construírem pontes em lugares pouco movimentados nos leva a confirmar o fluxo interno de mercadorias que circulavam no Celeste Império. O conhecimento destas informações foi inspirado nas descrições de Galiote Pereira.

Sobre os nobres cantonenses, Frei Gaspar descreve suas condições de vida e ainda critica seus contrários que formavam a nobreza lusitana:

Os que regem a terra, que são os principais do reino, tem cada um limitada renda, segundo a qualidade de sua pessoa e ofício requer. De maneira que a eles e aos seus nada falta, mas não lhe sobeja tanto que com isso lhes possam engrossar. Mui contrário aos muitos de nosso reino, aqui por todas as vias se governa a terra e de maneira que não pode haver alevantamentos dela. (CRUZ, 2010, p. 129).

Frei Gaspar descreve os nobres chineses sendo muito gordos, aprazíveis e conversáveis e “e de muito boa razão, muito cortes, muito bem ensinados”. (CRUZ, 2010, p. 130). É importante citar que o autor não utiliza o termo mandarim para denominar os nobres chineses, tal como é recorrente em escritos coevos ao autor, principalmente os jesuíticos. Nota ainda o autor a relativa paz que a China vive naquele momento: “sobre o governo desta terra, quanta diligência está posta para se governar em paz, contando as ocasiões que pode haver alevantamentos. Daqui vem haver muito número de anos que a China se sustenta e governa segura em si e em paz, sem guerras intestinas”. (CRUZ, 2010, p. 131). Sabemos que as notícias recolhidas pelos observadores portugueses no século XVI careciam de exatidão. Esta informação acerca da paz vivida pelos chineses vai de encontro às turbulências internas que os Ming tiveram de enfrentar neste mesmo período. Pode-se explicar a inexatidão do autor pela impossibilidade de viajar pelo interior do Celeste Império.

O autor não parece ter dado grande crédito a fábulas e invenções, baseando-se constantemente nas suas próprias observações e nos testemunho de “pessoas dignas de fé” (CRUZ, 2010, p. 66). Frei Gaspar da Cruz não se baseou apenas em informações prestadas por terceiros. Analisou de perto muitos aspectos da sociedade chinesa. Revelou-se, aliás, um observador extremamente atento e bastante perspicaz, conseguindo captar os traços essenciais “das gentes tão alongadas de nós” (CRUZ, 2010, p. 200). A curiosidade do Frei era insaciável, e poucos aspectos houve da vida chinesa que tivesse deixado de investigar. Determinadas mercadorias artesanais mereceram a sua atenção, especialmente a porcelana, a qual descreve o processo de fabrico.

Frei Gaspar da Cruz mostra-se bastante impressionado com determinados aspectos menos vulgares da realidade chinesa, sobretudo quando dizem respeito à resolução de problemas igualmente existentes nas sociedades europeias. Admira-se pela observação acerca do lixo urbano dos chineses, que não deixam nada “perder por vil que seja (...). O próprio esterco do homem é recolhido de porta em porta, por dinheiro ou a troco de hortalça, e utilizado como fertilizante” (CRUZ, 2010, p. 143). Para ele, os chineses são “o mais providente dos povos”, pois existem por todas as partes grandes hospitais, onde pobres e enfermos são tratados. Segundo o frei, raramente se via pedintes pelas ruas, já que “a gente ociosa era mui odiada aos demais” e “mesmo os enfermos, entrevados, aleijados ou cegos tinham tarefas a cumprir”, promovendo o seu sustento. (CRUZ, 2010, pp. 141 – 145).

Na passagem acima, o autor nos mostra a possível ausência de mendigos e as estratégias da administração imperial para inserir todos os chineses, sem exceção, em seu quadro social. Veremos mais afrente que essas ausências se reconfiguram pelo próprio Frei. Ainda que tal dado seja relevante, não deixa de ser necessário estabelecer a visão sobre a mendicância do autor. Clérigo de formação, Frei Gaspar vem de uma sociedade com graves problemas sociais, que acabam por se agravar com as urbanidades que reconfiguraram Lisboa, Porto ou Coimbra. Portugal possuía muitos homens e mulheres sem ocupação, mas que se recusavam a se aventurarem na empreitada marítima. Aqui, há uma espécie de mão mais firme do estado chinês sobre os seus cidadãos.

No capítulo X, o autor traça um percurso no qual analisa o aproveitamento das terras e as ocupações dos homens. Nota que, como possuía a China “gente em demasia”, todos buscavam

“diversos modos e maneiras de ganhar de comer”. (CRUZ, 2010, p. 141). Sobre ociosidade e mendicância, talvez tenha o autor exagerado ao afirmar que era quase inexistente aqueles que não tinham função na sociedade sínica. Nesta passagem, é possível confirmar esta ideia:

Comumente não há quem dê esmola a pobre. Pelo que se acertava algum pobre de pedir esmola a algum português e o português lha dava, riam-se os chinas dele, e zombando diziam: para que dás esmola a este que é velhaco? Vão ganhar. (CRUZ, 2010, p. 141).

É importante notar que esta visão muda conforme o autor avança os dias de sua estadia em Cantão, já que no capítulo XXI, Frei Gaspar comenta a existência de mendigos e prisioneiros que vão pelas ruas em busca de sustento. A questão dos impostos chama atenção e segue-se uma crítica a provavelmente pesada carga que os portugueses tinham de pagar à Coroa em relação aos chineses para com seus mandarins:

O que ganha livremente o goza e gasta à sua vontade, e o que lhe fica por morte é dos filhos e netos, pagando direitos reais que não são pesados. (...) Nenhuma tirania lhes fazem mais que só pagarem seus direitos e nenhuma coisa há na terra que deixem perder, por vil que seja. (CRUZ, 2010, pp. 145 – 146).

Como se afirmou no primeiro capítulo dessa dissertação, o uso da prata era, segundo o autor, superior à utilização do ouro. Esta relação facilitou o desenvolvimento do comércio entre a China e o Japão, que se baseava na troca entre a prata nipônica e a seda sínica, e que foi intermediado pelos portugueses durante cerca de um século.

Nas anotações acerca das alimentações, Frei Gaspar faz uma descrição minuciosa. Inicia o capítulo XII mostrando ao leitor que o arroz era a base da alimentação das gentes mais pobres, assim como o pão era para os portugueses médios. Outro produto que os portugueses introduziram na Europa era a laranja da China, da qual Frei Gaspar valora como “mui saborosa e mui adocicada e que não há em nossa terra.” (CRUZ, 2010, p. 157).

Visitando os mercados abastecedores do Cantão, o missionário deparou com “muita fartura e muita abundância de todas as coisas necessárias para comer” (CRUZ, 2010, p. 155). Os chineses consumiam também outros cereais, como o trigo, e também legumes e hortaliças. As

frutas, segundo o missionário, eram fartas, como pêssegos, ameixas, figos e maçãs. Uma curiosidade na observação do autor é sobre um hábito ainda muito comum na China atual, o das pessoas mais pobres “não desdenharem em comer carne de cão (...) de modo que fora dos muros da cidade vendem cães feitos em quartos, assados e cozidos e cruz, e com as cabeças peladas e suas orelhas.” (CRUZ, 2010, p. 159). Entre muitas outras, destacam-se as referências a viveiros de peixes que existiam por todo o território, técnica ainda não utilizada em Portugal e que chamou a atenção do autor.

Uma passagem que vale destacar é a descoberta do fabrico da porcelana. Antes do *Tratado*, corriam entre os portugueses, e outros europeus, as mais variadas versões a respeito da origem deste produto. Como informa o dominicano, as porcelanas eram fabricadas a partir de “um barro rijo”, que depois de “bem pisado e moído”, era mergulhado em tanques de água, “e depois de bem envolto na água, da nata que fica de cima fazem as porcelanas mui finas, e assim, quanto mais abaixo, tanto são mais grossas, e da borra do barro fazem umas muito grossas e baixas de que se serve a gente pobre da China”. (CRUZ, 2010, p. 150).

Mostra-se o autor muito impressionado, ao longo do *Tratado*, com determinados aspectos menos vulgares da realidade chinesa, sobretudo quando dizem respeito à resolução de problemas igualmente existentes nas sociedades europeias. O estabelecimento de relações entre “nós” – os portugueses – e “eles” – os chineses – é uma característica do autor, estando presente em muitas passagens do texto. No campo das organizações das cidades chinesas, por exemplo, o dominicano admira a resolução do problema do lixo urbano, observando que os chineses tudo aproveitavam e nada deixam perder, “por vil que seja”. Em um sentido moderno, o autor observa um processo de aproveitamento.

Sobre os chineses, Frei Gaspar os caracteriza de forma minuciosa, desde os diferentes tipos de calçados, ao modo como penteiam o cabelo, as estaturas físicas e os modos de se portarem. A gente nobre detinha “mui polícia em trato, conversação e traje”, e ofereciam aos visitantes de suas residências “uma porcelana com uma água morna a que chamam *chá*, que é mui medicinal, feita de um cozimento de ervas.” (CRUZ, 2010: 164). O dominicano é um dos primeiros europeus a mencionar o termo chinês e a descrever a cerimônia de oferta do chá como um ritual de hospitalidade tão típico do Celeste Império.

Outro costume apontado que vale aqui ressaltar é a “troca de presentes entre os chins nos dias de seus nascimentos”, (CRUZ, 2010, p. 170). É provável que o dominicano tenha participado de alguma festa de aniversário, pois estende sua descrição, adotando um tom vivencial no capítulo XIV. Inclusive, podemos supor que Fr. Gaspar possuía algum conhecimento musical, uma vez que enumera os diferentes instrumentos utilizados pelos chineses, comparando-os com os europeus, declarando que os deles “soam muito e fazem muito boa harmonia”. (CRUZ, 2010, p. 172).

Reparou o missionário em outros costumes chineses. Por um lado, menciona as grandes festas e as trocas de presentes como que comemoravam os dias dos nascimentos. Por outro, refere à festa do “primeiro dia do ano que é celebrada por todo o povo.” (CRUZ, 2010, p. 148). O Tratado não poderia deixar de incluir a visão do outro sobre as crenças religiosas chinesas. Enquanto todos os outros aspectos da vida chinesa lhe arrancam elogios, as práticas religiosas dos chineses são censuradas abertamente. Considerando-a “tão bestial no tratamento de suas idolatrias”, recuava a forma com que os chineses do Cantão professavam sua fé e seus rituais.

Sobre a terra ser bem aproveitada e a gente trabalhadora, observa o dominicano:

É a China terra quase toda mui bem aproveitada, porque, como a terra seja muito povoada, a gente muita em demasia e os homens gastadores – e tratando-se muito bem no comer e beber e vestir e no demais serviço de suas casas, principalmente, que são muito comedores –, cada um trabalha de buscar vida e todos buscam diversos modos e maneiras de ganhar de comer e como sustentarem seus grandes gastos. Faz ajuda muito a isto ser a gente ociosa nesta terra muito aborrecida e mui odiosa aos demais, e quem o não trabalhar não o comerá. (CRUZ, 2010, p. 141).

Frei Gaspar aponta para o desuso dos talheres utilizados em Portugal pelos chineses, e refere outro utensílio, descrevendo um banquete: “E logo estavam dois pauzinhos dourados muito galantes para comer com eles metidos entre os dedos; usavam deles a modo de tenazes, de maneira que nada do que está à mesa tocam com a mão.” (CRUZ, 2010, p. 167). Ainda neste banquete ao qual participou, o autor discorre acerca da mulher chinesa:

As mulheres comumente, tirando as do longo do mar e as dos montes, são muito alvas e gentis mulheres, tendo algumas os narizes e olhos bem feitos. Desde meninas lhes apertam muito os pés com panos, para que lhe fiquem os pés muito pequenos. (CRUZ, 2010, p. 173).

Neste trecho, o autor faz conhecer o que modernamente denomina-se *pé-de-lótus*, um antigo costume chinês em que os pés de jovens mulheres eram reduzidos de tamanho para que estes se mantivessem pequenos. Os pés das meninas jovens eram rigorosamente acoplados em pequenos sapatos a fim de restringir ao máximo o crescimento. O objetivo era ter o menor pé possível, possibilitando a atração de homens da nobreza para o casamento.

As mulheres, segundo Frei Gaspar, eram comumente recolhidas e, quando entrava alguém nas casas, raramente a viam. Sobre a relação conjugal, aponta:

Comumente os homens têm uma mulher (...). Pode, todavia, cada um ter tantas mulheres quantas as pode sustentar; mas uma é a principal com que vivem, e têm as outras aposentadas em diversas casas. E se tem trato em diversas terras, em cada terra tem uma mulher e casa com galalho. Se a mulher comete adultério e o marido a acusar a ela e ao adúltero, ambos têm pena de morte. (CRUZ, 2010: 174).

A submissão das mulheres causa incômodo no autor ao dizer que na “China não há cativeiro nenhum maior que o das moças.” (CRUZ, 2010, p. 175). O “cativeiro” ao qual se refere constituía-se do seguinte modo:

Se alguma mulher, por falecimento de seu marido fica viúva e não lhe fica fazenda de que se possa sustentar, nem os filhos que lhe ficam são tais que lhe possam ganhar de comer nem ela o tema para dar aos filhos, esta mulher posta nesta necessidade chega-se a um homem rico e concerta-se com ele por seis ou sete cruzados por um filho ou filha (...) se é filha, serve-lhe de mulher de partido¹¹; se é filho, serve a seu amo, e depois que serve algum tempo e é de idade para casar, dá-lhe o senhor mulher, e todos os filhos que lhe nascem ficam livres e sem nenhuma obrigação. (CRUZ, 2010, p. 175).

¹¹ Termo utilizado por Fr. Gaspar da Cruz para denominar as mulheres que viviam da prostituição em Cantão.

É interessante perceber o caráter paradoxal desta parte da narrativa, quando o autor nos revela que as relações matrimoniais e seus cambiantes poderiam ser um cativeiro para as mulheres: É difícil imaginar tal conclusão vinda da pena de um religioso do século XVI.

Frei Gaspar observa e conclui que “todo o homem que na China tem qualquer ofício, mando ou dignidade por el-rei se chama *louthia*, que quer dizer em nossa língua senhor.” (CRUZ, 2010, p. 177). Os altos funcionários chineses, segundo o dominicano, traziam “as armas d’el-rei de China nos peitos e nas costas, que são umas serpentes tecidas de fio de ouro, das quais hão vindo muitas a Portugal, que se dão para servirem nalguns ornamentos de nossas igrejas”. (CRUZ, 2010, p. 181). Nesta passagem, é perceptível a mobilização de produtos, processo intrínseco à mundialização ibérica do século XVI. Chama ainda mais atenção o uso destes elementos “idólatras” nos espaços católicos portugueses.

O sistema para um *louthia* tomar posse de algum cargo público impressionou o observador português: “nesta terra os homens são muito honrados pelas letras ou por cavalaria, e mais ainda pelas letras, porque dos letrados comumente saem os principais *louthias*”. (CRUZ, 2010, p. 186). Frei Gaspar apreciava a importância atribuída na China aos homens de letras, ao contrário de seu reino, que tomavam posse de funções “por simples mercê ou por fazerem algum serviço assinalado a el-rei ou ao reino”. (CRUZ, 2010, p. 186).

Um ponto de choque perceptível é a tentativa do autor em compreender a “língua dos chins”, que possuía divisões e não havia “letras certas para escrever, porque tudo o que escrevem é por figuras (...) esta é a causa porque em toda a China há muitas línguas, de maneira que uma não se entende à outra por fala”. (CRUZ, 2010, p. 188). O chinês escrito, segundo Paul Pelliot (APUD LOUREIRO, 2000), era utilizado como língua franca em toda a China, e mesmo para além das fronteiras imperiais, nas regiões circundantes. De fato, existiam muitas línguas faladas no território chinês, como ainda hoje ocorre, mas só havia uma língua escrita, o chamado dialeto mandarim.

O dominicano talvez tenha tomado a diversidade oral do idioma chinês como o primeiro entrave para a cristianização e estabelecimento da Ordem de São Domingos naquelas plagas. Ainda que houvesse um idioma escrito único, a maioria dos chineses, como concluiu o autor, não conseguia codificar os símbolos.

No capítulo XXII, Fr. Gaspar da Cruz trata das relações matrimoniais e diplomáticas da corte chinesa. Aqui o autor tem a preocupação de descobrir e detalhar os trâmites destas relações, já que eram relações de extrema importância no contexto europeu e, mais ainda, seria a forma como ele faria a corte portuguesa tivesse o arcabouço necessário para estreitar as relações Lisboa-Pequim. Além de frequentar os palácios dos mandarins cantonenses, Frei Gaspar também se utilizava das informações a ele fornecidas por Galiote Pereira, já citado anteriormente.

El rei da China em seus casamentos não se mistura com nenhuma gente fora de seu reino. Casa seus filhos e filhas com outros seus parentes (...) El-rei, por conservar a grandeza e autoridade de seu estado, nunca sai fora. Das portas adentro tem mui grandes cercas com muito grandes aposentos (...) dentro de suas portas tem todos seus passatempos quantos quer à sua vontade. Nenhum homem o vê nem comunica senão só os capados (...). (CRUZ, 2010, p. 215-216).

Na citação acima há dois pontos que chamam a atenção: há uma referência implícita à Cidade Proibida, onde o imperador chinês estanciava a maior parte do tempo. Frei Gaspar não nomeia este espaço. Outro ponto é sobre a existência de eunucos, que exerciam os trabalhos dentro do palácio imperial. Há um ponto de comparação entre as hereditariedades existentes em Portugal e na China: “O primeiro filho que nasce de qualquer de suas mulheres, aquele sucede no reino” (CRUZ, 2010, p. 2016). É curioso também o fato do dominicano não discorrer da poligamia da corte imperial celeste, tampouco citar como pecaminosa esta prática.

Ao se preocupar com o sistema de casamentos ou mesmo como se operavam as relações na Corte Imperial, Frei Gaspar da Cruz nos leva a crer que havia a preocupação de reportar essas informações a Corte Portuguesa, a fim de estabelecer relações diplomáticas com a China que fossem eficazes. O envio de embaixadas será proposto pelo dominicano no fim deste *Tratado*.

Ainda neste capítulo, pode-se notar um equívoco cometido por Frei Gaspar da Cruz ao tomar Fernão Peres de Andrade como o primeiro embaixador português na China. Como vimos no primeiro capítulo, foi Tomé Pires o primeiro embaixador do qual temos informação a adentrar o Celeste Império. Peres de Andrade comandou a armada que levou Pires, mas sofreu a derrota naval no porto de Cantão antes de andar pelo território chinês.

O termo “maravilhado” é novamente utilizado pelo autor ao observar como o imperador chinês possuía “tal modo e indústria no governo que todos os meses sabe tudo o que se passa em toda a China.” (CRUZ, 2010, p. 217). A burocracia imperial contava com milhares de escrivães que serviam os *louthias* e que mensalmente¹² enviavam a Pequim todas as informações de seus respectivos lugares. A forma como as informações chegavam a Pequim não era estranha ao dominicano, como podemos observar na seguinte passagem:

O modo dos correios é como entre nós, levam corneta que tocam quando querem chegar a algum lugar, para que lhe tenham cavalo prestes em cada lugar, de certa em certa distância. São obrigados, ouvindo a corneta, a lhe dar cavalo prestes, o que se faz com tanta diligência como os demais serviços dos oficiais. (CRUZ, 2010, p. 218).

Frei Gaspar também procurou saber as “malícias” e brechas neste sistema de correio, e se por ventura algum *louthia* ocultasse informações do Imperador. Descobre, pelos testemunhos de cantoneses, que se o Imperador soubesse de tal delito, os responsáveis eram “mui gravemente castigados” e que “algumas vezes mandava el-rei da China alguns homens de muita confiança desconhecidos por diversas partes da China, para que lhe vissem como serviam seus oficiais, e se havia algumas novidades ou mudanças de que o não faziam sabedor”. (CRUZ, 2010, p. 219).

No capítulo XXII, o dominicano se volta às relações estabelecidas entre portugueses e chineses. A partir daqui é possível elencar passagens que nos dão sinais do processo de mundialização e das mobilizações de ideias, costumes e gentes. A consciência-mundo, como defende Gruzinski, começa a aparecer na obra de Frei Gaspar. Ao contrário do que foi visto no primeiro capítulo, a relação sino-portuguesa observada por Cruz já oferta outro viés, o do comércio.

Embora a missão do dominicano ao Oriente fosse primordialmente religiosa, já vimos como o alcance de sua narrativa é muito mais abrangente. No entanto, a leitura da realidade aparece muitas vezes salpicada pela tônica religiosa, no cerne das preocupações de Frei Gaspar da Cruz, que tinha como objetivo primeiro a dilatação do cristianismo. No discurso do

¹² Os chineses, no século XVI, seguiam o calendário lunar.

missionário, apesar de o chinês não conhecer Deus, há um ambiente de adoração que não lhe passa despercebido. A sua preocupação e desejo estavam em que aquela gente redireccionasse a sua crença para a “doutrina da verdade”, o que não antevia como caminho fácil, principalmente por duas ordens de razões. Ambas relacionadas ao papel dos *louthiás*. Primeiro, porque reprimiam qualquer novidade que aparecesse. Depois, porque a entrada na China de qualquer pessoa estrangeira tinha de passar necessariamente pela sua autorização.

Descrevendo os ritos e as adorações dos chineses, o autor afirma que os mesmos não possuíam conhecimento algum de Deus, e nem entre todos eles se achava rasto de tal conhecimento. Observa que os chineses adoravam o sol, a lua e as estrelas, e queimavam substâncias aromáticas: “Oferecem-lhes incenso e benjoim, águila e outro pau que chamam caioláque, e outros cheiros (...). À entrada, detrás das portas das casas, têm seus ídolos de vulto, aos quais todos os dias pela manhã e à noite oferecem incenso e outros cheiros”. (CRUZ, 2010, p. 249).

Poucos aspectos da vida chinesa, ou daquilo que Fr. Gaspar enxergou como sendo o retrato desta civilização, lhes passaram despercebidos. Talvez pela curiosidade do frade, talvez pela missão dominicana, é possível observar a grande quantidade de assuntos que foram investigados e escritos no *Tratado*.

3.3. A questão religiosa e (im)possibilidade de cristianização

Os católicos do século XVI consideravam sua religião como inquestionavelmente verdadeira e, portanto, aqueles que não professavam da mesma fé universal, eram miseráveis necessitados de salvação. Posto isso, era inevitável que tal convicção “estivesse ainda mais entranhada nos missionários que viajavam para além-mar a fim de converter pagãos (...) todos estavam convencidos de possuir a única chave para a salvação neste mundo e no próximo.” (BOXER, 2007, p. 54). Os religiosos ibéricos partiam de Lisboa ou Sevilha acreditando na ideia de superioridade de sua cultura e modo de viver.

No capítulo XXVII, o dominicano tratou dos “*ritos e adorações dos chinas*”. É aqui que a positivação de uma visão sobre a China caminha em sentido contrário. Frei Gaspar da Cruz inicia

o texto afirmando que os chineses não possuíam conhecimento algum de Deus e que não eram “dados à contemplação das coisas naturais”, tampouco havia “entre eles estudos de filosofia natural, como alguns portugueses quiseram dizer que havia”. (CRUZ, 2010, p. 249).

Provavelmente o autor tenha se referido ao humanista Damião de Góis. Este último, em tempo coevo à Cruz, escrevia sua *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel* (1567) e afirmava que os chineses tinham universidades e colégios, e eram muito dados ao estudo da Filosofia, Matemática, Astrologia, Medicina e Teologia. De qualquer forma, são duas visões distintas sobre a produção intelectual chinesa. Essas visões tão díspares revelam, entre outras coisas, a credibilidade que o *Tratado* conhece na Europa por seu autor, ao contrário de Góis, escrever sobre a China estando nela, e não do cais de Lisboa.

Logo após explanar sobre a falta de *cristandade*, há um ponto curioso: Frei Gaspar afirma que o apóstolo São Tomé esteve em terras chinesas e que deixou ali “três ou quatro discípulos que lá fizera”. (CRUZ, 2010, p. 250). A missão de São Tomé, segundo o autor, falhou, porque não havia “notícia de lei evangélica, nem de cristandade, nem ainda de um Deus, mais que terem que de cima depende tudo (...) e não sabendo particularmente quem é o autor destas coisas, atribuem-no ao céu”. (CRUZ, 2010, p. 250). Aqui, há breve menção à importância do céu no sistema de crenças dos chineses do século XVI. É pouco provável que o apóstolo São Tomé tenha visitado terras chinesas, já que não temos revelados até agora nenhum vestígio ou referência posterior a esta locomoção. Frei Gaspar, imbuído de sua missão evangelizadora, pode ter criado uma espécie de ancestralidade cristã naquelas plagas. Essa ideia não pode ser descartada, estando corroborada na seguinte passagem:

Na cidade de Cantão, no meio do rio que é d'água doce e muito largo, está uma ilheta pequena, na qual está uma maneira de mosteiro de sua maneira de padres. E dentro deste mosteiro vi um oratório alto do chão, muito bem feito, com umas grades diante doiradas e feitas ao torno, no qual estava uma mulher muito bem feita com um menino no colo, e tinha uma lâmpada acesa. Suspeitando eu ser aquilo um rastro de cristandade, perguntei a alguns seculares que ali achei que significava aquela mulher, e não me soube ninguém dizer, nem dar razão. Bem podia ser imagem de Nossa Senhora. Podia também ser alguma gentildade. (CRUZ, 2010, p. 251).

Cruz reconhece que pode ser um engano, mas não aprofunda nem cita novamente ao longo do texto novas informações. Segundo os estudos realizados por Paul Pelliot, esta imagem descrita no Tratado era comum nas ilhas fluviais chinesas e pode referir-se à verelas do mar. A divindade observada por Cruz poderia ser Kuan-yin, a deusa da Misericórdia. (Apud LOUREIRO, 2000). No se refere a questão dos cultos aos antepassados, é perceptível encontrar na seguinte passagem:

(...) têm (os chineses) imagens de loutiás que adoram por haverem sido em alguma coisa ou coisas insignes. E assim têm estátuas e imagens dalguns sacerdotes dos ídolos e algumas doutros homens por alguns respeitos particulares. E não somente adoram essas imagens, mas quaisquer pedras que alevantam nos altares dentro de seus templos. (CRUZ, 2010, p. 251).

Os chineses, além de cultuarem os antepassados, também o faziam com personalidades influentes da vida local. Ofereciam, em numerosos rituais da vida quotidiana, perfumes e incensos “aos seus deuses. Também ofereciam o chá, em oratórios e detrás das portas das casas, nos quais tem seus ídolos de vulto” (CRUZ, 2010, p. 252). Os altares domésticos eram frequentemente dedicados ao culto dos antepassados. (LOUREIRO, 2000). Frei Gaspar descreve uma oferenda ao qual afirma ter presenciado:

Tem por grande oferta cabeça de porco cozida. E oferecem galinhas, patos, adens e arroz, tudo guisado, e grão pichel de vinho. Depois de apresentarem tudo aos deuses, põem-lhes sua ração à parte, a qual é porém um em um bacio as pontinhas das orelhas do porco, os bicos e as pontas das unhas dos adens, patos e galinhas, uns grãos de arroz muito poucos e lançados com grande tento, três ou quatro gotas de vinho (...) Estas coisas assim postas em um bacio, põem-nas aos deuses no altar para que comam, e eles põem-se ali diante dos deuses a comer tudo o que trazem. (CRUZ, 2010, p. 253).

A adoração que os chineses fazem ao diabo é defendida pelo autor, que preocupa-se com as razões para tal culto: “dizem que o adoram porque aos bons faz diabos e aos maus faz búfalas e vacas ou outros animais. (...) Estas coisas dizem a gente baixa. Os mais polidos dizem que o adoram porque lhes não faça mal.” (CRUZ, 2010, p. 253). Existem aqui alguns pontos que podem ser analisados de seguinte forma: a ideia de bem e mal, segundo Paul Pelliot, não estava enraizada em muitos lugares da China. Talvez a descrição de adoração ao diabo feita por Cruz esteja carregada da necessidade maniqueísta de situar a realidade chinesa para compreendê-la segundo a ótica europeia de quinhentos. A conclusão que o autor chega acerca do culto de adoração ao diabo é única e exclusivamente por meio de uma ilustração ao qual observou, a “qual o pintam (o diabo) ao modo que se pinta entre nós”. (Apud LOUREIRO, 2010, p. 253).

O dominicano se espanta de tal maneira com a religiosidade dos chineses, que confessa a confusão provocada por “duas realidades”: “quão polida é esta gente no regimento e governo da terra e no comum trato, e tão bestial é em suas gentilidades, no tratamento de seus deuses e idolatrias”. (CRUZ, 2010. P. 254). Ao fim e ao cabo, ainda acreditando na possibilidade missionária, Frei Gaspar enxerga alguma potência nesta realidade: “há muito aparelho nesta gente desta terra para se converter à fê, assim por terem seus deuses e padres em pouca conta e estima.” (CRUZ, 2010, p. 255). O termo padre certamente refere-se aos sacerdotes dos templos, nome pelo qual o dominicano ofusca, talvez por não obter tal informação, talvez por razões de leitura da religiosidade do outro pela ótica católica.

Não foi apenas Frei Gaspar da Cruz que enxergou alguma chance de conversão dos chineses. A ideia de que as “gentes das Índias” não tinham bons tratos com suas divindades fariam delas prosélitas ideais. Este raciocínio certamente levava em conta o fato das mal sucedidas tentativas portuguesas na conversão de outros povos monoteístas, como os muçulmanos, avessos à cristianização e, mais do que isso, em tentativas sempre constantes de islamização dos espaços contatados.

Em uma breve passagem, o autor revela a realização de pregações públicas aos chineses, que “folgam muito de ouvir a doutrina da verdade e a ouvem com muita atenção, como eu por vezes experimentei, pregando-lhes em ruas”. Os chineses “se ajuntavam até não ficar lugar para uns nem outros passarem. (...) formavam perguntas no que duvidavam mui bem formadas. E satisfeitos diziam que o que eu dizia era muito bom”. (CRUZ, 2010, p. 255). A descrição é feita

em tom de aceitação e engrandecimento, claramente a serviço da missão evangelizadora. Se de fato o dominicano realizou tais pregações, foi com a ajuda de algum intérprete.

O último ato evangelizador de Frei Gaspar da Cruz descrito neste capítulo é talvez o mais endurecido e arriscado:

Entrei um dia em um templo e cheguei-me a um altar, no qual estavam pedras alevantadas a quem adoravam. E confiado no pouco que estimavam seus deuses e em serem homens que se satisfaziam da razão, dei com as pedras no chão, ao que arremeteram alguns rijo a mim e indignados, dizendo porque fizeram aquilo. Fui-me eu a eles brandamente, e sorrindo-lhes disse ‘porque eram tão inconsiderados que adoravam aquelas pedras’ (...). Mostrei-lhes eu como eles eram melhores que as pedras, pois tinham uso de razão, pés e mãos e olhos que faziam diversos ofícios que a pedra não podia fazer, e que pois eram melhores, não se haviam de abaixar e ter em tão pouco que adorassem coisa tão vil, sendo eles tão nobres. Responderam-me que tinha muita razão, e saíram-se comigo acompanhando-me para fora, deixando ficar as pedras no chão. De maneira que achei neles estas mostras e aparelho para cristandade (CRUZ, 2010, pp. 255-256).

Outro costume que Cruz enxerga como aliado na cristianização dos chineses é o fato deles comerem todos os tipos de carne: “E faz ainda muito a este caso não fazerem nenhuma diferença no manjar, como fazem todas as gentes da Índia. E como quer que entre todos os manjares o porco estimem mais, é quase impossível tornarem-se mouros.” (CRUZ, 2010, p. 256). Em outras regiões asiáticas, pelo contrário, os portugueses depararam com rigorosos interditos de determinados alimentos. Um aspecto relevante nesta passagem é a preocupação de Cruz acerca da influência mouro, transmitindo a sensação de corrida religiosa entre o mundo cristão e islâmico. Essa influência moura será retratada no capítulo XXVIII, cujo título é “Dos mouros que há na China, e dos inconvenientes que há para se poder fazer cristandade nela”. (CRUZ, 2010, p. 257).

Aqui o dominicano reconhece as fragilidades de sua missão evangelizadora, diferente do anteriormente analisado. Os mouros são, em parte, os culpados, convivendo em algumas plagas

do Celeste Império com sua “pestilencial seita”. (CRUZ, 2010, p. 258). Embora os portugueses, sempre que interesses políticos ou econômicos o ditavam, não desdenhassem relacionar-se ou fazer alianças conjunturais com os muçulmanos, são constantes, nas narrativas de viagens lusas do século XVI, a caracterização do Islamismo como uma seita nefanda, pois essa religião era encarada como o mais odiado oponente da cristandade na altura em que Frei Gaspar redige o Tratado.

A outra parcela inconveniente para o sucesso da missão é a própria estrutura imperial. Frei Gaspar enxerga a burocracia chinesa como a grande barreira para a cristianização, “de maneira que qualquer novidade que na terra houver, logo os *louthias* acodem a talhar que se reprima e não vá avante”. (CRUZ, 2010, p. 259). O fato de existir o rigoroso controle sobre estrangeiros também provoca em Cruz a percepção de fracasso em sua missão:

Nenhuma pessoa estrangeira pode entrar na China senão com licença que lhe dão por certo tempo e, acabado o tempo da licença, logo trabalham que se vão. Ajunta-se ao sobredito a gente comum temer grandemente os *louthias*, pelo que ninguém se ousaria de fazer cristão sem a licença deles (...). Pelo que, como homem não pode estar d’assento na terra nem pode continuar pregação, não pode pelo conseguinte frutificar e conservar o fruto. (CRUZ, 2010, pp. 259 – 260).

Frei Gaspar afirma aos leitores que a única maneira de pregar livremente no Celeste Império é se houvesse licença do imperador chinês. Para que essa licença seja conquistada, o autor sugeriu “que fosse mandada uma solene embaixada com solene presente a el-rei da China em nome d’el-rei de Portugal, indo com o embaixador padres que alcançassem licença para andarem pela terra, mostrando serem homens sem armas.” (CRUZ, 2010, p. 260). Não sabemos ao certo se o dominicano possuía conhecimento das tentativas diplomáticas portuguesas em Pequim, brevemente relatados no primeiro capítulo deste trabalho, bem como os fracassos delas. Ainda assim, Frei Gaspar insiste nesta estratégia como forma de conquistar a licença de permanência, preocupando-se, porém, em provar ao governo imperial que religiosos não farão uso de armas.

A ausência desta missão diplomática seria

impossível poderem religiosos pregar ou frutificar. E porque eu não tinha este remédio, tendo os sobreditos inconvenientes, por isso me vim da China, e por isso nem eu nem o da Companhia que cometeram já este negócio por vezes pudemos na China frutificar. (CRUZ, 2010, p. 260).

Esta última análise do autor sobre as perspectivas missionárias na China corrobora com outros textos da Companhia de Jesus, escritos na mesma época. Todos esses observadores concordavam com a urgência de se enviar uma embaixada real portuguesa a Pequim, não só como o objetivo de cimentar as relações mercantis, mas também para tentar abrir caminho à pregação dos religiosos europeus. (BOXER, 2007).

Em meados da década seguinte à publicação do *Tratado*, as autoridades portuguesas despacharam pelo menos duas missões diplomáticas para Cantão, as quais, muito embora tenham contribuído para a consolidação da presença lusitana em Macau, não obtiveram quaisquer resultados significativos do ponto de vista religioso, ora por porte dos próprios comerciantes portugueses, que não queriam ver a relações comerciais já estabelecidas com os chineses ruírem pelas ações e insistências missionárias. (LOUREIRO, 2000; SUBRAHMANYAM, 2012).

O capítulo XXIX é o último deste tratado de costumes, e o dominicano conclui sua obra discorrendo sobre os castigos que os chineses receberam de Deus. A posituação da imagem de China que permeou quase todo o texto é definitivamente enterrada já na primeira passagem:

Têm estas gentes, além das ignorâncias já ditas, uma torpeza abominável, que é serem dados de tal maneira ao pecado nefando à natureza repugnante que não se estranha de nenhuma qualidade entre eles. Todavia, pregando eu algumas vezes contra este vício da sodomia, folgavam de me ouvir, e que nunca haviam tido quem lhes dissesse que era pecado nem coisa mal feita. (CRUZ, 2010, p. 261).

A atitude dos chineses face à homossexualidade, segundo Rui Loureiro (2000), embora fosse repressiva, era ainda mais permissiva do que aquela que vigorava na Europa. Para nós, é difícil avaliar, neste caso, o rigor das informações transmitidas pelos missionários, que se deixavam guiar pelo olhar de reprovação, identificando o “pecado nefando” onde ele nem sempre

existia como prática habitual. Para o dominicano, tal prática não ficou impune aos olhos de Deus: “por causa deste pecado ser público entre eles, lhes quis Deus dar em algumas terras um grave castigo, o qual foi público em toda a China.” (CRUZ, 2010, p. 261).

O castigo divino que se abateu sobre a China chegou às mãos de Frei Gaspar da Cruz por meio de uma carta redigida por um “china mercador rico”, ao qual o dominicano traduz para o português “com a ajuda de um china que sabia nossa língua e a sua.” (CRUZ, 2010, p. 261). O teor da carta é transcrito no *Tratado* por discurso indireto: “por estar a terra movida pelos tremores, caíram e se assolaram muitas cidades, nas quais gente inumerável morreu”. (CRUZ, 2010, p. 263)

Frei Gaspar descreve os abalos sísmicos que ocorrem pelo território chinês durante a sua estadia, relacionando-os com castigos divinos. Paradoxalmente, a ira divina também recai sobre os seus compatriotas, como podemos observar nesta passagem: “E quantas casas tinham os portugueses feitas de madeira e cobertas de palha, que eram muitas e estavam armadas sobre estacões grossos, todas derrubou”. (CRUZ, 2010, p. 263).

O chinês, que trouxera ao Frei Gaspar da Cruz as informações sobre os desastres naturais que assolavam a China, não fora identificado pelo autor. Mas o dominicano nos descreve este mensageiro imbuído por grande medo e pavor. Sem perder tempo, o autor relaciona a situação ao seu referencial católico: “o china que trouxe estas novas, com o grande medo que consigo trazia, parecia as filhas de Lot vendo a perdição de Sodoma e Gomorra.” (CRUZ, 2010, p. 265). A tradição bíblica apresenta Sodoma e Gomorra como paradigma de lugares pecaminosos, habitados por homens perversos e sem lei (Bíblia, *Gênesis*, 13, v. 13; e 21, vs. 4-5). Lot, como recompensa pelo seu comportamento justo, foi poupado ao castigo divino que se abateu sobre aquelas cidades.

Como defendeu Charles R. Boxer, durante os séculos XVI, XVII e XVIII, todos os fiéis católicos tinham a Bíblia como a obra de inspiração divina e de validade universal, “em todos os lugares e para todos os povos” (2007, p. 11). O chinês sobrevivente, para o dominicano, é uma espécie de Lot naqueles confins. É importante percebermos como a leitura deste português, sobre o Império Celeste, até então positivada, transforma-se brutalmente quando a matéria é a religião.

O olhar está inteiramente calcado na interpretação cristã de mundo, sem exceções ou mesmo reconhecimento pela ausência de referências cristãs naqueles povos contatados.

O dominicano descreve um cometa avistado em março de 1556, “o qual foi visto em todas as partes da Índia e em Portugal”. (CRUZ, 2010, p. 266). Para ele, este raio que cortou os céus pode ter sido um sinal universal de Deus, ou que “significasse a nascença do Anticristo, porque o mundo dá grandes mostras de acabamento, e as Escrituras em muita parte mostram que se vão acabando de cumprir. E a Escritura diz que da parte aquilonal virá todo o mal”. (CRUZ, 2010, p. 266).

O termo aquilonal significa “do lado norte”, ou seja, é pelo Oriente que o Anticristo virá e a destruição dos valores cristãos e a da salvação eterna ocorrerá. O Oriente pode ser a China e, portanto, mais que depressa era necessário cristianizar aquelas gentes e evitar a derrota do “Verdadeiro Salvador” na Terra.

O *Tratado* é encerrado com a seguinte pedido, em tom de prece:

Deus, por sua infinita misericórdia, abra os olhos a estas gentes cegas com a ignorância da verdade, para que venham em seu conhecimento. E todos lhe roguemos que abra caminho para seus servos, para que pregando a estas gentes as traga ao prêmio de sua Santa Igreja. Amém.

Fim do Tratado da China (CRUZ, 2010, p. 266).

3.4. O Tratado e o processo de mundialização no XVI

Esse *Tratado* compõe o início da chamada *matéria de China*, e está inserido, bem como o seu autor, como um agente do processo de mundialização ibérica ocorrido no século XVI. Frei Gaspar da Cruz é um homem de quinhentos que vive essa transformação e possui a necessidade de registrar sua experiência de consciência-mundo, rompendo com a ideia clássica de Oriente e visitando lugares contatados por seus conterrâneos, em uma escala planetária. “As atitudes e as

convicções formadas à medida que marinheiros, missionários, comerciantes e soldados ibéricos se espalhavam pelos quatro cantos do mundo persistiram durante séculos e ainda hoje permanecem vivas em graus diferentes de intensidade.” (BOXER, 2007, p. 12).

Algumas coisas ainda nos ligam aos cronistas do século XVI. A maior parte das ciências analisa o mundo sob a ótica da colonização. O discurso de “descoberta” continua a ser professado pelos países ricos, que se preocupam como o “bem-estar da humanidade”. Colocada esta última frase como uma aliteração, podemos pensar na talvez sincera motivação de Frei Gaspar da Cruz em salvar as almas chinesas, levando a cruz do Cristo para os idólatras orientais. O próprio termo humanidade torna-se adjetivo no capitalismo financeiro global: faz parte da humanidade aqueles que estão civilizados, conforme convenção difundida em larga escala pelos europeus do século XVI.

Nos séculos XV e XVI, o discurso dos viajantes se aliava à ciência, à religião e à política. Essas três esferas se misturavam com a sedução do literário. “Que limite colocar entre ficção e realidade, se tudo era novo?” (ORLANDI, 2008, p. 262). Segundo Eni Orlandi, o discurso reducionista e universalista dos viajantes do século XVI foram catalisados pelo discurso da ecologia no século XXI. Ao fim e ao cabo, a ideia de civilização e preocupação universal que vem do Ocidente mudou de objeto, mas não mudou a forma como é realizada. A salvação dos homens não está mais em Deus, está na preservação da natureza. (ORLANDI, 2008). Não é intenção dessa dissertação aprofundar o discurso de preservação do meio ambiente, nem colocar juízo de valor aos seus resultados. O ponto aqui é que se compreenda que o discurso e prática da colonização ainda funcionam.

No século XVI, era preciso salvar os povos que, por destino e desgraça, não tiveram contato com os evangelhos do Cristo, e hoje “é o homem como ser-no-mundo que se salva, num discurso que universalmente se apoia no slogan da ‘paz’, quando jamais, como hoje, se praticou a guerra”. (ORLANDI, 2008, p. 262). As diferenças, tanto ontem como hoje, permanecem em suas funções sistemáticas nas formações discursivas.

Nos textos dos viajantes, e Frei Gaspar da Cruz não escapa de tal dado, o sentido dos contatos é balizado pela fé, e produzem um processo discursivo no qual o que vem de fora não é inimigo. Frei Gaspar não enxerga a empresa portuguesa como invasora, mas como descobridora.

É perceptível na leitura do *Tratado das Coisas da China*, que o dominicano se espante com algumas reações chinesas, afinal, não haveria lugar para resistência a presença de sua gente no Celeste Império, já que não são “invasores”, mas “descobridores” com missões crísticas.

A relação entre povos que “descobrem” e povos que “recebem os descobridores” continua a existir no século XXI de outras maneiras, como por exemplo, a universalidade do discurso empresarial moderno e os mercados financeiros sobrepondo-se aos limites nacionais e internacionais, processo pelo qual o tempo triunfa sobre os espaços. Apesar das noções de território, fronteira e soberania caminharem por outros sentidos, elas ainda se ancoram em um modelo vertical e sob o prisma da descoberta e da salvação.

As coisas que vêm de “fora” ainda nos colonizam, principalmente no que tange aos sentidos. Não raramente vemos e ouvimos indivíduos dando sentido absoluto a processos desenraizados de seus contextos. A fantasia sobre o “outro” encontra solo fértil quando consegue ocupar temas universais, tal como ocorreu com a mundialização no século XVI e como ocorre agora: a intervenção na terra ou na cultura do outro, motivada por “valores progressistas”, vem pelo discurso e prática da colonização, havendo o olhar de “fora” que conta a história e o olhar de quem ocupa a posição projetada pelo que está “fora”.

Se fizermos um rápido paralelo entre o texto de Frei Gaspar da Cruz sobre a China e a carta de Pero Vaz de Caminha sobre os ameríndios, veremos diferenças na compreensão do outro. Pero Vaz de Caminha não compreende o indígena de forma rápida, pois o próprio indígena, na visão europeia, não se compreende. Já Gaspar da Cruz compreende a civilização chinesa “pela proximidade”, pela história e pela imensidão. Compreensão, incompreensão e atribuição de sentidos são os processos que estão presentes nesta literatura de viagem, seja na China ou na América. Os tempos e os espaços cruzaram-se no processo de mundialização no século XVI. A China Imperial, por exemplo, teve curiosidade pelos europeus e seus produtos a partir dos primeiros contatos. O estudo dessas redes e contatos tão complexos não podem limitar-se a uma perspectiva de conquista ocidental, ainda que o objetivo das coroas ibéricas possuía tais aspirações.

A ideia de “global” no século XVI ainda é ideia em construção, mas não significa que tal ideia não possa reler o passado de uma maneira nova e, talvez, entender melhor algumas

singularidades do nosso próprio presente. A natureza dos laços, que unia os ibéricos a suas respectivas pátrias, com o passar do tempo e da própria distância geográfica, estanca-se. Os invasores passam a redefinir o local. Com a mundialização, o mundo tornou-se uma realidade vivida e mensurável, haja vista os domínios progressivos dos itinerários marítimos em todo o planeta – o próprio termo mundo torna-se comum e rotineiro no século XVI.

Os cronistas e viajantes da mundialização, como Frei Gaspar da Cruz, deixam explícito em seus escritos que o mundo ao qual estavam descrevendo já era o mundo da criação, dos Antigos ou dos medievais. Era outro espaço, maior do que aquilo que os antecessores presumiam. Mas podemos nos perguntar como a ideia de local, aqui representado pelo *Tratado* e seu autor dominicano, pode integrar-se ao global, ao processo de mundialização, assim como as definições na segunda metade do século XVI. Alguns sinais podem ser lidos. Frei Gaspar reconhece, assim como a maior parte dos autores de sua geração, a necessidade de cristianizar esse mundo descoberto. Além disso, os cronistas portugueses idealizam propostas para a rede de influência portuguesa e católica para os pontos contatados. A partir de Lisboa, cada um define o lugar de ocupação desses pontos descritos.

A partir da conexão entre a metrópole e as periferias, colonizadas, como no caso da América, ou minimamente ocupadas, como no caso das costas de África ou China, nasceu entre os cronistas e viajantes representações de mundo que articulavam o global e o local, a partir de forma variadas, desde a diplomacia até o conflito bélico, pela cruz ou pela espada. Planos muitas vezes descartados pela lucidez de humanistas e até dos próprios monarcas, como foi o caso do rei D. João III em relação aos planos de ocupação militar da China por Peres de Andrade.

Outra problemática que pode ser percebida é a forma como estas representações vão sendo construídas. Não podemos ignorar que essa produção intelectual pertence a um quadro comum: “só multiplicando os estudos de casos, poderemos reunir informações significativas”. (GRUZINSKI, 2001, p. 190). Um ponto que chama a atenção era a característica quase nômade dos portugueses e espanhóis da mundialização, e Frei Gaspar da Cruz é um deles: anos a fio vivendo em centenas de cidades que iam de Goa ao Cantão. Esses deslocamentos não se davam em sentido único, já que chineses, japoneses, mestiços americanos e lançados da Guiné e Cabo Verde (COSTA E SILVA, 2002) foram enviados a Europa em variadas condições: desde

escravos a estudantes financiados pela Companhia de Jesus que visitavam Lisboa (GRUZINSKI, 2015).

A representatividade destes casos, e em especial ao do dominicano na China, nos oferece a possibilidade de identificar em cada trajetória comportamentos induzidos pela ideia de mundialização: mobilidade intercontinental, rupturas das mentalidades, dimensões planetárias, nomadismos, capacidade de adaptação a fim de circular pelos quatro cantos do mundo e cumprir as missões que lhes cabiam. Apesar dos estereótipos, dos preconceitos e das piores intenções de que essa literatura de viagem está repleta, os olhares que a constroem revelam a vontade de acumular informações em escala também planetária.

Os escritos de portugueses e espanhóis, salvo raras exceções, carregam o desejo de dominação e de conquista e, ao mesmo tempo, traduzem alguma capacidade de se abrir ao “outro”, como podemos perceber no percurso do *Tratado* de Cruz: como era possível uma nação tão perfeita como a China ser idólatra? Essas adaptações, se que assim podemos definir, efetuaram-se de muito modos, contemplando aspectos que iam desde o clima ao alimento, passando pelos corpos e a produção de saber do “outro”. Infelizmente, só ficamos com a percepção letrada deste processo, excluindo a visão daqueles milhões de ibéricos que aprenderam a viver em condições múltiplas, e mais ainda, de outros milhões de africanos e americanos que tiveram de sobreviver às catástrofes deste processo de mundialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar a leitura de uma narrativa de viagem do século XVI, torna-se necessário perscrutar a sociedade e a época na qual foi registrada para que possamos chegar a algum sentido. Segundo a socióloga Maria Isaura Pereira de Queiróz, essa necessidade se torna maior à medida que se retrograda no tempo, mas não isenta o pesquisador de realidades contemporâneas:

(...) quando se trata de textos contemporâneos, o pesquisador tem impressão de que dispõe de conhecimentos mais do que suficientes para efetuar a interpretação, uma vez que partilha (acredita ele) da mesma linguagem que os autores (...) sua compreensão fica muitas vezes falseada e sua interpretação permanece simples paráfrase do texto cujo sentido pretendeu aprofundar. (PEREIRA DE QUEIROZ, 1993, p. 136).

A citação acima nos leva a pensar o quão é laborioso e, por vezes, forçoso, trazer para o presente um texto de um homem de Quinhentos. Mas não há facilidades e o dado de que algo é contemporâneo não substitui a pesquisa sistemática e metódica da realidade em que se vive, tampouco das outras que se passaram. O conhecimento da sociedade portuguesa do XVI, a ideia de mundialização proposta por uma parte da historiografia e a fonte escrita que foi utilizada neste trabalho foram cruciais para compreender o imaginário sobre a China naquela altura.

Boa parte do fascínio que os europeus sentiam pela China e do permanente interesse do público leitor pela civilização chinesa foi fruto da atuação dos missionários escritores que

Circulavam por todo o “Império do Meio”, enquanto mercadores e marinheiros permaneciam confinados a um pequeno número de portos marítimos (...). Para os leitores mais cultos, a China se tornou um país invejável, onde a justiça era bem aplicada, onde o povo era trabalhador e satisfeito, pacífico e controlado. Somente na questão fundamental da religião revelada aos chineses ficavam atrás das mais elevadas realizações do Ocidente (...). (BOXER, 2007, p. 71).

A ideia maravilhada acerca da China, com exceção à grande decepção no tange ao paganismo chinês foi um discurso amplamente comprado pelo público europeu, o que nos leva a crer que a estrutura desta “visão chinesa” é construída pela ótica de Frei Gaspar da Cruz, sendo o Tratado a fonte primeira dos escritos que serão difundidos pelo Ocidente ao longo dos séculos XVI e XVII.

O *Tratado das Coisas da China* não surgiu de uma maneira espontânea e inesperada na cultura portuguesa quinhentista. Esta obra é antecedida por uma longa série de cartas, relações e informações que, desde os primeiros contatos dos portugueses com o litoral chinês, vão acumulando um vasto cabedal de notícias, criando assim um ambiente de expectativa em relação àquela região asiática. A matéria de China (LOUREIRO, 2000), como é denominada o conjunto de informações que se desenvolve durante o século XVI, alimentada por contatos quase ininterruptos (SUBRAHMANYAM, 2012) com a margem do Celeste Império, permite a criação de uma imagem muito positiva sobre a região, que assume sua expressão mais acabada no *Tratado* do dominicano (AVELAR, 2003) que aqui foi destrinchado.

Esse compêndio de costumes parece ter tido, na altura de sua publicação, razoável difusão internacional, embora Rui Manoel Loureiro já tenha sugerido que a sua circulação foi prejudicada pela grande peste que assolou Lisboa e a região do Alentejo entre 1569 e 1570, causando também a morte do autor.

Outro ponto que pode explicar a pouca circulação é um fenômeno que atingiu boa parte das narrativas de viagem: a rápida desatualização dos respectivos conteúdos. (AVELAR, 2003). Não temos reedições do *Tratado das Coisas da China* durante os séculos XVII e XVIII. Nas pesquisas efetuadas para buscar os desdobramentos deste Tratado no espaço europeu, uma informação colhida merece atenção: depois de 1583, a Companhia de Jesus conseguiu se estabelecer na China, ofuscando os dominicanos da ação missionária no Celeste Império e remetendo à Europa um grande volume de notícias.

De imediato, conforme aponta Gruzinski (2014) e Loureiro (2000), o *Tratado* teve extraordinária divulgação nos meios letrados. Em 1577, Bernardino de Escalante publicou em

Sevilha uma obra¹³ exclusivamente dedicada às navegações lusitanas, onde reservou espaço importante e extenso às “coisas da China”. Em 1585, Juan González de Mendoza, sem nunca ter visitado o continente asiático, redigiu *A História de las cosas más notables, ritos e costumbres del Gran Reino de China*, obra dedicada ao Celeste Império e publicada em Roma. Esta obra, que teve como fonte principal do Tratado de Frei Gaspar da Cruz, foi um dos maiores sucessos editoriais do século XVI, visto que conheceu mais de trinta edições em diversas línguas europeias em um curto espaço de duas décadas (GRUZINSKI, 2015). Para Loureiro (2000), foi por meio dos vizinhos espanhóis que o dominicano português teve sua obra divulgada, fenômeno este que sinalizado como parte do processo de mundialização ibérica (GRUZINSKI, 2014) no século XVI.

O Tratado também vai parar nas mãos de um conterrâneo de Cruz, Fernão Mendes Pinto. Por volta de 1570, Mendes Pinto estava trabalhando na redação da *Peregrinação*. De discurso mais utópico, Mendes Pinto descreve a China como o reino sonhado e possível, uma utopia de caráter cristão. As descrições de Mendes Pinto, por apresentar um desenrolar de maravilhas, foram muitas vezes entendidas como fabulosas, ainda que sejam resultantes de experiências vividas pelo autor. A *Peregrinação* não se resume apenas ao processo de positivação da sociedade chinesa. Ainda que o autor enxergasse na administração chinesa a possibilidade de regulação de desmandos e corrupções, a ótica cristã vai se impondo ao longo do texto, e Mendes Pinto aponta fragilidades no Celeste Império, como a tolerância aos “pecados nefandos” e à “liturgia pagã”. Assim, a “China é terra de ilusão e desilusão, com incertezas até nas cousas de trato, do comércio, onde tantas vezes a fortuna de um dia se volve na ruína e no infortúnio do outro”. (REBELO, 1993, p. 136).

O *Tratado* insere-se no gênero literatura de viagens e, como obra individualizada, torna-se o primeiro livro de autoria de um ocidental a dar uma visão global e detalhada da China. Apesar de outras obras posteriores, como a de Mendes Pinto, Escalante e González de Mendoza terem ofuscado a narrativa de Fr. Gaspar da Cruz, o seu tratado conquista proeminência pela utilização que dele é feita enquanto fonte, que alguns escamoteiam.

¹³ ESCALANTE, Bernardino De. *Discurso de la navegacion que los Portugueses hazen a los Reinos y Provincias del Oriente : y de la noticia q se tiene de las grandezas del Reino dela China*. Sevilha: Alonso Escrivano Editor, 1577. Disponível digitalmente em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or641495/or641495.pdf. (Acesso em 15/05/2018).

A narrativa do dominicano, enquanto leitura de um universo geográfico e civilizacional chinês do século XVI, não vem revelar uma realidade desconhecida. A sua novidade consiste na visão de conjunto sobre os aspectos da vida chinesa, e, no limite, cantonense, diretamente experimentada. Com exceção das questões ligadas a fé, a estadia de Frei Gaspar na China o marca de forma positiva.

O estudo do Tratado e, em consequência, das relações de contato entre o Portugal na figura do dominicano, e o China, possibilitou analisar alguns mecanismos de adaptação e de leitura da realidade chinesa, ainda que esta seja construída pelo olhar português e católico. As terras em que Gaspar da Cruz passou foram terras contempladas e confrontadas. As existências, as estruturas sociais, a desconstrução do imaginário europeu sobre a China e a construção de outro imaginário também europeu sobre o mesmo lugar, as organizações de trabalho, dos saberes, os âmbitos da vida urbana, os quadros políticos e institucionais, foram “enxergados” e anotados pela pena de autor.

As navegações e as ambições ibéricas instauraram espaços de circulação e dilatação, intercâmbios e conflitos que escaparam (e escapariam) a qualquer estratégia universal, por ambiciosa que esta fosse. “O global que se manifesta na mundialização ibérica não pode ser confundido com uma estratégia global de dominação que se enfrentaria com uma multidão de “histórias locais” (...) as configurações eram bem mais complexas”. (GRUZINSKI, 2001, p. 195). Com isso, é necessário explorar mais este processo e toda a sua complexidade nas relações entre poderes, grupos e culturas, inclusive derrubando as fronteiras fragilmente engessadas dos campos do saber tradicionais. Ainda que, para muitos, os ibéricos possuíssem o mundo de uma forma mais “virtual” do que real, principalmente se tomarmos ao pé da letra o Tratado de Tordesilhas, acordado em 1494, é inegável que essa “posse” foi calculada, desenhada de forma geométrica e transformou a vida de milhares de pessoas, em centenas de grupos étnicos espalhados pelas quatro partes do mundo.

Desta forma, o estudo de casos, como o que aqui foi realizado, é o modo de articular o particular e o geral e de desvendar os circuitos responsáveis pelos processos de visão e tradução do outro, nos contextos de mundialização iniciados pelas monarquias católicas de Portugal e Espanha no século XVI e seus desdobramentos pelos séculos seguintes.

A perspectiva de futuro está intrínseca ao processo de mundialização no século XVI e ao processo de globalização no século XXI, vinculada ao desenvolvimento de redes de informações. Esses processos de vínculos globais foram e são construídos por agentes históricos em processo de longa duração das estruturas. Os autores utilizados demonstram os cambiantes de uma sociedade global cada vez mais interligada ao longo desses cinco séculos, bem como as vicissitudes e os malefícios que panorama histórico-social provocou e vem provocado. Em espaços geográficos e contextos sociais díspares, é preciso que nós, como herdeiros de estruturas coloniais, possamos superar a ambição universal de mundo, conciliando uma visão de mundo que atenda às vozes da diversidade com uma realidade transformada pelas trocas de informações cada vez mais rápidas. A proposta inerente a esse exercício é uma reação da sociedade frente a um capitalismo globalizante que rompe com todo o humanismo. Temos nele a cidadania bloqueada pela sensação de impotência. É preciso uma alternativa para que agentes sociais se encarnem em agentes políticos e vice-e-versa, mostrando na prática os benefícios dessas articulações em nível local e global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCOFORADO, Fernando. **Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia**. Tese de Doutorado. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2003.
- ALVES, Jorge Manuel dos Santos; SALDANHA, António Vasconcelos (Orgs.). **Estudos de história do relacionamento luso-chinês, séculos XVI-XIX**. Macau: Instituto Português do Oriente, 1996.
- ALBUQUERQUE, Luís de. **As Navegações e a sua projeção na ciência e na cultura**. Lisboa: Gradiva, 1987.
- ANDRADE, António Alberto Banha de. **Mundos Novos no Mundo**. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1972
- APPADURAI, Arjun. **O medo ao pequeno número**. São Paulo: Iluminuras, 2009.
- AVELAR, Ana Paula Menino. **Visões do Oriente: Formas de Sentir no Portugal de Quinhentos**. Lisboa: Edições Colibri, 2003.
- BARRETO, Luís Felipe. **Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1982.
- BARRETO, Luís Felipe. **O orientalismo conquista Portugal**.
- BASCHET, Jérôme. **A Civilização Feudal**. Rio de Janeiro: Ed. Globo, 2006.
- BOXER, Charles Ralph. **A Igreja Militante e a Expansão Ibérica 1440 - 1770**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- BOXER, Charles Ralph. **As relações raciais no império colonial português 1415 – 1825**. Porto: Afrontamento, 1988.
- BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português: 1415 – 1825**. Traduzido por Anna Olga de Barros Barreto. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BRANCO, Maria João; NASCIMENTO, Aires; ROSA, Maria de Lurdes (orgs.). **Leonor de Portugal, Imperatriz da Alemanha. Diário de viagem do embaixador Nicolau Lanckman de Valckesntein**. Lisboa: Edições Cosmos, 1992.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de. **A literatura portuguesa de viagens: séculos XVI, XVII e XVIII**. São Paulo: Revista de História, USP, vol. 40, nº 81, 1970.
- CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.
- COSTA, João Paulo. **Do sonho manuelino ao pragmatismo joanino: Novos documentos sobre as relações luso-chinesas na terceira década do século XVI**. Studia, vol. 50, 1991.

CRUZ, Gaspar Da. **Tratado das Coisas da China (1570)**. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, 2010.

CURTO, Diogo Ramada. **Cultura Imperial e Projetos Coloniais (séculos XV a XVIII)**. Editora da Unicamp: Campinas, 2009.

CURVELO, Alexandra. **Os Portugueses na Ásia dos séculos XVI-XVII**: dinâmicas económicas e sociais e vivências artísticas e culturais. Lisboa: Museu Nacional de Soares dos Reis, Instituto dos Museus e Conservação, 2009.

D'INTINO, Raffaella. **Enformação das Cousas da China**: Textos do século XVI. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1989.

DORÉ, Andrea. **Sitiados: Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498 – 1622)**. São Paulo: Alameda, 2010.

FERNANDES, Joyce Richelle Barcellos. **A África nos relatos de Luís de Cadamosto**. Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH-Rio: Saberes e práticas científicas, 2014.

FERRO, M. **História das Colonizações: das conquistas às independências (sécs. XIII – XX)**. Lisboa: Estampa, 1996.

FONSECA, Luís Adão da. **De Vasco a Cabral: Oriente e Ocidente nas navegações oceânicas**. São Paulo: Edusc, 2001.

FREUD, Sigmund. **O Mal-estar na Civilização**. Porto Alegre: L&PM, 2010.

GARCIA DOS SANTOS, Laymert. **Politizar as Novas Tecnologias**. São Paulo: Editora 34, 2003.

GODINHO, Vitorino Magalhães. **Os Descobrimentos e a Economia Mundial**. Lisboa: Presença, 1983.

_____. **Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa**. Lisboa: Arcádia, 1975.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____. **A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **A passagem do século: 1480 – 1520: as origens da globalização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. São Paulo: Edusp, 2014.

_____. **O Historiador e a Mundialização**. Artigo apresentado ao Instituto de Estudos Avançados Transdisciplinares da Universidade Federal de Minas Gerais, 11 de junho de 2007.

_____. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. **Os mundos misturados da Monarquia Católica e outras connect stories**. Topoi: Rio de Janeiro, 2001, pp. 175 – 195.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOLLANDA, Sérgio Buarque De. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIMA E FONSECA, Thaís Nívia de. **Serge Gruzinski e as dinâmicas culturais na América Colonial**. In Revista Cultura Histórica e Patrimônio, vol. 2: Alfenas, 2013.

LOUREIRO, Rui Manuel. **Fidalgos, Missionários e Mandarins: Portugal e a China no século XVI**. Lisboa: Fundação Oriente, 2000.

_____. **Navios, Mercadorias e Embalagens na Rota Macau-Nagasaki**. Macau: Review of Culture, nº 24, 2007, pp. 33-51.

_____. **Prefácio**. In: CRUZ, Gaspar Da. **Tratado das Coisas da China (1570)**. Lisboa: Biblioteca Editores Independentes, 2010.

MAGALHÃES, Joaquim Romero. **Portugueses no mundo do século XVI**. Casa dos Bicos: Lisboa, 1998.

MATTOSO, José; TENGARRINHA, José (Orgs.). **História de Portugal**. São Paulo: Instituto Camões; Edusc, 2001.

MCEVEDY, Collin. **Atlas da História Moderna**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MENDES PINTO, Fernão. **Pregrinação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005, vol. 2.

NOVAIS, Fernando António. **Aproximações: estudos de história e historiografia**. São Paulo: Ed. Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Francisco Roque de. **China: Utopia ou Distopia?** Interpretações sobre o tratamento da metéria chinesa na literatura geográfica ibérica do século XVI. XIV Coloquio Internacional de Geocrítica. Barcelona, 2016.

OLIVEIRA, Lélío Luiz de. **Viver em Lisboa, século XVI**. São Paulo: Alameda, 2015.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Terra à Vista - Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo**. Campinas: Editora da Unicamp, 2008.

ORTIZ, Renato. **Universalismo e diversidade: contradições da modernidade-mundo**. São Paulo: Boitempo, 2015.

PINTO, Paulo Jorge de Sousa. **A China pelos olhos de Malaca: a Suma Oriental e o conhecimento europeu do Extremo Oriente**. In CARNEIRO, Roberto, ed., MARTINS, Guilherme

de Oliveira (org.). *China e Portugal, cinco centúrias de relacionamento : uma leitura académica*. Lisboa: CEPCEP-Centro Nacional de Cultura, 2014, pp. 11-20.

POLO, Marco. **O Livro das Maravilhas**. Porto Alegre: L&PM, 2015.

RAMOS, Fabio Pestana. **No tempo das especiarias: O Império da pimenta e do açúcar**. São Paulo: Contexto, 2010.

REBELO, Luís de Sousa. **A utopia evanescente na Peregrinação de Fernão Mendes Pinto**. In CENTENO, Yvette. *Utopia – Mitos e Formas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 127 – 138.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos sobre a desigualdade entres os homens**. São Paulo: L&PM, 2008.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SAMARA, Eni de Mesquita. **Mulheres no Império Ultramarino Português – Século XVI**. In SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Mulheres na América e no Mundo Ibérico*. São Paulo: Estudos CEDHAL/Humanistas/FFLCH-USP, 1999, pp. 117-142.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Reconhecer para Libertar: os caminhos do cosmopolitismo multicultural**. São Paulo: Civilização Brasileira. 2003.

_____. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCOTT, Ana Silvia. **Os Portugueses**. São Paulo: Contexto, 2010.

SOARES, Leandro Valêncio. **A introdução das armas de fogo no Japão pelos portugueses e as consequências na organização militar nipônica**. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em História Militar: Universidade do Sul de Santa Catarina, 2017.

SUBRAHMANYAN, Sanjay. **O Império Asiático Português 1500-1700: Uma História Política e Econômica**. Difel: Lisboa, 1993.

_____. **Impérios em Concorrência: Histórias Conectadas nos Séculos XVI e XVII**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

THEODORO DA SILVA, Janice. **Descobrimentos e Colonização**. São Paulo: Ática, 1991.

THOMAZ, Luis Filipe. **De Ceuta a Timor**. Lisboa: Difel, 1994.

TINHORÃO, José Ramos. **As Origens da Canção Urbana**. São Paulo: Editora 34, 2011.

VALENSI, Lucette. **Fábulas da Memória: A Batalha de Alcácer-Quibir e o mito do Sebastianismo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

VILLARDAGA, **Lastros de Viagem**: expectativas, projeções e descobertas portuguesas no Índico (1498-1554). São Paulo: Annablume, 2012.

WISSENBACH, Maria C. Cortez. **Ares e Azares da aventura ultramarina**: matéria médica, saberes endógenos e transmissão nos circuitos do Atlântico luso-afro-americano. In ALGRANTI, Leila Mezan; MEGIANI, Ana P. Torre (orgs). *O Império por Escrito: Formas de transmissão da cultura letrada no mundo ibérico (séc. XVI – XIX)*. São Paulo: Alameda, 2009.

WOLFF, Francis. **Quem é Bárbaro?**. In NOVAES, Adauto (org.). *Civilização e Barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pp. 19 – 44.

YAMASHIRO, José. **Choque Luso do Japão dos Séculos XVI e XVII**. São Paulo: IBRASA, 1989.